

- 7 Pôde negar que matou, e convencido allegar que foi em necessaria defesa, *dix. cap. 20. n. 13. tom. 7. pag. 23.* nem he obrigado a depor, no crime, *Ord. lib. 3. tit. 53. §. 11.*
- 8 Se o R. negar a posse da causa reivindicada, e o A. lha provar, perde a posse para o A. e este ficará R. *Ord. lib. 3. tit. 32. §. 2. & tit. 40. Valasc. cons. 66. n. 33. glosator. ad prædict. Ord. Peg. for. cap. 3. n. 96.*
- 9 Emphiteuta que o nega ser, provando que o he, perde a emphiteusi, o vossalo o feudo, *Peg. for. d. cap. 3. n. 492. & 493.* o locio, ou marido que o nega, sendo-lhe provado, perde os benefícios de locio, *Peg. d. cap. 3. n. 488. usq. 492.*
- 10 O fiador que o nega, perde a divisão do confiador, e he indigno da excusão, *Peg. n. 497. 498. & 505.*
- 11 O devedor, que o nega ser, perde o beneficio da cessão de bens, e o espaço da Moratoria, *Peg. n. 494. & 495. Guerr. trat. 1. lib. 4. cap. 11. & num. 51.*
- 12 O devedor que nega a divida e contrato, não pôde usar de outra defesa, ou depois allegar pagamento, *dix. cap. nemo 20. n. 15. pag. 23. tom. 7. com a Novel. 18. cap. 9. vers. si quis autem ad numerationem in se factam pecuniarum negans, postea utatur solutionibus à se factis: tali homini nullam utilitatem horum quæ vere soluta sunt, esse sancimus: sed totum eum debitum exigimus, & hanc solam sustinere negotiorum penam: hoc quod etiam quidam ante nos imperator constituit: nullo judicantium neque in hoc sletendo sed integritatem legis custodiente; e parece que este texto inhibe da jurisdição.*
- 13 Sand. in d. L. *nemo ex his 43. b. t. vers. sic si debitor, adversus quem conditione certi ex mutuo agitur, singrapham, quam actor profert, se scripsisse negaverit, aut pecuniam sibi non numeratam esse dixerit, non poterit pos-*
- tea alia defentione uti, e assim o julgado no Senado, não obstante a prova do pagamento, e ouvi se julgara por esta mesma doutrina mais vezes, vide, *§. fin. Inst. fideic. hæred. & §. 26. Inst. act. n. 12. Sabell. §. solutio n. 5.* que denega a presumpção de pagamento, ao que negou a dívida.
- 14 O mesmo Mestre Sande d. L. 43. *vers. pro cautione, exceptua quando o R. disse: nego narrata prout narrantur, e que com esta forma ainda poderá allegar o paço de não pedir, ex Din. in cap. nullus 20. de reg. jur. in 6. DD. in L. quidam Cod. except. Bald. in L. I. Cod. de furt. de cuja forma Mesing. cent. 4. obs. 50. porém nós não temos na Corte esta prática de contestar.*
- 15 Se de facto a exceção do pagamento for recebida, depois de negar a dívida, como por embargos à sentença condemnatoria, e se provar, que releva, *tenet Valens. cons. 183. n. 43. Barbos. ax. 93. n. 31. vide Guerr. tract. 1. lib. 4. cap. 11.* tratando da cessão de bens.
- 16 (Porém a Ley ainda que dura, se deve guardar, *Barb. ax. 136. n. 20. Moraes lib. 2. cap. 16. n. 15. fin.*) vide *Hontalb. jur. superv. quest. 12. n. 64. ubi DD. que se conforma com o sentir de Valens. d. cons. 183. n. 43. talvez movido da regra de que nenhum se pôde locupletar com o alheyo; porém maior razão ha na causa, que no causado, ut est notum, e a Ley in dict. Novel. 18. cap. 9. determinou aquela pena pela negação; e não sente dano, o que o recebe por culpa sua, L. 203. b. t. e he causa publica.*
- 17 Se a exceção do pagamento pôde ser tirada pelo estatuto? *Phab. dec. 13. n. 4. Aronc. adn. L. 2. §. 1. n. 284. pag. 182. vers. quoniam ff. rer. divis. Valens. d. cons. 183. n. 32. Hontalb. jur. superv. quest. 12. §. 1. n. 133. & 131. vide, Ord. lib. 4. tit. 32.*
- 18 O que fallou tarde, não se acredita, nem se ouve, L. *si quis 6. §. 1. ff. de pen. Peg.*

L. 43. Digestis de Regula Juris.

51

- Peg. 2 for. cap. 19. n. 43 & Coment. tom. 1. pag. 38 à n. 13. Rocca cap. 46. n. 16. cap. 141. n. 16 cum d. L. 6. Larr. alleg. 20 96. Menoch. lib. 2. præf. 91. e et quecimento, em materia g ave, naõ se pre-
sume, cap. cum illorum §. circa de sent. ex com. Barb. vot. 68. n. 46. nem igno-
rancia na causa propria, Gam. dec. 91.
Peg Coment. tom. 7. pag. 276. n. 27. o
menor, que se finge mayor, e a mu-
lher que se finge homem, se prejudica;
L. 19. b. t. Ord. lib. 4. tit. 61. §. 3. L. 1. &
tot. tit. Cod. si min. se maior. dix. o direito,
naõ dá toccorro aos enganadores.
23 O fim da exceção, he repellir a ac-
ção, e para este foi inventa, dix. L.
13. b. t. & pr. Inst. except. e naõ para
fundar a intenção ao A. nem pôde ope-
rar efeito contrario a sua causa final:
nem os actos operaõ ultra intentionem
agentis, L. in agris 16. ff. acq. rer. dom.
tom. 8.
24 Porém a Ord. lib. 3. tit. 50. §. 1. dis-
poem, que confessando a acção na ex-
ceção, se haja por provada; mas pa-
rece falla da confissão expressa, e naõ
da tacita, e resultante da exceção, ou
que a induza; porque pela simples ex-
ceção senão confessá a acção do agen-
te, cap. 63. tom. 7. Glz. ad Ord. d. §. 1.
n. 28. d. L. non utique 9. ff. except. E a
25 L. cum precum Cod. liber. caus. falla da
confissão dos artigos do libello, e da
expressa, em todos, he que parece fal-
laõ, sem distinção os DD. ut Cald.
empt. cap. 10. n. 43. cons. 23. n. 1. Peg.
for. cap. 7. pag. 533. cap. 9. n. 579. &
maior. cap. 9 pag. 189. col. 1. Aug. Barb.
reportor. verb. confessio vers. confessio
facta in articulis, e se allega ainda dos
da contrariedade, que he excipere.

- 27 Todos convem, que o R. pôde usar
de muitas defezas, ou exceções, d.
L. nemo ex his 43. b. t. cap. nullus 20.
tom. 7. d. L. 5. & 8. ff. de except. mas se
poderá ter ouvido com exceção con-
traria? Que sim, Tuscb. lit. C. concl.
1005. n. 26. Barb. ax. 58. n. 9. Cortiad.
dec. 238. n. 33. Cancer. 2. var. cap. 1. n. 58.

Tomo V.

Que naõ, e sómente diversas, Arouc. 28
adn. L. 1. n. 12. fin. ff. bis qui sunt sui e
parece que assim entendem a d. L. 8. & 29
L. 5. ff. except.

O Reo, antes de contrariat, deve
vir com todas as exceções que tiver,
dilatorias, e peremptorias, Ord. lib. 3.
tit. 20. §. 9. & §. 15. tit. 49. & 50. pri-
meiro a declinatoria, (e antes a recu-
fatoria de Juiz) e depois a perempto-
ria, gradatim, para o Juiz competen-
te, ou peremptorias, e que perimem
a acção, Ord. supr. & lib. 3. tit. 21. §. 2.
tit. 49. §. 1. & 2.

Quanto ao vers. nisi lex resistat d.
L. 43. b. t. quer dizer que a Regra
perde seu officio, nos casos exceptua-
dos por direito, ut dix. sub L. 1. b. t.
Como quando o senhor he convindo
pelo delicto do seu escravo, que te li-
via com a exceção de offerecer o ser-
vicio pela Noxia, ut pr. Inst. noxal. act.
L. 1. ff. eod.

Porém se nega que está no seu do-
minio, e he convencido, já o naõ pôde
dar pela Noxia, e ficará obrigado à
estimação da lide, L. quoties 21. pr.
& §. ait prætor & L. 22. vers. si nega-
verit dominus in sua potestate esse ser-
vum ff. nox. act.

E eu diffira o mesmo, se lhe deu
liberdade posterior; porque o affecta-
do, e fraudulentio, naõ aproveita; nem
dever tirar commodo da sua malicia,
L. 134. & §. 1. b. t. Arouc. adn. L. 1. §. 1.
n. 20. ff. just. & jur.

Nem contra a Ley ha pratica, Va-
last. alleg. 76. n. 70. ou estillo, Peg.
for. cap. 1. à n. 17. e nos persuadimos
L. 14. b. t. ex Ord. lib. 3. tit. 25.

O mesmo do escravo, se diz na ac-
ção do damno dado pelo animal, L. 1.
pr. & §. interdum 15. ff. si quadrup.
paup. feciss. dicat. & tit. Inst. eod. com.
4. e como diffemos com a d. Novel. 18.
cap. 9. & Ord. lib. 3. tit. 32. §. 1. & tit.
40.

De modo, que com resistência da
Ley, ou Direito, he caso exceptuado
g ij da

da regra ; e naõ procede esta.

- Quanto ao §. 1. d. L. *nemo ex his 37 43. b.t.* respeita ao A. que tem muitas acções da mesma causa , e que eleita huma naõ possa usar da outra, L. *quod in haerede pr. ff. trib. act. L. sed ex parte* §. fin. ff. *quod cum eo, dix. §. 16. Inst. oblig. quae ex delict. nasc. Peg. for. cap. 15. pag. 1034. & ibi jura §. 13. & 15. Inst. d. tit. tom. 3. §. 10. Inst. injur. vide, L. unic. Cod. quand. civil act. crim. præjud. L. prætor §. 1. ff. de injur. L. cum emancipati §. emancipatus ff. collat. honor. L. 6. L. 7. §. 1. ff. injur. Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 44. pr. Cald. fôr. quest. 51. ad fin. Per. dec. 58. à n. 16. Cortiad. dec. 35. Mesing. cent. 2. obs. 98. Gail. lib. 1. obs. 65.*

38. Como de hum delicto muitas acções , L. cum ex uno 32. L. qui servum 34. ff. oblig. & act. ou de muitos delictos in una re , conforme se diz na L. plura delicta 53. ff. oblig. & act. de que nalcem muitas acções , d. L. *nemo ex his 43. b.t.*

39. Muitas acções reaes , ejusdem rei nomine , deve usar de huma , d. L. 43. b.t. §. 1. & L. 3. L. 5. L. 6. & L. 14. §. ações ff. except. reijud.

40. Salvo se a primeira foi possessoria , e a segunda da propriedade , d. L. 14. §. fin. si quis interdicto ff. except. reijud. que nestas pôde usar da acção extraordinaria , adpiscendæ , & recuperandæ , Beima L. 12. §. nihil commune ff. adquir. poss. vide Salgad. reg. protect. p. 2. cap. 7. n. 89. 90. & 91.

42. Pôde reivindicar , depois dos interdictos , L. 12. §. 1. n. 7. ff. adq. poss. 43 tom. 8. e a sentença da propriedade abforve a da posse , como mais potente , L. 10. & ibi Arouc. ff. Stat. hom.

44. A razão , d. vers. nisi , parece ser , porque he contra a boa fé , que a causa se pague duas vezes , L. bona fides 57. b.t. cap. bona fides 83. tom. 7.

45. E contra a equidade natural , que hum se locuplete com jactura de outro , L. 206. b.t. cap. 48. tom. 7. L. nam

hoc natura 14. ff. condit. indebit. L. bona fides 50. ff. act. empt. L. naturaliter §. fin. L. hæc conditio 66. ff. condit. indebit. L. fin. Cod. usur. e o A. tem tempo para 46 se preparar , e aconselhar para vir a jui- zo , supr. L. 42. b.t.

Quanto às acções pessoaes , perse- 47 cutoriás da causa , descendentes de di- versas causas : concorrendo , de todas pôde usar ; porque cada huma das ob- brigacões seguem suas causas , nem huma tira a outra , d. L. 14. §. actio- nes in personam ab actionibus in rem hoc differunt , quod cum eadem res ab eodem mihi debeatur singulas obligatio- nes singulae cause sequuntur , ne ulla earum alterius petitione viciatur. Ac cum in rem ago non expressa causa ex qua rem meam esse dico , omnes cause una petitione adprehenduntur ff. ex- cept. rei judicat.

Aqui vem a L. numquam actiones 48 130. b.t. de que parece foi tirado o §. 1. fin. Inst. si quadrup. paup. feciss. dicat. que conclue nas formaes palavras ; cu- ja palavra præsertim , na d. L. 130. pa- rece falla das pessoaes persecutorias da causa.

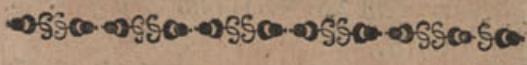
E assim , o mesmo dinheiro devido 49 por duas causas , v. g. mutuo , e fideicomisso , se naõ obteve pelo mutuo , se pôde pedir pelo fideicomisso , sem tem- mor da exceição de causa julgada , L. Luc. Titius §. semproniae ff. legat. 3. Li- Aurelius §. fin. ff. liberat legat. Outro exemplo , L. si is qui stichum 18. ff. oblig. & act. Outro na L. non est no- vum 10. ff. act. empt. Outro no §. si res aliena 6. Inst. legat. do legado no tes- tamento , e depois , antes do efeito , adquirido por causa onerosa , como compra , que pôde pedir a estimação pelo efeito do testamento.

Naõ deve ser assim , como dissemos 50 com a regra , quando a causa se deve , por duas causas lucrativas ; porque neste caso só huma vez se pôde pedir: nem pôdem concorrer duas causas lu- crativas em huma pessoa , e sobre a mes- ma

ma causa, d. §. si res aliena 6. Inst. de legat. L. si mihi & tibi 12. ff. legat. 1. L. omnes 17. ff. oblig. & act. L. 19. ff. eod. L. Mævius 66. §. duorum ff. legat. 2. L. non ut pluribus 159. b. t.

51 Se algum pedir menos, poderá pedir o resto, e remanecente por nova acção, L. si hoc factio 49. & L. si actum 43. ff. pro soc. vide §. si minus 34. Inst. act. & §. si quis aliud pro alio 35. eod. tom 4. emenda do libello na replica, Per. dec. 15. n. 1. d. §. 34. Inst. act.

52 O que vemos praticar he, ouvir-se, se não hâ exceção de causa julgada, com os seus requisitos de causa, pessoa, e causa, de quib. Peg. for. cap. 4. d. n. 77. e se não vem com ella, consente 53 na acção, e se disputa de novo, dix. pr. Inst. except. Gam. dec. 354. n. 2. Phæb. dec. 119. n. 40. & 41. Hontalb. jur. superu. quest. 12. §. 1. n. 64. & 65. mas basta que os requisitos venham interpretativamente, ou seja o mesmo modo de concluir, Peg. for. d. cap. 4. n. 78. 79. 80. & 81. Altim. null. sent. rubr. 6. quest. 10. an. 13. usq. 18. Giurb. dec. 20.



Ulpianus lib. 29. ad Edictum.

L. 44. Totiens in heredem damus de eo, quod ad eum pervenit, quotiens ex dolo defuncti convinicitur, non quotiens ex suo.

DEsta Ley 44. fica dito com a L. si cuti 38. b. t. por se ajuntarem outras utilitatis causa, e beneficio que se achará no uso.

Ulpianus lib. 30. ad Edictum.

L. 45. Neque pignus, neque depositum, neque precarium, neque emptio, neque Locatio rei sua consistere potest.

§. 1.

Privatorum conventione juri publico non derogat.

Quando a este §. 1. dix. L. nec ex- 1 prætorio 27. b. t. e que o contra- to das partes não pôde offendere o Di- reito publico: hum, não pôde fazer que as Leys não tenham lugar no seu testamento, L. nemo potest ff. legat. 1. Supr. L. 27. b. t. & dix pr. Inst. testam. Or- din. Odiern. in L. bac. edictal. quest. 19. n. 11.

Quanto a dita L. neque pignus 45. 2 b. t. diz, que nem o deposito, nem a posse precaria, nem a compra, nem a locação pôde subsistir na causa pro- pria, assim como se não dà actio, & posso no mesmo fugeito, ut L. 41. b. t. Peg. 3. for. cap. 36. n. 121. & 6. for. cap. 132. n. 32. Guerr. tract. 1. lib. 3. cap. 5. num. 2. & 3. lib. 4. cap. 5. n. 25. Arias var. lib. 1. cap. 22. n. 10.

Sendo herdeiro, e credor, se con- 3 funde a acção, e a não pôde ter contra si mesmo, scilicet, actio, & posso Guerr. tract. 1. lib. 2. cap. 10. n. 3. & 4. Phæb. dec. 102. n. 69.

Affim como repugna darse uso fruto 4 na causa propria, e em que tem o do- minio, L. uti frui ff. si ususfruct. petat. pr. Inst. §. 1. & §. fin. de ususfruct. e o 5 dat-le ter vidaõ in re propria, Cæpol. ser- vit. urb. præd. cap. 24. n. 1. Gom. 2. var. cap. 10. n. 15. Arias d. cap. 22. num. 10. antes sobre ferem diversas pessloas, 6 devem ferem diversos predios, para hum fer serviente ao outro, dix. §. 3. Inst. servit. L. 1. §. 1. ff. com. prædior. Nem a qualidade, ou accidente pô- 7 de

de estar sem sujeito, §. 3. Inst. servit.
8 pr. Inst. usufr. Barb. ax. 196. e no pre-
dio subalterno, por inferior natural-
mente, he em razão do lugar, e servi-
dão natural, L. 1. §. sed si vecinus &
§. denique 22. & 23. & L. 2. pr. ff. aqua
pluv. arcend. Arouc. adn. L. 4. sub n. 3.
ff. stat. hom.

9 Ninguem pôde ter, em causa sua,
mais que esse mesmo dominio, L. non
solum 33. §. si rem tuam ff. usurpat. &
usucap.

10 O que he meu, não pôde ser mais
meu, L. 159. b. t. §. 10. Inst. legat.
§. sic itaque Inst. act. L. si rem meam
ff. verb. oblig. e na sua causa, he li-
vre arbitro, Peg. for. cap. 4. n. 1. & 2.
L. in re mandata 21. Cod. mandat.

Repugna tambem, que se dê pe-
nhor in re propria, ou consista nesta,
L. si rem 29. ff. pign. act. d. L. 45. pr.

12 b. t. antes se a causa me foi dada em
penhor, e depois obtive o dominio, fi-
ca resoluto o penhor, por vir ao caso
em que não podia ter principio, L. pen.
§. fin. ff. except. rei judic. Convem §.
44. Inst. rer. divis. Cujo dominio não
adquirio no caso da L. debitor 59. ff.
ad S. C. Treb. por ser puro fideico-
missario, e não herdeiro; e por isso
não restitue nesta parte, L. questum
14 ff. pignor.

13 O mesmo se diz do deposito, que
não pôde contestir em causa propria,
L. qui rem suam depositi 15. ff. deposit.
e he contra a b. a fé, que o senhor se-
ja obrigado a restituir o que he seu, ut
in L. bona fides 31. ff. deposit. arg. d.
§. 44. Inst. act. Cordeir. for. ferq. p. 2.
dub. 49. & n. 36. tract. 4. d. L. 45. b. t.

14 O mesmo se diz do precario; por-
que elusa de rogar a outro sobre o
que he seu, nem ha que restituir ao
rogado, L. in rebus 4. §. item si rem
ff. precar. d. L. 45. b. t. que essa he a
natureza do precario, dix. L. si quis
ante 10. n. fin. ff. adq. poss. tom. 8. L. 1.
ff. precar. Peg. for. cap. 3. num. 116. &
323.

O mesmo na compra; que não pô-
de contestir no que he meu, L. sue
rei 16. ff. contrah. empt. L. servum 37.
ff. condit. indeb. d. L. 45. b. t. porque
a compra he modo de acquirir domi-
nio, §. venditae 41. Inst. rer. divis. e o
que he meu, não pôde ser mais meu,
§. 10. Inst. legat. §. 14. Inst. act. L. 159.
b. t.

Antes repetirá o preço pela condi-
ção indebiti, L. servum 37. ff. condit.
indeb. pela mesma razão de não poder
ser mais seu por outra causa, o que a
esse tempo já o era, d. L. 159. b. t. L.
cum res 4. Cod. contr. empt. mas tendo
sciencia o não repetirá, por ter visto
fazer doação do preço L. cuius 53. b.
t. & L. 82. eod. §. 30. Inst. rer. divis.
L. 1. ff. condit. indeb. Surd. dec. 328.
n. 1.

Ou se falsamente entendo, que ig-
podia comprar a causa propria, e er-
rou in jure, porque este não repete o
pagto indebitamente, L. error 8. ff. jur.
& fact. ignor. infra L. 53. b. t.

Porém, o referido, se entende da
compra pura, vide, L. exissimo 61. ff.
contr. empt. L. cum res tibi 4 Cod. contr.
empt. L. sed si communis 18 ff. eod. L. si
aliquam rem 28. ver. nam & si ff. adq.
poss. tom. 8.

O mesmo, finalmente, da locação
da sua propria causa, (semelhante à
venda, e das mesmas regras, pr. Inst.
de locat. tom. 3. L. 1. & 2. ff. locat. &
conduct. Rocca cap. 161. n. 19. fin.). por-
que como he livre senhor do uso da
sua causa, ut supra, fica superfluo o
ular della em nome do outro, e pagar-
lhe a mercê, L. qui rem propriam 20.
Cod. loc. & conduct. e o superfluo se re-
prova, e não tem uso, Barb. ax. 216.
e ainda se extingue, se depois de lo-
cada o conductor se faz senhor, L. si
quis domum 9. §. si alienam fin. ff. lo-
cat. nem finda a locação tinha que re-
stituir, como devia, L. non solet 59.
ff. locat. & conduct. d. L. 45. b. t. Ord.
ib. 4. tit. 54. e a sua ethimologia diz,
que

que locador he, o que poem outro no seu lugar *in re sua*, e que he Conductor, o que a recebe, *Pacion locat. cap. I. n. 18. & 20.*

21 Outra coufa he, ainda que a coufa seja minha, se outro estava na posse; porque a locação valerá, ou precario, ou compra, ou est-pulaçāo da posse, *L. si aliquam rem 28. verl. nam & si rem meam tu possideas ff. adq. vel amitt. poss. tom 8. pag. 82. pag. 82. n. 5. L. si emptione 34. §. 2. verl. rei suae emptio ff. contr. empt. L. nemo 82. ff. verb. oblig. Beim. d. 28. fin. pag. 389.*

22 Daqui se leguem duas coufas: huma que não ha contra esse senhor acção depositi, ex precario, ex empto, ex locato, *L. qui rem suam ff. deposit. L. si de eo fundo 40. §. si servum meum fin. ff. adq. poſſ. tom. 8. à n. 5. vide Ord. lib. 4. tit. 54. §. 3. & intellige.*

23 A outra, que interrompe a prescrição; porque em tal caso o outro, que a detinha, não tem a posse, *L. ei à quo fundum 21. L. non solum 33. §. si rem tuam 5. ff. usurp. & usurcap.*

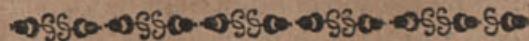
24 E não ha prescrição sem posse; boa, e continuada pelo tempo prescripto, e perfenido, *L. sine possessione 25. ff. usucap. & usucap. cap. sine 3. tom. 7. alem da boa fé, cap. fin. de praescript. cap. 2. tom. 7. Ord. lib. 4. tit. 79. pr.*

pænae non solent répti cum depensæ sunt.

Como nas usuras excessivas; pagas, e pedidas, que obita a exceção do pagamento, e pagas se não repetem, *glos. d. L. pænae 42. ff. cond. indeb. vi- de, Ord. lib. 4. tit. 67. fin. pr. porque o delinquente offende a Republica, e àquelle a quem fez damno, e fica obrigado a este, e aquella, tit. Inst. oblig. quæ ex delict. nasc. L. 52. ff. re judic. a onde diz que ahí cesta o beneficio: non tenetur ultraquam facere potest. nas accōens descendentes de delicto, Ord. lib. 4. tit. 76. & §. 5. & 6.*

Nem o credor que obrigou o devedor, subripiante do seu penhor, pela acção do furto, deve restituir, ou computar na forte principal, *L. si pignore 22. verl. sed quod ipse debitor ff. pign. act. & ibi glos. L. si debitor 81. ff. de- furt. ib. si debitor subriput: quod actio- ne furti solvit, nullo modo repetit, (vi- de, L. 203. h. t.) e da qui parece inferio Gayo, non restitui idem quod à quo- quo pæna nomine exactum fuerit, foi executado.*

O que procede, e a regra, quando a pena for paga por causa verdadeira; porque se houver erro, tem restitu- ção, ou repetição a pena, *L. & ele- ganter 23. fin. ff. cedit. in debit.*



Ulpianus lib. 30. ad Edictum.

L. 47. Consilii non fraudulentis cul- la obligatio est, cæterum si dolus, & calliditas intercessit, de dolo actio competit.

§. I.

Socii mei socius, meus socius non est.

D Ebaixo desta Ley se propoem duas regras: a 1. que do confe- lho

L. 46. Quod à quoquo pæna nomi- ne exactum est, id eidem restitu- tuere nemo cogitut.

1 **O** Que alguem pagou em pena; não tem restituição: confirmá- sc, *L. pænae 42. ff. condit. in debit. ib.*

1. *felho, naõ fraudulentio, naõ nasce obri-
gaçāo, e pertence ao mandato, §. tua
tantum 6. Inst. mandat. L. 2. §. fin ff.
mandat. cap. nullus ex consilio 62. tom.
27. & d. §. 6. tom. 3. nem pelo simples
conselho do furto està obrigado ao
furto, §. intendum 11. Inst. vers. certe
qui nullam opem Inst. oblig. quæ ex de-
dict. nasc.*
2. *E te presumo de afeição, e amizade,
3 e naõ fraudulentio, L. idemque 10. §.
si quis ea ff. mandat. e a cada hum he li-
4 vre examinar, se o conselho lhe he, ou
naõ conveniente, d. §. tua tantum 6.
Inst. mand. L. 2. fin. ff. mandat.*
5. *Exemplos ha delta reg. a L. 1. §. idem
Pomponius ff. deposit. L. idemque 10. §. si
quis ea 7. ff. mandat. & L proxeneta 2.
ff. proxenet.*
6. *O referido procede, se naõ inter-
veyo dolo, e sagacidade; porque o
conselho doloso obriga, d. L. 47. b.t.
17 d. cap. 62. tom. 7. e do conselho fra-
udulento nasce a acção do dolo, contra
o consultor, L. quod venditor 37. L. &
eleganter 7. §. fin. & L. 8. ff. dolo mal.
d. L. 47. b. t. d. cap. 62. tom. 7.
vers. dummodo fraudulentum non fue-
rit.*
7. *O ser fraudulentio, naõ se mede, ou
regula pelo futuro evento, e aconteci-
mento superveniente, mas pela von-
tade, L. fraudis 79. b. t. e animo de
fraudar, que traz dolo, dix. §. in frau-
dem 3. Inst. cui & ex quib. caus. Da ac-
ção do dolo, Mend. lib. 4. cap. 9. §. 2. &
p. 2. d. §. 2.*
8. *Quanto ad commendationes: o lou-
var algum, ou encomendarlhe, naõ
obrigaçāo, L. si vero non remunerandi
12. §. cum quidam ff. mandat. L. scien-
dum pr. ff. ædilit. edict. ainda que o en-
comendado naõ corresponda*
9. *Porém, se nas letras comendaticias,
e de recomendaçāo se obrigar, e tomar
o perigo da remessa, sem duvida ficará
obrigado. L. si seteras 7. Cod. mandat.
L. dominos fin. Cod. quod cum eo Gom. 2.
var. cap. 13. n. 10.*

O que diz que se pôdem remeter sa- 11
zendas a N. fica obrigado, se o outro
naõ satisfaz, Mend. lib. 3. cap. 21. n.
14. Baeca de inop. debitor. cap. 1. n. 29.
Curiaphil. p. 2. §. navigantes n. 16. &
lib. 1. cap. 4. n. 5. Amaia in L. 1. Cod.
de decurion. Larr. allegat. 112. n. 43.
d. §. 6. fin. Inst. mandat. ubi dix. e as-
sim obtive, e te confirmou no Senado;
vide, Gom. 2. var. cap. 13. n. 5. & cap.
18. Cujac. L. 14. Cod. si cert. petat.
Grat. cap. 527. n. 35. ex L. cum ostendi-
mus ff. fidejuss. tut L. 7. §. idem Pompo-
nius ff. dol. mal.

Quanto à 2. regra: diz, que o socio 12
do meu socio, naõ he socio meu, d. L.
47. §. 1. b. t. L. nam socii mei, meus
socii non es 20. ff. projoc. conduz, L.
Modestinus 105. tom 6. porque naõ
ha sociedade sem consentimento, e
nem pôde ser socio meu, sem sciencia
minha, ou contra a minha vontade, pr.
Inst. de oblig. ex consens. e por isso, o
que meu socio admittio na sua parte,
ainda que he socio seu, o naõ he meu,
L. qui admittitur 19. & legg. seqq. ff.
pro soc.

O liberto do meu liberto, naõ he 13
liberto meu, L. Modestinus 105.
tom. 6.

O fiador de meu fiador, naõ he meu 14
fiador, Alex. in L. si servus §. nunc
videamus ff. verb. oblig. O amigo do
meu amigo, naõ he meu amigo, mas he
suspeito, e deminuto de fé, ut cum
Bart. Phelip. Dec. in d. L. 47. num.
3. & 4. b. t. L. 28. Cod. in offic. testam.
L. testim fides 3. ff. de test.

O amigo do Pay se reputa do filho, 15
L. 1. vers. cum sua suorumque domo
Cod. quacunq. præd. dign. porque o 16
pay, e o filho se reputa a mesma
pessoa, L. fin. Cod. impub. & aliis
subst.

O inimigo naõ pôde ser testemunha, 17
nos termos da Ord. lib. 3. tit. 56. §. 7. nem
querelar, nos da Ord. lib. 5. tit. 117. fin.
pr.

Paulus lib. 35. ad Edictum.

L. 48. Quidquid in calore iracundiae vel fit, vel dicitur: non prius ratum est, quam si perseverancia apparuerit judicium animi fuisse, ideoque brevi reversa uxor, nec divertisse videatur.

Tudo o que se faz, ou diz influindo de iracundia, e sem perfeição que mostre o animo, se reputa não dito: nem obtiga ao que faz, ou d. L. 48. b. t. Duenh. regul. 292. ubi jura; e por isso a mulher que logo tornou, he visto não haver sahido, ut in tex.

2 Esta L. 48. pertence ao Divorcio, e repudio lib. 24. tit. 2. Digest. e he tirada L. divortium 3. ff. de divort. & repud. assim como o Matrimatrio se faz com animo de perpetua, e indevidua uiaab; assim tan bem o Divorcio com animo de perpetua dissidençab; e por isso a mulher que sahio irada, ou foi repudiada por acto de paixaõ, não he visto estar divorciada, por faltar o animo de perpetuar, e menos tornando logo, d. L. 48. b. t. L. divortium 3 ff. de divort. & repud. convem, L. cum bic status 32. vers quod si divortium 12 ff. donat inter vir. & ux.

4 Dizem, que esta Ley, ou regra procede nos contratos, confissab judicial, voto, e semelhantes, cap. si quis iratus 2. quæst. 3. L. licitatio princ. ff. de publican.

5 Como o calor da paixaõ carece de vicio, L. 1. §. queri ff. ad S. C. Treb. quiserão alguns, que relevasse da injuria, e convictio; e outros que não, ex L. si non convicij 5. ff. de injur. Clar. §. injur. n. 16.

6 O que pôde distinguir a qualidade da injuria, e pestoa; porque se he por natureza injuriosa, se presume o ani-

mo, e naõ de outro modo; nem na indiferença, L. si non convicij 5. Cod. de injur. & ibi glof. verb. calore cum d. L. 48.b.t. vide, Conciol. verb. iracundia resol. unic.

Poêm, ainda que naõ escuse, totalmente, dos delictos, se deve punir com menor pena, Clar. §. fin. quæst. 60. Tiraq. pœn. temp. casu. 1. Menoch. arbitr. lib. 2. casu 319. à n. 32. Conciol. verb. iracundia resol. unic. n. 1.

Mas ainda fazem distinção, se delinqüio movido de justa dor, L. Gracius Cod. ad leg. Jul. de adult. pela dificuldade em se temperar, L. si adulterium 38. §. imperator ff. ad leg. Jul. de adult.

E se naõ foi com justa dor, e causa, § naõ, L. lex Julia §. bodie fin. ff. ad leg. jul. repetund. L. aut facta 16. §. causæ 2. ff. de pœn. Clar. §. fin. quæst. 60. 9. & Menoch. d. lib. 2. casu 361. n. 14.

A palavra, e dicção quidquid, he universal, e comprehende tudo, e ainda os casos privilegiados, Barb. dict. 315. n. 1. & 2. e junta ao futuro, faz condição, L. qui Romæ 122. §. Aggerius ff. Verb. oblig. Barb. d. dict. 315. n. fin.

Ulpianus lib. 35. ad Edictum.

L. 49. Alterius circumventio alii non præbet actionem.

Tomando a palavra Circumventio pelo dolo, como diz a glof. in L. apud celsum §. item queritur, si debitor meus te circumveniebat ff. dol. mal. & met. except. lit. A. verb. circumveniebat, & ibi in rubro, dizemos que o dolo de hum naõ prejudica ao outro, nem dá acção contra este, L. & eleganter 7. pr. ff. de dolo, & ibi Bart. Tuscb. lit. D. concl. 582. Barb. ax. 76. n. 4.

3 A culpa, deve de seguir a seu author, L. *sancimus Cod. de pæn. Barb.* ax. 62. & 181. n. 4.

4 A noxia, segue a cabeça, §. *omnis 5. Inst. nox. act. tom. 4. Barb. n. 4. L. crimen ff. de pæn.*

5 Donde vem que nenhum pôde ser punido pelo delicto de outro, *cap. non debet 22. cap. delictum personæ 76. tom. 7. Barb. ax. 181. n. 5. Clar. §. fin. quæst. 86. Farinac. quæst. 23. & 24. Tuscb. tit. P. concl. 212. à n. 4.*

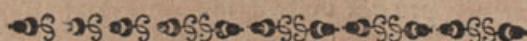
6 Nem o facto de hum pôde prejudicar ao outro, L. *non debet 74. b. t. d. cap. 22. tom. 7. Barb. ax. 93. n. 21. & 22.*

7 Nem se pôde onerar pelo facto a lheyo, L. *factum cuique suum 155. b. t. d. cap. 22. tom. 7. Barb. ax. 22.*

8 Nem pelo contrato de hum, pôde outro obligar, ou ser obrigado, L. *73. §. fin. b. t. L. quæcunque 11. ff. oblig. & act. L. stipulatio ista 38. §. alteri ff. verb. oblig. vide in §. 4. & 18. Inst. util. stip.*

9 Nem o marido, ou mulher; pay, ou filho, pôde lem ser punidos, ou convindos, hum pelo outro, *tit. Cod. ne ux. pro marit. tit. Cod. ne filius propat. isto he por via de regra.*

10 E como esta Regra 49. tenha lugar nos contatos. *Ant. Matheu de oblig. disp. 3. n. 20. disp. 7. de contract. n. 18. fica mais viguosa nos delictos, L. si pæna 20. L. crimen 26. ff. de pæn. L. sancimus 22. Cod. eod. convem, cap. delictum 70. & d. cap. 22. tom. 7.*



Paulus lib. 39. ad Edictum.

L. 50. Cculpa caret, qui scit, sed prohibere non potest.

L. 109. Nullum crimen patitur is, qui non prohibet cum prohibere (non) potest.

¹ **E**sta Ley 50. parece que pertence ao tit. de noxal. act. argum. L. si

communis familia 9. ff. nox. act. ubi Paul. lib. 39. ad edict. A conclusão desta Ley explica, ao nosso intento, Gom. 3. var. cap. 2. n. 8. & 9. Clar. §. fin. quæst. 87.

Quando o escravo delinque, sem sciencia, e approvação do Senhor, sendo este convindo pelo malefício, se livra da estimação da lide, oferecendo o servo pela noxia, ou culpa, L. 1. ff. nox. act. pr. Inst. nox. act. supr. L. 43. h.t.

Porém quando o servo faz o furto, rapina, ou damno com injuria, sabendo-o seu senhor, he este obrigado *insolidum*, L. *si servus 2. L. in omnibus 3. ff. nox. act.*

Mas deve-se tomar esta sciencia do senhor, de modo que sabendo, e podendo-o impedir, o não prohibio; porque se o não pode prohibir, he esfugo totalmente: como se o senhor estava da outra parte do rio, que verdo não pôde impedir a noxa, L. *in delictis servorum 4. pr. ff. nox. act. L. si servus 4. Cod. eod.*

E por isso se diz, carece de culpa, o que sabe, mas não o pode prohibir, d. L. 50. b. t. como quando o senhor se ferio a si, presente o servo, que o não impedio, porque não pode prohibilo, L. 1. §. *si sibi manus ff. ad S. C. Silan. ib. si sibi manus qui intulit S. C. quidam Silaniano locum non est, sed mors ejus vindicatur: scilicet, ut si inconspectu servorum hoc fecit, poterunt qui in eum in seæventem prohibere, pæna efficiantur, si vero non potuerunt, liberentur.*

Semelhante Ley, he a L. *nullum crimen 109. b. t.* que diz, que não delinque, e não pôde ser acusado, o que não prohibio, o que não podia prohibir, (deixada a leitura Florentina quando traz o ultimo *non*, e seguindo a vulgar) e parece que pertence ao tit. de bis qui not. infam. porque Paulo lib. 5. ad Edict. trata dos infames, como se mostra da L. *quoniam 5. L. in actionibus*

bus 7. L. & si servus 14. ff. his qui not.
infam. E do mesmo se pôde tirar
exemplos, L. 1. fin. L. 13. §. 1. L. 11.
§. fin. ff. eod. tit.

8 Mas ne salva a clausula, se pode
prohibir, e não prohibio; porque se
não pode, não fica infame, d.L. 1.fin. ff.
dict. tit.

9 E nunca excluso, nos termos da Ord.
lib 5.tit.6. §. 12. e outros casos. L. 2. ff.
ad leg. Pomp. de parracid. L. 9. §. 1. ff. ad
leg Corn. de false e outros que conta Me-
noch. casu 335. à n. 17. e deve delatar,
a qualquer que seja.

•SS• •SS• •SS• •SS• •SS• •SS•

Gaius tib. 5. ad Edict. Pro- vinciale.

L. 51. Non videtur quisquam id cape-
re, quod ei necesse est alii resti-
tute.

Está dito sub L. non videtur 13.b.t.
com que se fatisfaz neste lugar, e afe-
ta L. 51.

•SS• •SS• •SS• •SS• •SS• •SS•

Ulpianus lib. 44. ad Edictum.

L. 52. Non defendere videtur, non
tantum qui latitat, sed & is,
qui prælens negat se defendere,
aut non vult suscipere actionem.

Alguns querem que esta Ley de-
via de ter esta ordem de dizer,
scilicet, non defendere videtur, non
tantum is, qui præsens negat se defende-
re, aut non vult suscipere actionem, sed
& is qui latitat. formulatio de dizer q
os S. C. praticado muitas vezes, para
boa oração, e bom modo de dizer, co-
mo prova P. Fabr. lib. 1. semebr. cap. 23.

Tomo V.

Esta Ley parece que falla do revel, 2
que não acode a juizo a defender-se
depois de citado, de que trata o as
Ordd. lib. 3. tit. 15. tit. 79. & tit. 87.
§. 30.

E tambem se pôde acomodar aos 3
dez dias da Ord. lib. 3. tit. 25. §. por-
que à cígitura se affinô tem reconhe-
cimento, d. tit. 25. pr. e o elenco, se
ha por reconhecido à revelia, Peg. for.
cap. 1. n. 7. ubi DD. Valasc. alleg. 76.
num. 68. Valasc. cons. 164. num. 2. cons.
170. n. 9.

Do que nega a posse, scilicet, que 4
he possuidor, Ord. lib. 3. tit. 32. §. 2.
& tit. 40. ubiglosator. lupt. L. 43. b.t.
Do que nega a dívida, e se lhe prova,
Novel 18. cap. 9. vers. si quis autem
adnumerationem in a. L. 43. b.t.

Do que he contumaz em largar a 13
causa arrendada Ord. lib. 4. tit. 54. L. col-
lonus ff. vi & vi armat. que faz espo-
lio, Cordeir. dub. 49. n. 13.

Se o R. citado não ajunta procura- 6
ção, he lançado, e corre a causa, e se
julgá à revelia, elpeçando-lhe os ter-
mos da Ley: mas se o A. não provar,
do modo que deve, se absolve ao
Reo.

Se he contumaz em responder ao 7
juiz, tem penas, Ord. lib. 3. tit. 32.
pr. & tit. 7. pr. & tit. 20. §. 4. Moraes
lib. 5. cap. 2. n. 24. mas não he boa pra- 8
tica obrigar ao que vay jurar em sua al-
ma, a responder às preguntas, e con-
demnalo como contumaz eu o vi revo-
gar no Senado; visto que fora, e queria
jurar; e elle era o juiz.

Quando se elconde por não ser cita- 9
do, se faz a diligencia em familiar de
sua casa, ou vizinho, por hora certa,
Ord. lib. 3. tit. 1. §. 9. & 10. & tit.
2. §. 1. ubi glosator. e outros modos de
citar.

O texto, d. L. 52. diz, que he visto 10
não se defender, não só o que se econ-
de, mas ainda o que presente se nega à
defesa, ou não quer oppor contra a
acção: porém na prática, o juiz lança
h ij da

da procuraçāo, ao citado pelos modos approvados; e da contestaçāo, se com procuraçāo a naō faz; e se contesta por negaçāo, he havida por contrarieade, e este naō he revel, Ord. lib. 3. tit. 87. §. 3. & tit. 79. §. 3. ubi glosa. tor.

osso osso osso osso osso osso osso

Paulus lib. 43. ad Edictum.

L. 53. Cujus per errorem dati repetitio elt, ejus consulto dati donatio est.

1 **O** Naō devido, pago por erro, se pôde repetir pela acção conditio indebiti, L. cum d. indebito 25. fin. ff. de nob. L. si quis 5. ver. is quoque qui non debitus, ff. oblig. & act. L. donari 82. h. t. dix. §. 6. Inst. oblig. quae quasi ex contr. §. 1. Inst. quib. mod. re contr. oblig.

2 Porém, o que teve sciencia, naō pôde repetir, he doação, d. L. 53. h. t. dix. L. 45. h. t. & d. §. 1. Inst. quib. mod. re d. §. 6. Inst. oblig. quae quasi ex contr. §. 7. Inst. fideic. h. t. ed. & §. 30. Inst. rer. divis. L. donari 82. h. t. L. 1. ff. condit indeb. L. 24. L. 26. §. qui filio fam. ff. eod. L. indebitum 9. Cod. condit. indebit. L. servum 37. ff. eod. Surd. dec. 328. n. 1. cum d. L. 53. h. t.

3 O naō devido, ou indebitum, he o q' totalmente se naō deve, conforme a Direito, e lhe obstava alguma exceição perpetua, e sem sciencia pagou, d. L. 26. §. interdum L. in summa 65. §. si servum ff. condit. indebit. ou se deve

4 debaixo de condição, e esta ainda pen- de L. sub conditione 16. §. quod. autem ff. condit. indebit. que naō se deve an- tes do implemento, L. cedere diem 213. fin. pr. & L. 108. tom. 6. Moraes lib. 3. cap. 4. abundanter.

5 Mas se he devedor para certo dia, naō se diz indebito ainda que naō che-

gasle, d. L. 213. tom. 6. e por isto se pa- gar antes, naō repete L. in diem 10. ff. condit. indeb. b. in diem debitor adeo ue- bitor est, ut ante diem solutum repetere non possit porque ha divida, d. L. 10. & d. L. 213. 6

Com tanto que o dia naō seja incer- to, na sua existencia: como o da che- gada da Náo da India, Ticio subir a Consul; porque esta incerteza se com- para à condição, L. dies incertus 75. ff. condit. & demonstr. Moraes lib. 3. cap. 8. n. 4. e n'esse caso tem repetição, d. L. sub conditione 16. ff. condit. indebit.

E o primeiro caso, procede quando o dia ha de chegar certamente, como o da morte, d. L. 16. fin. explicat. L. nam si 17. ff. condit. indebit. ib. nam si cum moriar dare promissero, & antea salvam repetere me non posse celsus ait, que sententia vera eſt convem, L. 1. ff. condit. & demonstr.

Tambem serà indebito, se der por erro outra coula do que devia dar, L. si pæne 19. §. si putem ff. condit. indeb. ib. si putem me Stichum aut Pamphilum de- bere, cum Stichum debeam, & Pam- philum solvam: repetam quasi indebi- tum solutum. Nec enim pro eo quod de- beo, videor id solvisse.

O melmo he, se o que se deve a hum, se pagar a outro, L. in summa 65. fin. ver. indebitum est, non tantum quod omnino non debetur, sed & quod alii debet, & alii solvatur ff. condit. indeb. L. si pæna 19. §. 1. ib. quanvis debitum sibi recipiat quis, tamen si is qui dat, non debitur dat, repetitio compen- sit ff. condit. indeb. L. si á patre 5. Cod. eod. e porque, quem paga a quem naō deve, fica devedor, dix. pr. Inst. quib. mod. toll. oblig. Surd. dec. 60. & 229. Olea tit. 5. quæſt 9. n. 2.

A contradicção que se faz a L. repe- nitio 44. ff. condit. indeb. concilia Cald. empl. cap. 25. e que a L. 44. faila de quando outro pagou em nome do de- vedor principal; e a L. 19. §. 1. & L. 65. fin. de quando alguém paga em no-

me proprio, por erro; e que no princi-
pio caso se denega a repetição, e se lac-
culta no segundo.

- 12 E com elle parece se conforma,
Sand. d. L. 53. h. t. ib. aut enim quis
solvit suo nomine, quasi ipse deberet, aut
nomine veri debitoris: priori casu repe-
tit, quia revera est indebitum. L. si á
patre 5. Cod. cond. indeb. L. p. pena 19.
§. quanvis ff. eod. L. si quid possessor.
31. pr. ff. hæc ed. petit. L. quanvis 38. §.
de peculio ff. de solut.

- 13 Posteriori casu non repetit, L. quod
nomine 8. L. servus cuiusdam 36. vers.
item si pecunia ff. cond. indeb. L. si de hæ-
reditate 5. Cod. petit. hæred. Cujac lib.
8. obj. cap. 9. Duaren. de condit. indeb.
cap. 7.

- 14 Tambem se diz indebito, o que se de-
ve conforme a Direito Civil, mas senão
pode pedir, por haver exceção, que
lhe obste, em favor do devedor, como
no beneficio do S. C. Velleano, e não
em odio do credor, como he a exceção
de S. C. Macedoniano, L. qui exceptio-
nem 40. pr. ff. cond. indeb. juncta, L. non
sortem 26. §. interdum & §. adeo au-
tem perpetua exceptio ff. condit. inde-
bit.

- 15 Ha erro de facto, e ha erro de direi-
to, L. 1. pr. ff. jur. & fact. ignor. e con-
cluem, que o erro de facto presta
repetição, e o de direito, na dubieda-
de, L. fin. Cod. condit. indeb.

- 16 Alguns casos ha, em que se admit-
te a repetição, ainda com erro de di-
reito, L. si quis eum veritas in pr. ff.
ut in possess. legat.

- 17 E regra he, que a ignorancia facti,
e não juris, excusa, cap. ignorantia
13. tom. 7. e procede a regra da L. regu-
la est 9. ff. jur. & fact. ign.

- 18 Da ignorancia facti, justa, e pro-
vavel, e não da affectada, vencível,
ou supina, Barb. ax. 113.

- 19 Da supina, L. nec supina 6. & ibi
glos. ff. jur. & fact. ign. d. L. Regula
est 9. §. sed facti L. ea que 43. ff. con-
trah. empt.

Nem procede no facto proprio, pe- 20
la mesma razão, mas no alheyo, L.
quaquam 7. ff. ad S. C. Vellean. L. item
queritur §. si filio L. 19. §. 1 ff locat.
Canis. d. cap. 13. lit. A. ax. 113. n. 2.
dix. d. cap. 13. n. 3. & 4. tom. 7.

...
...
...
...
...

Ulpianus lib. 46. ad Editum.

L. 54. Nemo plus juris in alium trans-
ferre potest, quam ipse habet.

L. 120. Nemo plus commodi hæc edi
suo relinquit, quam ipse habuit.

L. hæredem 59 L. quod ipsis 143. L.
156. §. 2. L. 166. §. 2. ib. Ab-
surdum est plus juris habere
(eum) cui legatus est fundus,
quam hæredem, aut ipsum testa-
torem si viveret h. t.

L. 175. §. 1. Non debet melioris con-
ditio nisi esse, quam actor meus
à quo jus in me transit. h. t.

L. 177. Qui in jus, vel d. minium al-
terius succedit, jure ejus uti
debet. h. t.

Todas estas Leys, & infra sub L. 1
59. vem a dizer, que nenhum
pode dar, ou transferit, a outro, mais
do que tem; nem dar o que não tem:
nem o que delle deriva seu direito, ter
mais, ou ser de melhor condição, do
que era aquelle de quem deduz, antes
deve usar do mesmo direito, e se con-
firmia L. traditio 20. ff. acq. rer. dom.
tom. 8. L. exempto 11. pr. vers. que
res ff. act. empt. L. 2. Cod. de pén. L.
1. Cod. pro sua jurisd. L. si filius Cod.
donat. ax. 160. n. 1. & 2. ax. 135. n. 9.
cap. isqui in jus 46. tom. 7. de qualche
modo que lhe suceda.

Esta mesma regra tem os Canonis.
tas, cap. nemo potest 79. tom. 7. cap.
nuper 6. ext. de donat. inter vir. & ux.
d. cap. 46. tom. 7.

Esta tradição, ou translação, se en-
tende

- tende precedendo titulo justo, d. L. 20. & L. 31. ff. acq. rer. dom. tom. 8.
- 4 E leva o mesmo onus que tinha, d. L. 20. tom. 8. d. L. 175. §. 1. b. t. infra, L. 205. h.t.
- 5 Resoluto o direito do author, se resolve o do successor, L. lex vestigali 31. ff. pignor. cap. nuper 6. ext. de donat. inter Barb. ax. 135. n. 6.

osso osso osso? osso osso osso

Gaius lib. 12. de testam. ad Edict. Urbic.

- L. 55. Nullus videtur dolo facere, qui suo jure utitur.
- L. 129. Nihil de dolo facit, qui suum recepit. h. t.
- L. 151. Nemo damnum facit, nisi qui id facit, quod facere jus non habet. h. t.
- L. 155. §. 1. Non videtur vim facera, qui jure suo utitur, & ordinaria actione experitur. h. t.

- 1** **O** Que usa de seu direito, não faz injuria, L. injuriarum §. 1. ff. de injur. d. L. 151. h.t. Barb. ax. 135. n. 8. e lhe faltava o dolo requerido na injuria, ut dix. tit. Inst. injur.
- 2** Quando o testador instituiu a seu parente proximo, e deixa legados, e no testamento dá faculdade expressa, que possa aceitar a herança abintestado, e omittio o testamento, e entra nella abintestado; não deve os legados, por não haver dolo em usar do direito que tem, L. quia autem 6. vers. plane si nominatim id ei permisit, dicimus non eum incidere in edictum, quia usus est facultate ea quam ei testator concessit, & §. non simpliciter ff. si quis omiscaus. testam. outros exemplos ha no mesmo titulo.

- 3** Naõ aceita a herança, fica intestado, e tudo caduca, L. si nemo subit hereditatem, omnis vis testamenti sol-

vitur 181. b. 1. pr. Inst. de hæred. quæ abintest. defer. L. inter cætera 30. ff. liber & posth. L. 3. ff. legat. 3. Ora. lib. 4. tit. 87. §. 8. Portug. prælud. 2. §. 3. n. 37. & 38. lib. 3. cap. 17. n. 16. & 17. & cap. 21. n. 5. & 6. Guerri. tract. 2. lib. 3. cap. 5. n. 196.

O que abrio o poço, na sua terra, e4 foi causa de faltar agua ao poço do ve-
sinho, naõ tem acção contra si, nem
está na do dolo, L. 1. §. idem aiunt si
aqua naturaliter decurrat & vert. de-
nique Marcelus scribit, cum eo, qui in
suo fodiens, vecini fontem avertit, nihil
posse agi, nec de dolo actione ff. aqua
pluv. arcend. porque o que abre o po-
ço na sua terra, usa de seu proprio Di-
reito, e naõ ha acção contra elle, L.
fluminum 24. §. fin. item videamus;
vert. ut puta in domo mea puteum ape-
rio, quo aperto venæ putei præcisæ sunt;
anteneat? Ait Trebatius non teneri
ff. de damn. infect. L. Proculus 26. ver. 1.
aut si in vicino tuo agro cuniculo vel
fossa aquam meam avoces ff. damn. in-
fect. Per. dec. 35. per tot. Peg. tom. 6. ad
Ord. pag. 83. n. 83 pag. 16. a. n. 11. Por-
tug. lib. 3. cap. 39. n. 13 & 14. Arouc. adn.
L. 2. §. 1. n. 74 ff. rer. divis. ubi jura Cœ-
pol. servit. urb. præd. tract. 1. cap. 47.
n. 5. tract. 2. cap. 4. n. 51. 57. & 58.

Limita-se, se offendeo ao publico, 6
Per. d. dec. 35. Da acção aquæ pluviae
arcendæ, quando, e como tem lugar,
 pelo manufacto, e naõ pelo curlo na-
tural das águas, Actolin. resolut. 110.
n. 38. 39. & 40. vide Arouc. adn. L. 4.
n. 3. ad fin. ff. stat. hom.

Tambem o credor pôde receber do devedor a sua divida, sem tomar da fraude, ou dos credores, quando naõ tinha para todos, d. L. nihil de dolis 129. b. t. L. qui autem 6. ver. apud Labeonem scriptum est & ver. sciendum Julianum scribere ff. quæ in fraud. cre-
dit. L. privilegia 16. ff. privileg. credit.
vide, Peg. for. cap. 11. pag. 823. col. 2.
no herdeiro, dix. cap. 54. n. 6. com. 7.
pag. 44.

O Direi-

- 9 O Direito, socorre ao vigilante, e
cuid dolo, e naõ ao que dorme, cap.
nunciatum 84 dist. Barb. ax. 227. Va-
last loc. com. lit. V. n. 131. L. pupillus
24 fin. ff. infraud. credit.
- 10 Naõ faz força, o que recobra a sua
posse, incontinenti de que foi spoliado
Ord lib. 4. tit. 58. §. 2. Peg. maior.
poss. ff. n. 553 L. qui possessorem 3. §. 9.
ff. vi & vi armat. dix. in §. 6. Inst. in-
terdict. & L. 1. §. 2. n. 119. tom. 8. ff.
adq. poss & L. 13. §. 6. n. 2. eod. Peg. for.
cap. 11. pag. 950. veri. neque & pag. 872.
Moraes lib. 1. cap. 4. §. 3. casu 16. n. 11.
- 11 Antes convem a Direito natural,
ut vim vi repellere licet, L. 1. §. vim vi
L. 3. §. cum igitur, L. qui possessionem
17 ff. vi & vi armat. vide, L. 3. ff. iust.
& iust.
- 12 E assim como naõ ha dolo, usando
do seu direito, assim naõ ha força, ou
espolio, usando da sua faculdade, L.
155. §. non videtur b. t. dix. d. §. 6. Inst.
interdict.

• • • • • • • • • • •

Gaius lib. 3. de legat. ad Edict. Urbic.

L. 56. Semper in dubiis benigniora præferenda sunt.

Fica dito desta L. 56. com a L. sem-
per in obscuris 9. b. t. aonde se offerece.

Gaius lib. 18. ad Edict. Provinc.

L. 57. Bona fides non patitur, ut bis idem exigatur.

A Equidade, e razão natural naõ
sofre, que a mesma coula, ou es-
timação, pela mesma causa, se peça
duas vezes, d. L. 57. b. t. cap. bona fi-
des 83. tom. 7. L. bona fides ff. deposit.

si me & Titium ff. si cert. petat. L. quia
dicitur 32. §. ergo ff. evict. L. semel. 26.
ff. de pecul. L. si quis dolo 51. veri. &
puto improbum esse eum, (scilicet cre-
ditorem) qui velit iterum consequi quod
acepit ff. re judic. L. si fidejussor 29. §.
si cum debitor ff. mandat. Phæb. dec.
129. n. 2. Barb. ax. 139. n. 1. Strach.
mercat. tit. quomod. incaus. mercat. p.
ult. n. 16. e à mesma pessoa.

Tambem he contra a razão, e equi-
dade natural, que hum se locuplete
com detrimento, e jactura do outro,
L. iuræ naturæ 206. b. t. cap. locuple-
tari 48. tom. 7. L. nam hoc natura 14.
ff. condit. indebit. L. bona fides 50. ff.
act. empt. L. naturaliter §. fin. L. bæc
conditio 66. ff. condit. indebit. Barb.
ax. 139. dix. L. 43. b. t.

E assim, se o legatario receber do
herdeiro a estimação do legado, pela
noluide da exhibição do testamento, e
depois quizer pedir o mesmo legado
segunda vez, serà repellido pela excei-
ção do dolo, L. locum habet 3. §. inde
quæritur ff. tabul. exhibend.

Humas vezes obita a exceição ipso-
jure, como quando estava pago; por-
que a solução tira a obrigação, ainda
feita contra a vontade, ou ignorada,
pr. Inst. quib. mod. toll. oblig. tom. 3. &
tom. 4. tit. Inst. except.

E outras vezes pela exceição do
mão engano, ou dolo, como quando
pagou ao pupillo sem tutor, e ainda
retém o dinheiro, ou se locupletou
com elle, §. fin. Inst. quib. alien. licet
vel non tom. & vide §. 30. 32. 33. &
34. Inst. rer. devis. d. tom. 1.

Vide, a exceição da Auth. contra
qui propriam in L. cum fidem 4. Cod. de
non num. pecun. e para rôs a Ord. lib. 4.
tit. 51. §. 1. cuja ordenação minora a
pena de negar, que no caso da Au-
thentica faz nova causa para tornar a
pedir.

Dissémos da mesma pessoa, porque
se forem dous, cada hum pôde ter con-
vindo por diversa razão, como se a
mesma

- mesma causa foi legada em duos testamentos; porque havida a estimação por hum, pôde pedir a causa pelo outro, §. si res aliena 6. Inst. legat. vers. hac ratione si ex duobus testamentis eadem res eidem debeatur. L. plane 34. §. 1. vers. sed si duorum testamentis eadem res legata sit, bis petere potero, uter altero testamento rem consequar, ex altero estimationem ff. legat. 1. dix. d. §. 6. Inst. tom. 2. L. prope modum 88. vers. non idem in fundo alieno legato tom. 6. 8 Duas causas lucrativas, reprovadas, dix. in §. 6. Inst. legat.
- 9 O que intentou a reivindicação, contra o que dolosamente deixou de possuir, havido por possuidor, L. 13. 1.
- 10 b.t. L. quod si dolo ff. de reivind.) se receber a estimação, deste, pôde reivindicar a mesma causa do novo possuidor, L. Stichum 95. §. dolo ff. de solut. o mesmo fente a d. L. locum habet 3. §. condénavi ve: si alius repellere non poterit ff. tabul. exhib. o mesmo nos termos da L. qui se liti 45. ff petit. hered. L. is qui se obtulit 25. juncta, L. si is qui 7. ff. reivind. & L. 13. §. item si quis pen. ff. petit. hered.
- 11 Quanto às penas dos delictos; cap. 4. fin. ext. de judic. L. santicio 41. fin. ff. de pen. L. omnes 23. cum L. 24. Cod. de pen. L. 1. §. fin. de injur. L. vulgaris 21. §. pen. de furt. L. ita vulneratus 51 ff. ad leg. Aquil. Ord. lib. 5. tit. 124 §. 9. & tit. 13 i. Cardos. verb. delictum n. 14. Peg. ad Ord. lib. tit. 65. §. 25. à n. 128. Conciol. verb. absolutio resolut. 1. & saqq.
- 12 Do juizo secular, e depois no Ecclesiastico, ou pelo contrario. Cardos. verb. delictum n. 15. cap. fin. de pen. lib. 6. cap. 2. de maledic. cap. per venerabilem 13. ext. qui filii sunt legitim. cap. cum ad verum dis. 96. Covar. lib. 7. var. resol. cap. 10.

Ulpianus lib. 2. disputat.

L. 58. Ex pænibus causis non solet in patrem de peculio actio dari.

O Filho familias, he obrigado como o pay de familias; tanto nos contratos como nos delictos, L. tam ex contraclibus in fil. fam. competit actio ff. de judic. L. fil. fam. 39 ff. oblig. & act. ib. filius fam. ex omnibus causis tam quam pater fam. obligatur: & ob id agi cum eo tamquam cum pater fam. protest.

Mas pelo que respeita ao pay deste, humas vezes, por estas causas, se dá acção do peculio contra elle, e outras não: e quando se dá acção do peculio contra elle; ou se dá em tudo, ou no que versou delle em sua utilidade, ou no remanecente, ut dix. §. sunt præterea 36. Inst. act. & tit. Inst. quodcum eo tom. 4.

A acção meramente penal, nascida do delicto do filho, não tem lugar contra o pay, pela acção do peculio: e isto parece diz Ulpiano d. L. 58. b. t. vers. non solet in patrem de peculio actio dari vide, L. 35. ff. nox. act. sobre o demandado, & L. 57. ff. de judic. sobre a lide contestada. Causas penas, sāb ex maleficiis, & delictis como furto, injuria, e semelhante.

Vide, ao nosso intento pratico, Guerr. tract. 2. lib. 2. cap. 5. à n. 14. Portug. lib. 3. cap. 23. 24. & 25. Conciol. verb. legitima resolut. 1. 2. 3. & 4. Gutierrez. de crimin. quest. 42. & n. 7.

Ulpianus lib. 3. disput.

L. 59. Hæredem ejusdem potestatis; jurisque esse cuius fuit defunctus, constat.

L. 143. Quod ipsis, qui contraxerunt, obstar: & successoribus eorum obstat. h.t.

L. 156. §. 2. Cum quis in locum alterius successerit: non est æquum ei nocere hoc, quod adversus eum nocuit, in cuius locum successit. h.t.

L. 175. §. 1. Non debo melioris conditionis esse, quam actor meus à quo jus in me transit. h.t.

L. 177. Qui in jus, vel dominium alterius succedit jure ejus uti debet. h.t.

Sobre semelhante assumpto distlémos sub L. 54. b.t. & L. 62. eod. & cap. 46. tom. 7.

1 O herdeiro, conforme Ulpiano lib. 3. disputat. que comprehende a bonorum possesso, e outros, L. 117. b.t. & tit. Inst. de bon. poss. he do mesmo poder, e Direito que o defunto, d.L. 59. b.t. & seqq. supr. e sucede em todo o direito, e se reputa a mesma pessoa, e o representante, L. 62. b.t. L. cum hæres 11. ff. divers. & temp. præscript. Reinos. obs. 13. n. 11. e ainda os que se seguem, L. 24. L. 65. L. 70. & L. 170. tom. 6. Moraes lib. 6. cap. 7. n. 21. & infra L. 194. b.t.

2 E por qualquer modo q̄ lhe suceda; no universal, he havido por herdeiro, L. 128. §. 1. b.t. Reinos. obs. 24. n. 29.

3 As accoens que competiaõ ao defunto, tambem pertencem ao herdeiro; e algumas vezes mais amplamente, L. reperitur casus 84. ff. ad leg. Falcid. L. si per imprudentiam 51. §. non mirum ff. evict.

4 Porque este nome herdeiro, he universal, e comprehende todas as accoens, Tom. V.

e direitos, L. 62. b.t. L. 24. tom. 6. Reinos. obs. 42. n. 4. & 7. falando das pessoas, L. 2. & L. fin. Cod. hæred. act. L. 1. Cod. si cert. petat. L. ea quæ Cod. famil. ercisc. L. si te bonis Cod. jur. deliber.

Tambem lhe competem as mesmas exceiçoes do defunto, com tanto que não sejaõ puramente pessoas, mas à maneira de reias, L. exceptiones 7. ff de except.

Porque o que não offende ao defunto, não prejudica ao que lhe sucede, d. L. 156. §. 2. b.t. L. inde 3. vers. si quis & vers. cum enim successimus in locum eorum: æquum non est noceri hoc quod adversus eum non nocuit, em cuius locum successimus ff. itener. Actuq. privat.

O que o defunto não pôde utopiar, nem o herdeiro o pôde prescrever: e pelo contrario, se aquelle podia; tambem este pôde; porque a má fé do defunto passa ao herdeiro, L. vicia 11. Cod. acq. poss. tom. 8. L. cum hæres 11. ff. divers. & temp. præscript. dix. §. diutina 12. Inst. usucap. tom. 1. d. L. 59. b.t. Reinos. obs. 71. addit. n. 12. Peg. for. cap. 5. pag. 418. col. 2. n. 54.

E pelo contrario lhe aproveita a boa fé do defunto, dix. d. 12. Inst. & d. L. 11. Cod. tom. 8. & sub L. 13. ff. adq. poss. tom. 8. L. pro emptore 2. §. si fundus ff. pro emptor. L. de accusationib. 14. §. plane ff. divers. & temp. præscript. porque lhe sucede nas virtudes, como nos vicios.

Daqui vem, q̄ nem pôde ser de me. 12 lhor, nem peor condiçao que o defunto, por lhe suceder em todo seu direito activo, e passivo; e compete ao herdeiro, e contra este, o mesmo direito; e a exceiçao q̄ obstava ao defunto; tambem compete contra seu herdeiro, L. quod ipsis 143. L. 175. §. 1. L. qui in jus 177. b.t. convem, L. 62. eod.

Algumas vezes o herdeiro tem me- 13 nos, §. non autem 1. Inst. perpet. & temp. act. & quæ ad hæred. & in hæred. trans. falando da injuria, e outras accoens,

- 14 Nem lhe passão as exceções pessas, L. maritum 12. & seq. ff. solut. matr. L. exceptiones 7. ff. except. L. in omnib. 68. h.t. Arias de Mes. 1. var. cap. 44. & 2. var. cap. 16. Comprova L. privilegia 196. h.t. cap. privilegium 7. tom. 7. & tit. Inst. perp. & temp. act. tom. 4.
- 15 Nem o herdeiro pôde revogar a doação do defunto ao donatário, como ingrato, L. & si perfectis vers. hoc tamen jus L. bis solv. 7. L. & generaliter fin. vers. hoc tamen usque ad primas personas Cod. revocand. donat. Ord. lib. 4. tit. 63. §. 9. Portug. donat. praelud. 2. n. 16. & 21.
- 16 O que diffémos do herdeiro, se deve adaptar a qualquer que sucede no domínio, ou seja legatário, ou comprador, ou outro singular, que sucede na causa em particular, d. L. 177. h.t. d. L. 156. §. 2 & 3. cap. 46. tom. 7. Barb. ax. 135. n. 9.
- 17 Como no interdicto de itinere aetuae privat., e no interdicto aqua quotidiana & aestiva, que não menos compete ao comprador, do que ao vendedor, L. apparet 5. §. 2. hoc interdictum ff. itinere & aetuae privat. L. 1. §. ait praetor 37. ff. aqua quotid. & aestiv.
- 18 O mesmo na exceção, a respeito do predecessor, e sucessor singular, L. emptori 28. Cod. evict.
- 19 E passão para o legatário, comprador, donatário, todos os direitos, que convém a causa, L. alienatio 67. ff. contrah. empt.
- 20 Também passará contra este sucessor singular a mesma acção in rem, que havia contra o herdeiro, como nos termos da L. si mulier hereditatem §. si mulier rem ff. ad S.C. Vellean. L. redemptores 39. §. Julianus & L. 40. ff. rei vind.
- 21 Mas a meramente pessoal, não passa contra este singular; e por isso não deve o comprador de estar pela locação do vendedor, sem cautela no contrato, L. emptorem 9. Cod. locat. L. si filiofam. 25. §. fin. ff. solut. matr. Ord. lib. 4. tit. 9. ubi Iglosator. Cald. empe. cap. 26. Valasc. cons. 40. Pacion. locat. cap. 61. Peg. for. cap. 4. num. 65.
- O mesmo dizemos da exceção in rem, em favor do sucessor singular, L. exceptiones 7. pr. & §. 1. ff. de except. L. apud Celsum 4. §. de auctoris ff. dol. mal. & met. except. L. quod ipse 143. h.t.
- Quanto à boa fé do sucessor singular, havendo-a mà no antecessor, de quem deriva, §. 12. Inst. usucap. tom. 1. Luduvel. ad Inst. exercit. 6. Thesis 4. pag. 110. Reinos. obj. 71. addit. n. 12. vers. continuatur etiam Sand. d.L. 59. h.t. ad fin. vide, L. Pompon. 13. ff. adq. poss. tom. 8.
- SS• •SS• •SS• •SS• •SS• •SS•

Ulpianus lib. 10. disputat.

L. 60. Semper qui non prohibet pro se intervenire, mandare creditur. Sed & si quis ratum habuerit, quod gestum est, obstringitur mandati actione.

L. 152. §. 2. In maleficio ratiabitio mandato comparatur.

Para requerer por alguém, basta que o constituinte esteja presente, dix. §. fin autem 3. Inst. Satisf. tom. 4.

E basta que lhe permita trate da sua defesa, §. 1. Inst. de his per quas agere possum. tom. 4. porque o mandato também se coatrahe, por tacito consentimento, d. L. semper 60. pr. h. t. L. si remunerandi 6. §. si passus L. qui fide 53. ff. mandat. e o pudera prohibir, ut L. 50. h.t.

E o não prohibido, podendo, se diz permitido, L. nec non 38. ff. ex quib. caus. maior. L. matus §. queritur ff. de procur. Barb. ax. 193. n. 7. vers. et è contra

- é contra & ax. 227. que conduz.
- 5 Do mesmo modo he, quando se requeiro pelo auzente, e ignorant, e este o ratificou depois, e o que se havia obrado em seu nome; porque a ratihibição se compara ao mandato, e iguala, d. L. 60. vers. sed. & si quis ratum habuerit h. t. d. L. 152. §. 2. L. fin. Cod. ad S. C. Macedon. cap. ratihabitionem 10. tom. 7. Barb. ax. 197. n. 17.
- 6 E ainda quando se requere especial, d. L. fin. Cod. ad S. C. Maced. Reinos. obs. 28. n. 15. & 16.
- 7 Mas he necessario que se tenha feito em seu nome, e naõ de outro modo, L. si servus ff. precar. cap. ratum 9. tom. 7. Barb. ax. 197. n. 18. Giurb. ad consuetud. cap. 9. glos. 4. n. 44. e fica sujeito a acção negotiorum gestorum, e ainda a acção mandati. L. Pomponius 9. ff. negot. gest. L. si is qui 50. ff. mandat. d. L. 6. fin. b. t.
- 9 Qualquer acto, ou negocio nullo pelo defeito do consentimento, se confirma, regularmente, pela ratificação, L. 1. §. si ratum 6. ff. quod. jussu L. 3. §. acquirere ff. honor. poss. Moraes lib. 5. cap. 5. n. 15. & 16. e se retrotrahe, L. fin. Cod. ad S. C. Macedon.
- 10 E naõ só nos contratos, e ultimas vontades, mas ainda nos malefícios; porque a ratihibição, ainda nestes, tem força de mandato, d. L. hoc. jure 152. §. 2. in malificio ratihabitio mandato comparatur h. t.
- 11 Se algum sem mandato fizer dejecção da posse ao outro, e depois se ratihabitir, elle faz a restituicão, por ser visto fazer a dejecção o que manda, L. 1. §. dejecisse, §. sed si L. quod est 3. vers. cum procurator ff. vi & vi armat.
- 12 O mesmo nos termos da L. non solum 11. ff. de injur. L. 2. ff. ad leg. Corn. de falj. L. si quis 7. §. hoc vero ff. de jus risd.
- 13 Com tanto que o faça em nome de outro, nem seja delito em que naõ cai:

Tomo V.

ba mandato, como no adulterio, e outros, arg. L. 1. §. nec autem Cod. caduc. tollend.

Quando a Ley requere simples có-
sentimento, sem prevenir tempo, bas-
ta a ratihibição, d. L. fin. Cod. ad S. C.
Maced. L. donationes 25. vers. sicut &
alias ratihabitiones Cod. donat. inter.

Quando o requere preciso no acto,
e por forma, se naõ retrotrahe, L. obli-
gari 9. §. tutor ff. auct. tut. §. tutor
pen. Inst. auct. tut. tom. I. Moraes lib.
5. cap. 5. n. 17.

Quando a Ley prefinio dentro de 16
certo tempo, basta que ratifique té
àquelle tempo, L. bonorum possessio-
nem 24. ff. rem rat. haber. Tiraq. re-
tract. lignag. §. 1. glos. 10. à n. 85. Fa-
chin. lib. 8. controversial. cap. 61.

A ratificação, ha de ser antes de se
oppor a nullidade Reinos. obs. 28. n. 17.
vide Moraes lib. 5. cap. 5. da profissão,
Matrimonio; solemnidade, do tempo
do acto, ou em razão de seu prejuizo.

Quando o consentimento he só re-
querido pelo seu prejuizo, como no
senhor directo, basta depois do acto,
Reynos. obs. 43. n. 23. & 24. Fulgin.
jur. emphit. tit. de alienat. quest. 3. n.
12. Moraes d. cap. 5. n. 16.

Ainda que seja a faculdade regia , 19
L. si quis mihi bona §. jussum ff. acq.
hered. Reinos. obs. 71. addit. n. 4. vers.
cum tamen regia facultas. Obtive em
hum, e outro caso Senatu.

Na alienação da coufa da Igreja , 20
depois da qual interveio o beneplaci-
to Apostolico, Reinos. obs. fin. 74. addit.
n. 8. & 9.

Se he em favor de alguem, vidé Sal-
gad. labir. p. 1. cap. fin. n. 41. Hontalb. jur.
super. quest. 2. à n. 33. & 56.

Ulpianus lib. 3. opinionum.

L. 61. Domum suam reficere unicuique licet , dum non officiat in vito alteri , in quo jus non habeat.

A Cada hum he licito refazer , e redificare a sua casa , com tanto que naõ offendia ao outro contra a sua vontade , sem este lhe dever servidaõ , Ord. lib. 1. tit. 68. §. 28. Per. dec. 87.

2 Grande foi o cuidado , entre os antigos , no orname , e aspecto das Cidades , e que se naõ disformasse com ruinas : tanto , que mandavaõ refazer a custa da Cidade , se havia discurso , e se o senhor da casa naõ pagava em quatro mezes o principal , e usuras , perdia o dominio ; e havia Ministros deputados a este fim , e nas Provincias estava a cargo do Presidente , e Proconsul , L. necessarium 2. §. quod ad Magistratus vers. & eisdem temporibus ff. origin. jur. Varro lib. 1. de rustic. & lib. 1. de lingoa latina L. præsens provintiæ 7. ff. offic. præsid. L. ad curatoris 46. pr. & §. 1. ff. damn. infect.

3 Portug. lib. 3. cap. 39. ex n. 1. e a Ord. lib. 2. tit. 26. §. 27. impoem pena a quem compra a casa para vender os materiaes.

4 Donde inferem os DD. ser interesse da Republica , que se façã edificios novos , e os antigos se reedifiquem , Portug. lib. 2. cap. 8. n. 40. & 41. & cap. n. 2. & 3. ubi jura Peg. coment. tom. 6. ad Ord. lib. 1. tit. 68. §. 29. n. 62.

5 Que a obra feita se naõ deve demolir , ainda que faça algum prejuizo , Portug. cap. 8. n. 41. Grat. cap. 552. n. 53. & 56. scop. ad Grat. obs. 90. num 59.

6 E inferio Ulpiano lib. 3. opinionum , donde he tirada a d. L. 61. h. t. que he licito reedificar , e o comprova Peg. ad Ord. d. §. 28. glos. 3. L. n. 3. pag. 116.

tom. 6. perjura & DD. e assiste a liberdade da L. altius 8. Cod. servit. & aqua Ord. d. tit. 68. §. 24. Portug. d. cap. 39. n. 3.

Quanto ao vers. dum non officiat in vito alteri , com tanto que naõ offendia ao vizinho contra sua vontade , L. si- cut 8. §. Aristo ff. si servit. venaices. como falando do fumo paracima , e a goa para baixo ex d. §. Aristo Arouc. adnot. L. 2. §. 1. n. 14. pag. 38. ff. de rer. divis.

Quanto ao vers. in quo jus non ha- beat , quer dizer , salvo se lhe dever servidaõ ; porque esta obriga , e fugeita : e se a havia , fica na area para depois de refeita , Peg. d. §. 28. n. 2. tom. 6. Per d. dec. 87. & ibi Cæpol. servit.

A razão natural manda , que se naõ denegue a hum , o que ao outro naõ faz mal , & dix. L. 1. vers. dominium n. 6. ff. de adq. poss. tom. 8.

He emulçao , fazer sem utilidade , io e impedir a factura sem commodo , dix. tom. 8. pag. 5. n. 7.

• OSSO • OSSO • OSSO • OSSO • OSSO • OSSO •

Julianus lib. 6. Digestorum.

L. 62. Hæreditas nihil aliud est , quam successio in universum jus , quod defunctus habuerit.

H Erança , nenhuma outra causa é he , mais que hum succeder em todo o direito do defunto , ut d. L. 62. b. t. L. nihil aliud 24. L. bonorum 208. tom. 6. L. bona 3. ff. bonor. poss. L. 1. §. fin. vers. nam ipsum jus successionis ff. rer. divis.

Naõ aceita , caduca em tudo ; L. si nemo 181. h. t. e aceita , he patrimonio do herdeiro , §. 1. Inß. hæred. qualit. dix. pr. Inß. stipul. servor. Portug. lib. 3. cap. 14. n. 14. & 15.

O que faz aceitação fica herdeiro , e obrigado aos credores , §. 1. Inß. de hærede.

bæred. qualit. & differ. d.L. 3. §. 1. vers.
denique ff. bon poss. L. bæredit as 50. ff.
petit. bæred. leva todo o commodo, e
incommodo, L. bæres in omne 37. ff.
acq. bæred. scilicet, activo, e passivo,
vide, L. 59. b. t.

5 Salvo se lhe competir a exceição de
exhausta, pelo beneficio de inventario,
ex L. fin. §. & si præfactam Cod. jur.
deliber. do qual Peg. for. cap. 5. n. 26.
cap. 11. ex n. 48.

6 Em quanto esta Ley diz, quod de-
functus habuerit, que tinha, e podia
ter, mostra que não falla da herança
do vivente, L. 1. ff. bæred. vel act. ven-
dit. que he nulla, Ord. lib. 4. tit. 70. §.
3. L. nihil aliut 24. tom. 6. Phæb. dec.
102. Giurb. de feud cap. 118. §. 1. glos.
7. pag 91. Schetin. de paet success.

0550-0550-050550-0550-0550-

Julianus lib. 27. Digestorum.

L. 63. Qui sine dolo ad judicium pro-
vocat, non videtur moram face-
re.

L. 99. Non potest improbus videri,
qui ignorat quantum solvere de-
bet. h.t.

A Culpa, geralmente falando, he
fazer, o que não devia, ou não
fazer, o que devia, scilicet, infaciendo,
ou in omitendo: o primeiro gene-
ro, como se o devedor matar o animal
promettido, ou se eximir da promessa
da causa que está no comercio dos
homens, L. si ex legati causa 23. L. si
ser vnum 21. pr. ff. verb. oblig. L. mora
32. ff. de usur.

O segundo caso, se o devedor não
3 pag. o que deve em tempo devido, e
he havido por moroso, arbitrio judicis,
d. L. mora 32. ff. de usur.

Ha mora, em não entregar o devi-
do, d. L. mora 32. ff. usur. L. quod te
5. L. si ex negligali 23. ff. verb. oblig.

e ha mora do credor; em não receber, quando se oferece por devedor idoneo, L. si soluturus 39. L. qui decem
72. ff. de solut. & liber.

O devedor, posfluidor, ou promis-
tor, não he visto estar logo em mora,
por não pagar quando he interpellado,
antes de ir a juizo; porque se regula
por circunstancias: se não teve justa
causa, está em mora, e se sabia ser de-
vedor, ou que a causa pedida era do
adversario, e quiz ir a juizo, L. nemo
82. §. si post moram verl. & his morans
videtur fecisse, qui litigare maluit;
quam restituere ff. verb. oblig. L. fin.
ff. condit. furtiv.

Mas se justamente, e de boa fé for
a juizo, não está em mora, d. L. qui
sine dolo 63. b.t. L. paratum 47. L. si mo-
ra 22. ff. de usur. L. quis solutions 24.
ff. eod. porque a mora resulta da injur-
ta dilacão, vide, L. 14. & L. 42. b.t.

Nem todo aquelle que differe o pa-
gamento, está em mora, L. sciendum
21. & seqq. ff. de usur. quod differtur,
non auferatur, L. quoties Cod. præcib.
imperat. offer. Barb. ax. 197. n. 12.

Como no herdeiro, que ignora, e tem
justa causa de ignorancia, pelo
facto alheyo, L. qui in alterius 42. b.t.,
e por isto ainda que não pague logo,
e va a juizo, não está em mora, d. L. 11.
non potest improbus videri 99. b. t. Im-
probo scilicet, frustrator, aut cessa-
tor.

Se sem causa justa faz pleito, e a
causa pedida perece depois da contesta-
ção, deve a estimação, L. illud 40. ff.
petit. bæred. L. nemo 82. §. fin. ff. verb.
oblig.

O que não pode dizer o ladrão;
porque não tem causa justa para ir a
juizo, d. L. fin. ff. condit. furtiv. d. L.
illud 40. ff. petit. bæred. e a não pode
purgar.

As usuras, correm da lide contesta-
da, L. lite contestatæ usuræ currunt
25. ff. usur. convem, Ord. lib. 3. tit.
66. §. 1. & 2. Reinos. obs. 63. n. 6.

Mas

- 15** Mas he nos contratos de boa fé , e
naō stristi juris, gloj. d.L. 25. L. mora
32. §. in bona fide, contractibus usuræ
debentur ff. eod. vide Barb. in L. § mora
10. ff. solut. matr. dos tom.2.

16 Naō hā mora sem liquido , L. in fi-
deicomiss 3. ff. de usur. Reinos. obs. 45.
n. 22. ubi jura & DD.

Julianus lib. 54. Digestorum.

L. 65. Ea est natura cavillationis;
quam græci ... (idest acerva-
lem syllogismum) appellant:
ab evidenter veris per brevissi-
mas mutationes disputatio ad
ea, quæ evidenter falsa sunt,
perducatur.

Julianus lib. 29. Digestorum.

L. 64. Ea, quæ raro accident, non temere in agendis negotiis computantur.

Esta Ley ,se deve de explicar pelo tit. ff. de legib. porque as Leys tratado dos casos mais ferquentes,e naõ do que acontece poucas vezes, L. 3. 4.
5. 6. 7. & 10. ff. de legib. ubi bonus Arouc. adn. dix. §. 4. Inst. jur. nat e naõ pôdem trazer tudo , L. non pos- sunt 12. ff.d.legib. & ibi Arouc. & in d. L. 10. ff.evd.

2 E se procede por semelhança , *Ord.*
lib. 3. tit. 96. fin. pr. tit. 25. §. 5. lib.
4. tit. 91. §. 1. Arouc. adn. in d. L. 12.
n. 2. e a Ord. lib. 3. tit. 64. § 2. & tit. 55.
§. 11. proveo , que se desse parte ao
Princepe para determinar.

3 E por isto parece disse Juliano, q̄ os
caſos poucas vezes acontecidos, eraõ
de temer na ſua deciſão, por naõ de-
fenido; quando o eſtā, ainda que ra-
ro, fe guarda, §. *insula* 22. *Inſ. rer.*
div s.L. maior quinquagenaria 12. *Cod.*
de legit. heredib.

Vide, Arouc. adn. L. 4. & 5. ff. de
legib. que abunda; mas cada hum quan-
do julgar regulesse pelas regras, e de
hum caso simpliciter, não faça caso, que
he de temer ainda com esse.

Esta Ley falla daquelle cavillaçāo, que segundo os Gregos, se chama *acer valēm syllogismum*, e diz que por brevissimas interrogaçoens, como por grāos, acrecenta, ou diminue da verdade evidente, para pervençāo do evideate fallo: como nos exemplos da *L. Neratius 85. tom. 6. L. fin. ff. de abigeis* fallando do numero para constituir collegio, ou rebanho, em que para aquelle requerem trez, e para este treze; e se puzer syllogismo de que infira outra coula, he cavillaçāo acerval.

Destes sofismas, aix. L. natura ca-
villationis 177. tom. 6. & ibi glos. v. g.
couças sagradas, saõ nullius, §. 7. Inß.
rer. divij. O que he nullius, fica do
primeiro que o toma, §. 12. Inß. eod.
logo as couças sagradas saõ do primei-
ro que as toma; o que he falso. Saõ nul-
lius, por fora do comercio.

Se pôde o Advogado usar de falsas razoens para persuadir ao juiz, ou convencer o adversario? Em causa justa, resolve que sim, *Mesing. cent. 3. obs. 6. Tiraq. utroq. retr. præfact. n. 70. Cæi pol. cautel. 67. Petr. Cabal. cent. 3. casu 287. n. 81.*

Outros dizem que não he de Advogado prudente, *Gædeus cum Andr. Alciat. in L. 177. ff. verb. sign. tom. 6.* e sigo estes, ainda que com hum dolo, se possa retestir a outro (afastada a produçao de testemunhas).

Julianus lib. 60. Digestorum.

L. 66. Marcellus: desinit debitor esse is, qui natus est exceptionem justam, nec ab æquitate naturali abhorentem.

No sentir de Marcello, deixa de ser devedor, o que alcançou exceção justa, e que se não oppõem à equidade natural: dix. L. non videtur 13. b.t. & tit. Inst. except. & §. 30. Inst. ver. divis.

2 Todas as exceções foraõ introduzidas ex æquo & bono, e a causa de evitar danno, d. L. 66. b. t. L. qui æquitate 12. ff. dol. mal. & met. except. Arpr. s. qui autem 16. Inst. excus. tut. n. 3.

3 E a equidade he a māy das exceções, Mantic. tacit. lib. 7. cap. 15. n. 22. e se resulta a do dolo, quando intringe a acção, d. num. 22. cum d. L. 12.

Idem lib. 87 Digestorum.

L. 67. Quotiens idem sermo duas sententias exprimit, ea potissimum excipitur, quæ rei gerendæ aptior est.

DIx. L. 9. b. t. vide, Barb. ax. 222. n. 6. 7. & 8. a mais proporcionalada ao eff. ito; em favor do Reo; e contra o que as proferio, ut d. L. 9. num.

Paulus lib. singul. de dotis repetitione.

L. 68. In omnibus causis id observatur, ut ubi personæ condicio locum facit beneficio, ibi deficiente ea beneficium quoque deficiat: ubi vero genus actionis id desiderat, ibi, ad quamvis persecutio ejus devenerit, non deficiat ratio auxilij.

L. 196. Privilegia quædam causæ sunt, quædam personæ, & ideo quædam ad hæredem transmittuntur, quæ causæ sunt: quæ personæ sunt, ad hæredem non transiunt.

O Privilegio, se toma de hum de dous modos: ou por Direito singular, que respeita a huma só pessoa, como Ley particular dada a huma pessoa: ou se toma pelo beneficio, e direito singular, a respeito de muitas pessoas da mesma condiçāo, L. jura non singulas 8. & ibi Arouc. & in L. jus singulare est 16. ff. de legib. nem he mais que hum beneficio concedido contra direito commum, por favor particular, ou às cousas, ou às pessoas: ou he pessoal, ou real.

O privilegio, que convem à pessoa, não passa a outras, antes faltando falta o privilegio: como o que compete ao marido na repetição do dote, que não pôde ser convindo pela mulher ultra quam facere potest, que não passa ao herdeiro, ou fiador do marido, L. maritum 12. & L. etiam 18. ff. solut. matr. dos & ibi Barb. e outros do mesmo privilegio, L. 28. & 173. b. t.

Porque pessoal, e não passa alêm da pessoa a quem se concedeo, d. L. 68. & L. 196. b. t. L. exceptiones quæ personæ 7. ff. except. §. sed & quod Principi 6. Inst. jur. nat. cap. privilegiu

gium personale 7. tom. 7. Barb. ax. 191.
n. 5. Guerr. privileg. cap. 5. n. 2. & cap.
6. n. 2.

4 Ou seja pedido, ou concedido de
motu proprio, Carleval de judic. tit. 3.
disp. 23. n. 40. Cost. privileg. credit. prae-
lud. 1. proem. Phæb. dec. 19. n. 10.

5 E só o pôde conceder, quem pôde
fazer Leys Guerr. cap. 3. n. 2. porque

6 he Ley particular, ut cap. 2. n. 4. & 5.

7 O mesmo que dissemos do marido,
se diz da mulher, que prefere, pelo
dote, aos credores anteriores, e hypo-
thecarios, L. assiduis 12. Cod. qui
potior in pignore habeat. que não passa

8 ao herdeiro, L. unic. Cod. privileg. dot.
e o mesmo no pupillo, L. dabimusque
16. §. si quis. ff. reb. auct. judic. vers.
ipse autem pupillu habet privilegium,
sed ejus successores non habent.

9 O que não ha nas Leys, que não ad-
mittem exceção de pessoa, cap. in judi-
ciis 12. tom. 7. Ord. lib. 1. tit. 1. pr. Arouc.
adn. L. 8. ff. de legib. Moraes lib. 6. cap.
7. n. 1.

10 Se não respeita a pessoa particular,
tem força da Ley, §. 6. Inst. jur. natur.
Solano à Valle Coment. ad regim. pro-
em. n. 17. pag. 3.

11 Algumas vezes, o privilegio pessoal
passa da pessoa, como quando dos fi-
lhos se extende aos libertos, L. etiam
filios 18. ff. solut. L. assiduis 12. §. ad
hæc vers. exceptis Cod. qui pot. in pign.
vide, Phæb. p. 2. ar. 99. & dec. 32. 55.
& 145. ainda que por via de regra não
passe, §. 6. Inst. jur. nat. cum d. L. 68.
& 196. h.t.

12 Se o privilegio for dado em razão
da causa, passa ao herdeiro; como a
restituição concedida ao menor a cau-
sa da lezação, que compete aos herdei-
ros, L. minor autem 18. §. non solum
pr. ff. rest. in integr. Camil. Borrel. cons.
100. n. 33. Mesing. cent. 4. obj. 18. &
19. Mend. p. 1. lib. 2. cap. 21. n. 35. Barb.
L. quia talen. 48. ff. solut. Phæb. dec. 99.
n. 5. Peg. 2. for. par. 954. col. 2. fin. Peg.
maior. cap. 9. n. 385. Gom. 2. var. cap.
14. n. 6.

Mas não lhe compete mais tempo, 13
que o restante ao menor, L. interdum
ff. de minor. dix. cap. 7. tom. 7. Barb.
in L. 15. n. 6. Cod. temp. in integr. rest.
Oddo de restit. p. 1. quæst. 20. art. 8. n.
77.

O privilegio, concedido à pessoa,
comprehende aos domésticos, princi-
palmente mulher, e filhos, e em quan-
to vive, L. pater 6. ff. servit. legat. L.
Medicos 6. Cod. professor & medic. lib.
10. L. omnis 2. fin. Cod. Episc. & Cler.
Salvo se expressamente forem exclu-
sos, L. etatem 3. fin. & L. 4. ff. de cen-
sib.

O privilegio, real, que não à pes-
soa, mas a coula, causa, acção, con-
trato, Collegio he concedido, sempre
passa aos sucessores, d. L. 68. & 196.
h.t. arg. L. damni infecti §. si quis unas
ff. damn. infect. dix. §. si ex pluribus 4.
Inst. de S.C. Orfician.

Como o beneficio do S.C. Velleano,
dado a coula, e não à pessoa, que pas-
sa ao herdeiro, e fiador da mulher, L.
mulierem 14. L. hæredes 20. Cod. ad
S.C. Vellean. cap. 7. tom. 7. deste bene-
ficio, e suas exceções, Ord. lib. 4. tit.
61.

A faculdade de levar agua concedi-
da ao predio, e não à pessoa, aquella
passa, esta não, L. 1. §. id que à Prin-
cipe & seq. ff. aqua quotid. & æst. d. L.
3. ff. de censib. L. immunitates 4. ff.
jur. immunit.

Quando concorre, em huma pessoa,
o direito de duas, se reputa duas, ut
per jura & DD. Arouc. adn. L. 8. n. 4.
ff. de legib.

E quando a Ley falla em pessoas,
comprehende assim da terra como do
mar, per jura Arouc. n. 3.

Quando a Ley falla com requisitos,
devem concorrer, sem o que não pro-
cede, Valasc. cons. 149. n. 12. Maced.
dec. 28. n. 5. Phæb. p. 1. ar. 83. Ozor. pa-
tron. resol. 40. n. 8. d. L. 68. h.t. Cortiad.
dec. 30. n. 78.

Nenhum pôde pedir implemento,
sem

sem o mostrar pela sua parte, Arouc.d.
L. 8.n.2. Peg. far. cap. 5.n.30. & cap. 7.
n.13. & 14. Valens. conf. 175.n.49. Ly-
riac. contr. 129. vide, Hontalb. quæst. 5.
ex n. 18. & n. 23.

Surd. conf. 335. n. 72. Roland. vol. 1.
conf. 10. n. 14. Salgad. Labri. p. 1. cap.
32. n. 40. & seqq. Fontanel. dec. 111.
n. 89. p. 1. & de pact. nupt. tom. 1. claus. 3.
glos. 3. n. 59. tive este cato, e se julgó
no Senado.

A cada hum he licito renunciar seu 5
direito, L. si quis in conscribendo 29.
Cod. de pact. L. pactum. 46. ff. de pact.
Barb. ax. 135. n. 13. Rocca cap. 194.
n. 9. e depois, naõ tem regresso, posto 6
que fosse tacita, Barb. n. 12. Rocca n.
10.

Ainda a nulidade da Ley, introdu- 7
zida em favor de alguem contra algum
acto, se entende que sómente procede,
querendo, aquelle a cujo favor vejo,
usar della. Salgad. Labir. p. 1. cap. fin.
ex n. 41. Hontalb. jur. superu. quæst.
2. à n. 33. 34 & 35. Phæb. dec. 24. n. 4.
Moraes lib. 5. cap 5. n. 21. vide Reinos.
obs. 74. n. 8. & 9.

Nem obstante à noilla Regra as L. ser- 8
vus vetante 62. ff. verb. oblig. & L. ad
quiritur 10. §. 4. ff. acq. rer. dom. L. sol-
vendo 39. ff. neg. gest. L. solvere 53. ff.
de solut. L. cum constitutio §. sin vero
Cod. testam. manumiss.

Quando ha razão publica, que se 9
antepoem à particular, passa outra
coula, arg. L. cum ratio §. si plures
pen. ff. bon. damn. Ou razão natural,
L. non tantum 6. ff. appellat. §. impu-
beres 6 Inst. Attilian. tut. L. 5. L. 6. ff.
tutor. & cur. dat.

Aliás, contra a vontade, nem a li- 10
berdade, d. L. cum constitutio ult. Cod
testam. manumiss. L. 1. usq. 7. ff. liber-
caus. (inestimavel, L. 106. & 176 §.
1. b.t.) naõ obstante a d. L. cum con-
stitutio ult. §. sin vero vers. Ramañam
Civitatem recusare nemine servorum li-
citum est. Cod. testam. manumiss.

Porque se responde, q̄ lendo o servo 11
proprio instituido, e manumettido no
testamento, fica herdeiro necessario,
e livre, ou queira, ou naõ; o que tam-
bem respeita à honra do testador, pa-
ra que os credores antes hajaõ delle os
bens

Paul. lib. singul. de adsignat-
libertor.

L. 69. Invito beneficium non confer-
tur.

L. 56. §. 4. Quod cuique, por eo,
prælitatur invito non tribui-
tur.

DA assinaçao dos libertos, faculta-
da ao pay para os filhos, princ.
Inst. & tot. tit. de assinat. libert. tom. 2.

Quando hum liberto he assinado a
2 dous irmãos, fica de ambos; mas se hum
repudiar, os filhos deste naõ tem de
que se queixar, L. S. C. 1. §. sed si is
ff. de adsignat. libert. porque o pay naõ
quiz; e senão de beneficio contra von-
tade; nem venha contra o facto do pay,
contra L. cum à matre 14. Cod. rei-
 vind.

3 Poém, deve naõ se tomar estreita-
mente da assinaçao dos libertos, mas
geral, d. L. invit. 156. §. fin. quod
cuique b.t. L. 69. eod. L. fin. Cod. und. le-
git. L. nec emere Cod. de jur. delib. L. hoc.
jure §. non potest ff. donat. Barb. ax. 36.
n. 5. & addo L. si index 41. ff. minor. L.
si debitor 91. ff. de solut. fallando, do
que naõ quis a doação, remissão dadi-
vida, ou restituição.

4 (O menor, naõ se restitue contra os
actos de seu pay, ou outro a quem suc-
cede o, L. fin. Cod. si advers. vend. pign.
L. 1. Cod. de filio fam. min. & celebris
L. Æmilius juncto ver. putabam ff. mi-
nor. L. nam & servius 22. §. qui negotia
ff. negot. gest. Donel. lib. 2. coment.
cap. 7. col. 1. & cap. 9. col. 2. Duaren.
ind. tit. Cod. si advers. vend. pignor.

bens, §. 1. Inst. hæred. inst. §. necessaria 1. Inst. hæred. qualit. & differ. ubi dix. tom. 2. §. 1. Inst. cui & ex quib. caus. man. tom. 1. e fora deste caso, he permitido oficiar na elcravidaõ, d. L. fin. Cod. testam. manumiss. L. 1. usq. 7. ff. liber. caus.

ossos ossos ossos ossos ossos ossos ossos

Ulpianus lib. 1. de officio Porconsul.

L. 70. Nemo potest gladij potestatem sibi datam, vel cuius alterius coercitionis, ad alium transferre.

ossos ossos ossos ossos ossos ossos ossos

Idem lib. 2. de offic. Procons.

L. 71. Omnia, quæcunque causæ cognitionem desiderant, per libellum expediri non possunt.

I Esta Ley 70. he tirada, e transcripta da L. solent 6. vers. nec enim potest quis gladii potestatem sibi datam vel cuius alterius coercionis ad alium transferre ff. offic. prosul & legat. em que trata do mero imperio, que he o jus gladii, glos. in L. illicitas verb. jus gladii ff. offic. præsid. e o tem o Magistrado, Barb. L. cum prætor 12. §. 1. n. 158. ff. de judic. cum d. L. illicitas §. 3. vers. universas Provincias regit & d. L. 70. b.t.

2 E se naõ pôde cometer, ou delegar para dicílaõ defenitiva, d. L. solent 6. ff. offic. proconsul. Barb. prox. & n. 475. e no d. §. 1. diz Barb. quanto se pôde dezerjar, da materia do misto imperio.

3 Quanto á L. 71. transcripta da L. nec quiquam §. 2. ubi decretum necessarium est, per libellum id expediri pro-

consul, non poterit. Omnia enim quæcunque causæ cognitionem desiderant, per libellum non possunt expediri ff. de offic. procons. & delegat. Vem a dizer, que quando he necessario o decreto de sentença final, e defenitiva na catifa, senão pode cometer, e dà a razão vers. Omnia, donde se trasladou a dita L. 71. vide, L. 27. L. 105. & L. 176. b.t. partes citadas, e ouvidas, L. excusa-re 25. L. si cum ipse 39 ff. excus. tut. L. minorum 6. Cod. de præd. & aliis reb. min. L. à precedente 4. Cod. dilat. que daõ exemplos.

ossos ossos os (os ossos ossos) ossos ossos

Favolenus lib. 3. ex proste- riorib. Labeon.

L. 72. Fructus rei est vel pignori dare licere.

NA reivindicaçãõ, contra o pos- tuidor de mà sé, como o he depois de contestada a lide, vem os frutos, e naõ só os que o R. percebeo, mas ainda os que o A. podia perceber, se posuiria a coufa e logo qu. a pedio, L. si fundus 17. ff. reivind. L. si navis 62. ff. eod. Ord lib 3. tit. 66. §. 1. & ibi glosator. & Omnes.

No fruto, se conta toda a utilidade; que pod a ter nessa coufa, L. videamus 19. §. fin. ff. de usur. pela qual razão se d ve estimar toda a utilidade que o A. havia de ter: e assim a liberdade de dar em penhor, ou hypotheca, e se conta em fruto, o poder dar a coufa em penhor, e isto nos vem a dizer a dita L. 72. b.t. tirada de Javoleno in L. fin. vers. fructus rei est, vel pignori dare licere ff. de usur.

O usofructuario, naõ pôde dar a propriedade em penhor, L. intere 6. Cod. usufr. vers. nam usufructarius quidem proprietatem pignore non potuit.

Posto que ao usofructuario perten- 4
cem

cem todos os frutos da coufa, L. 7. ff. u-
sufruct. porque se entende de todos os
que a coufa produz, e naõ de toda, e
qualquer utilidade: ainda que a com-
modide de usar, e gozar, ou essa per-
cepçao de frutos, a possa dar em pe-
nhor, em razao de que a pde vender,
arrendar, ou dar graciosamente, §. 1.
Inst. usu & habit. tom. 1. Cæpol. servit.
tract. 1. cap. 4. 1. addit.

E porillo se naõ legue nelle a utili-
dade de que acima falamos, e assim se
deve de entender, a L. si is 11. §. ususfru-
ctus ff. de pignor.

os ss os ss os? jo os ss os? jo os ss os ss

Quintus Mutius Scavola.
lib. singul.

L. 73. Quo tutela rediit, eo hereditas
pervenit, nisi cum seminæ hære-
des intercedunt.

Esta Ley, com os seus 4. §§. pro-
poom 5. regras: neste princ. diz,
que a quem toca a herança, deve per-
tencer o encargo da legitima tutela, se
naõ for mulher, & Ord. lib. 4. tit.
102. §. 5. vide, tit. legit. agnat.tutel.
tom. 1.

O que recusa a tutela, perde a heran-
ça, L. si quis tutela 28. ff. testam. tutel.
Ord. lib. 4. d. tit. 102. §. 6. e desto
princ. fica dito sub L. 10. b. t. Barb. ax.
44.

Se naõ for mulher, pupillo, menor,
ou velho, ut dix. d. L. 10. ex n. 28.
& in §. item maior 13. Inst. excus. tut.
tom. 1.

§. 1.

Nemo potest tutorem dare cui-
quam, nisi ei, quem in suis hæ-
redibus, cum moritur, habuit,
habitatus ve eslet, si vixisset.

Esta segunda Regra, ex §. 1. falla
do tutor dado no testamento, ou
Tom. V.

codecillo, e que he só para os herdei-
ros seu, e para o postumo, que ha-
via de ser herdeiro seu se vivo fora, L.
1. ff. de testam. §. permisum 3. & §. 4.
Inst. de tutel. tom. 1.

São herdeiros seus, os que tem no §
patrio poder, e ninguem se lhe ante-
poem, ao tempo da morte: como são
os filhos, e filhas familias, netos, e ne-
tas de filho já morto, ou emancipado,
§. sui autem 2. Inst. hæred. qualit. &
difer. §. sui autem 2. Inst. de hæred. que
abintef. defer.

E a Ord. lib. 4. tit. 102. tambem fal-
la do tutor dado pelo pay, ou avô, L.
1. fin. ff. testam. tutel. dix. a. §. 3. & 4.
Inst. de tutel. tom. 1.

§. 2.

*Vi factum id videtur esse, qua-
de re quis, cum prohibetur, fa-
cit: clam, quod quisque, cum
controversiam habet, habitu-
rum se putaret, fecit.*

Esta Regra pertence ao interdicto, ⁷
quod vi, aut clam, pelo qual se
socorre, quando na terra alheya se
desfaz, ou faz alguma coufa; que he
restitutorio, L. 1. ff. quod vi aut clam.

E define, que coufa seja feita vi, e que
coufa se diga feita clam, e diz
q̄ he obra feita vi, e he visto ser, quan-
do algum faz, o que estava prohibido
pelo outro: ou contra a sua propria
prohibição, ainda feita com huma pe-
drinha atirada à obra para que se sus-
penda, e mais naõ faça, ut d. L. 1. §.
quid si vi factum ff. quod vi aut clam.
L. vi facit 20. ff. eod. Ord. lib. 3. tit.
78. §. 4. ubi glosator.

Cuja prohibição basta ser feita pelo 10
seu criado, ou mercenario, ou procu-
rador, ou servo, L. 3. ff. d. tit. ou in-
quilino, L. 17. ff. eod. ou quando de-
molir, sabendo a prohibição que se
lhe quer fazer, d. L. 1. §. 2. verl. sed &
Aristo ait vide Gonçal. da Silv. d. tit. 78
§. 4. lib. 3.

- 11 Feita clam, se entende ter, o que se faz furtivamente, sabendo que ha controvérsia, ou entendendo que a haverá, ou devendo-o assim entender, L. 3. §. fin. clam facere verl. item Aristoputat & L. servius 4. ff. d. tit. quod vi aut clam, vide L. clam possidere 6. ff. adq. possess. tom. 8. & Barb. dict. 59. do appellativo palam, L. palam 33. tom. 6.
- 12 Contra a nova obra, começada, e prejudicial, se pratica o interdicto, novi operis nuntiatione, para se impedir, pelo juizo da Almotaçaria, que na Corte he o das Propriedades, L. 1. §. interdictum autem hoc ff. novi oper. nunt & rot. tit. Ord. lib. 1. tit. 68. ex § 22. e fica a obra embargada, como nos termos da Ord. lib. 3. tit. 78. §. 4. supr. allegada.
- 13 E se for finda, sem sciencia para se impedir, se intenção a acção de força, e extraordinaria do interdicto unde vi, no juizo ordinario, dentro do anno, e dia da Ord. lib. 3. tit. 48. Como restitutorio, e summario, de que tambem faz menção, Ord. d. lib. 1. tit. 68. §. 25. do qual dix. §. 6. Inst. interdict.

§. 3.

Quæ in testamento ita sunt scripta, ut intelligi non possunt, perinde sunt, ac si scripta non essent.

14 Esta Regra 4. pertence ao tit. ff. de his quæ pro non scripta habentur e he descrita ex L. 2. ff. d. tit. dix. L. 12. b.t.

15 Quando a dubiedade se pôde resolver pela mente conjecturada, conforme ao tex. in L. cum testamento 25. ff. req. dub. Valle a instituição, ou legado

16 Quando por nenhum modo se pôde saber, he havido por não escrito, L. si quis 3. §. si duobus, ff. adimend. & trans. legat. L. duo sunt Titii 30. ff. testam. turel. L. in tempus 62. §. 1. ff. bared. inst. L. item apud 15. §. 9. ff.

injur. L. ita stipulatus 115. ff. verb. oblig. versi. vel fundum dari non adjecto nomine L. ubi autem non appareat ff. eod. Peg. 3. for. cap. 26. n. 31. Reinos. obs. 29. n. 3. Cardos. verb. in certitudo n. 4. e responde a L. 8. §. si inter duas ff. de legat. 2. Altim. null. sent. quest. 8. à n. 1. usq. 28. & 36. vide, Parlador. rer. quotid. lib. 2. cap. 3. n. 31. Amostac. caus. piis p. 1. cap. 11. n. 14.

Se differ, que institue hum dos filhos de seu irmão, se não se pôde verificar, todos ficão herdeiros, L. uter ex fratribus ff. condit. inst. per jura Guerr. tract. 2. lib. 5. cap. 6. n. 105. Pinheir. emph. disp. 6. scil. 6. §. 5. num. 133.

Sé instituho em nome de irmão, ou filho, e o não era, a instituição fica nenhuma, L. si filius 4. L. nec apud 7. Cod. báered. inst. Arouc. adn. L. 3. n. 24. fin. ff. just. & jur. coavem Bart. in L. demonstratio falsa n. 7. ff. condit. & demonst. & in L. nemo §. 1. ff. báered. inst. Surd. cons. 1. n. 5. & 6. e allega muitos,

§. 4.

Nec pascicendo, nec legem dicendo, nec stipulando quisquam alteri cavere potest.

17 Esta Regra 5. e ultima nos vem a dizer, que ninguem pôde estipular para outro, ou fazer concerto, ou ajustar pacto ao contrato já feito, e obrigar ao outro; porque as obrigações forão inventas para cada huma adquirir para si, o que lhe for util, e em quanto tiver interesse, e se o fizer para outrem, he inutil, §. alteri 19. & §. 4. Inst. inutil. stip. tom. 3. L. stipulatio ista 38. §. alteri ff. verb. oblig. L. quæcumque 11. ff. oblig. & act. Ant. Matheu de oblig. disp. 3. n. 20. disp. 7. n. 18. dix. L. 11. b.t.

Salvo, se lhe ajuntar pena, d. §. alteri 20. ri 19. Inst. & d. L. 38. §. alteri vers. plane.

21 Mas tem assinacão de dez dias, o el-
rito que diz, que pagará ao mostra-
dor delle, Peg. for. cap. 1. n. 197. &
205. ubi judicat. Moraes lib. 5. cap. 2.
n. 5. pag. 32.

22 Donde vem, que naõ se acquire a
acçao pessoal, ou obrigaçao, L. 1.
Cod. per quas pers. nob. nem pelo li-
berto, ao patrono L. si ita stipula-
tus 126. vers. chrysogonus ff. verb.
oblig. nem pelo filho, ou filha, ao
pay, ou māy, que os naõ tem no
poder, L. iter 26. §. filia ff. pact. do-
tal. nem a māy, para o filho, L. pactum
4. Cod. pact. convent. nem o pay, para
o filho, emancipado, L. si genere 26.
ff. de jur. dot.

23 Limita-se, em razão do poder: co-
mo entre os filhos fam. e servos, pays
de fam. e senhores; porque o filho
fam. para o pay, em cujo poder está,
e o escravo para seu senhor, pôdem
adquirir utilmente por pacto, ou esti-
pulaçao, L. si tibi decem 17. §. fin. L.
18. & 19. ff. de pact. L. stipulatio ista
38. §. alteri ff. verb. oblig. L. 1. Cod. per
quas pers. nob. acq. §. si quis alii Inst.
inutil stip. & dix. tit. Inst. per quas pers.
cuiq. & tit. per quas pers. nob. & in L.
10. ff. acq. rer. dom. tom. 8.

24 Pelo contrario, se o pay estipular
para o filho, que tem no seu poder, o
senhor para o seu escravo; mas he co-
mo adquirido, e se estipulastem para
si, d. §. si quis alii 4. fin. Inst. inutil. si-
pulat. L. dominus 39. L. eum qui 56.
§. qui sibiff. de verb. oblig.

25 Outra exceção: por causa da ad-
ministraçao, como no tutor do pupil-
lo, curador do mancebo, ou furioso,
e o procurador do Povo, que pôdem
stipular, L. cum qui 5. §. si actori ff.
constit. pecun. para o dinheiro, L. avus
33. ff. de pact. d. L. 38. §. sed si quis ff.
verb. oblig. em favor do dote, si occur-
rat affectio personæ L. Gains Seius 45.
ff. solut. vide, L. 7. h.t. Guerr. tract. 2.
lib. 7. cap. 1. n. 8. Card. de Luc. de dote
disc. 15.

Papinianus lib. I. quæstionum.

- L. 74. Non debet alteri, per alterum
iniqua conditio inferri.
L. 155. Factum cui suum, non adver-
sario nocere debet. h.t.
L. 173. §. 2. Unicuique sua mora nos-
cer, quod & in duabus reis pro-
mittendi observatur. h.t.
L. 198. Neque in interdicto, neque
in ceteris causis pupillo nocere
oportet dolum tutoris, sive fol-
vendo est, sive non est. h.t.

JA' dissemos sub L. alterius 49. b.
ad fin. alguma couisa: as regras del-
tas Leys pertencem ao legundo
preceito §. juris præcepta 3. Inst. de
just. & jur. L. 10. juris præcepta ubi A-
rouc. adn. ff. eod. que manda, que se
naõ faça mal ao outro.

O sentido com que fallaõ he, que a
ninguem pôde, direitamente, fazer
mal ao outro, ou contrahit com hum
de modo que prejudique a terceiro, L.
sepe 63. ff. re judicat. nem que do seu
delicto resulte culpa ao outro, L. cri-
men 26. ff. de pen.

Porque com a maldade de hum, naõ
pôde outro ser gravado, cap. non de-
bet 22. tom. 7. d. L. 74. h.t. L. debito-
rum pactionib. Cod. de pact. Barb. ax.
22. n. 1.

Nem o facto de hum, ou facto a-
lheyo, prejudicata ao outro, Barb. ax.
93. n. 21. & 22. dix. L. 11. h.t. & cap.
22. tom. 7. a culpa, segue, e busca a seu
author, L. sancimus Cod. de pæn. Barb.
ax. 62. nem se castiga sem culpa, cap.
sine culpa 23. tom. 7.

E assim como nenhum pôde convit 5
pelo contrato alheyo, L. quæcumque
11. ff. oblig. & act. L. stipulatio ista
38. §. alteri ff. verb. oblig. §. alteri 19.
Inst. inutil. stipul. L. 49. L. 73. §. fin.
L. 155. pr. h.t.

Aessim tambem naõ pôde ser con- 6
vindo,

vindo, tit. Cod. ne ux. pro marit. & tit. Cod. ne filius pro patr. Ant. Matheu de contract. disp. 3. n. 20. disp. 7. n. 18. fin.

7 O que ainda procede mais vigorosamente nos delictos, d. L. crimen 26. ff. de pæn. L. si pæna ff. eod. L. sancimus 22. Cod. de pæn.

8 A sentença havida contra hum, naõ prejudica ao outro, ut res inter alios acta, L. sæpe 63. ff. rejudicat. L. 1. & 2. Cod. quib. res judic. non nocet L. fin. Cod.

9 si per vim Peg. for. cap. 5. à n. 1. mas se teve sciencia, e naõ acudio, d. L. sæpe ff. rejudic. cap. pænæ eod. Peg. for. d. cap. 5. ex n. 106. Maced. dec. 61. n. 3. & 17. Cordeir dubit. 51. n. 40. Guerr. tract. 2. lib. 8. cap. 2. n. 30. Calderò dec. 75. S. hetin. de tert. ven. ad caus. p. 2. cap. 3. inspect. 2. à n. 1.

10 Outra couisa he no crime de lesa Magestade, que grava aos filhos, L. quisquis 5. Cod. ad leg. Jul. Magest. dix. §. 3. Inst. public. delict. Ord. lib. 5. tit. 6.

11 Nem a mora de hum prejudica ao outro, d. L. 173. §. unicuique h.t. cap. mora sua 25. tom. 7. Altograd. lib. 2. conf. 45. Card. de Luc. empt. lib. 7. disc.

12 15. n. 2. posto que seja correo, d. 173. §. 2. vers. quod. & in duobus reis h.t. convem L. centum 8. ff. eo quod. cert. loc. L. mora 32. §. fin. ff. usur. Beima tract. de mora pag. 490.

13 E como o dolo de hum, naõ faz mal a outro, diz Javoleno, que o dolo de tutor, naõ offende ao pupillo, ou tenha com que pagar, ou naõ, d. L. 198. h.t.

14 Mas se o pupillo estiver locupletado, nesta parte, lhe obsta a exceiçāo do mão engano, ou do dolo, L. sed ex dolo 15. ff. dol. mal. L. apud. Celsum 4. §. illa autem quæstio ff. dol. mal. & met. except. vide, §. 2. Inst. quib. alien. licet vel non & §. 30. 32. 33. & 34. Inst. de rer. divis. tom. 1.

Papin. lib. 3. quæstion.

L. 75. Nemo potest mutare consilium in alterius injuriam.

A Inda que he de sabio, prudente, i o mudar de conselho, L. non numquam & ibi glos. ff. collat. bonor. Barb. ax. 55. n. 3.

E usa de bom, o que revoga o máo; e o mesmo Papiniano, naõ se envergonhou de revogar a sua sentença, L. fin. §. sed cum veri. licet Cod. de furt. L. si venditor 10. §. si quid. ff. seru. expostand.

E se conta por louvor dos grandes juizes, e Supremos, Cresp. Val daur. obs. 91. n. 93. ex orna, & omnijure; Salgad. suplicat. p. 1. cap. 3. §. unic. n. 48. 49. & 50. videndus.

Contudo, quando ha resistencia da Ley, perjuizo, ou danno do outro, naõ pôde mudar o seu conselho, d. L. nemo 75. h.t. cap. mutare consilium 33. tom. 7. Barb. ax. 55. n. 3. fin. mas, á contrario sensu desta regra, sem detimento, bem poderà L. de ætate 11. ff. interrog. injur. faciend. & interrogat. act. tomado por Ley, Cordeir. foro ferq. 6 dub. 14. n. 4. dub. 21. n. 34. & 53. dub. 24. n. 97. dub. 51. n. 8. & 41. & dub. 52. n. 50. scilicet, por argumento á contrario sensu.

A esta Regra, convem a outra; cap. 1 quod. semel 21. tom. 7. L. sicut 5. Cod. oblig. & act. L. 1. ff. de paci. Barb. ax. 31. n. 3. ax. 196. n. 16. que huma vez aprovado, se naõ pôde reprovar, L. Pomponius ff. negot. gest. excepto de mutuo consentimento, dos interessados, cap. 2. ext. de sponsal. dix. §. fin. Inst. quib. mod. tollit. oblig. tom. 3. & d. cap. 21. tom. 7.

He visto sentir detimento, e injuria prejudical, quando com a mudança do conselho, se offende o direito adquirido: como o vencedor pela sentença. L. aetori

10 actori 8. Cod. reb. credit. porque huma vez publicada, o juiz a naô pôde revogar, L. judex 55. ff. de re judic. Cujac. lib. 20. obs. cap. 22. Ord. lib. 3. tit. 66. §. 6.

11 Salvo pelo remedio de embargos, que façaõ cessar seus fundamentos, que entaõ deve reformar, Ord. d. tit. 66. §. 6. & 7. tit. 87. & 88. L. 4. ff. de except. reijudicat. Mend. lib. 3. cap. 19. n. 25. Valasc. conf. 56. n. 6. Tiraq. cess. caus. n. 240. Rocca cap. 19. n. 37. Peg for. cap. 5. sub n. 27. Guerr. tr. 2. lib. 8. cap. 20. n. 16. Peg. tom. 10. pag. 23. & n. 82.

12 Quanto à interlocutoria, puramente, vide, Ord. lib. 3. tit. 65. e quando a pôde revogar de seu officio, e naô a requerimento de parte: e o como naô obriga na definitiva, Ord. lib. 1. tit. 5. §. 9. ad fin. ubi glosator.

13 Assim, o que he obrigado pelo contrato, ou quasi contrato, naô pôde, pela penitencia, afastar se contra a vontade de outro contrahente, que tem o seu direito adquirido, L. sicut abinitio 5. Cod. oblig. & act. Peg. for. cap. 3. pag. 208. col. 2. fin. mas naô pôde pedir implemento, sem adimplir primeiro, Peg. for. cap. 5. n. 30. cap. 7. n. 13. & 14. Hontalb. quæst. 5. ex n. 18.

14 Quando tenha lugar a penitencia, como nos innominades, ou re integra, ou naô he obrigado a viver em sociedade, mäy das discordias, fique para outra diligencia mayor.

Etos, em cuja facçaõ se requere animo destinado, deve de haver certeza, e exclusiva de erro, para a sua perfeição: como para a aceitação da herança, que requere animo, e destinação, e deve ter certeza da morte do defunto, testado, ou intestado, §. item extraneus 7. Inst. hæred. qualit. & defer. scilicet para le ter por herdeiro, d. §. 7. Inst. tom. 2. L. pro hærede 20. ff. acq. vel amit. hæred. L. si is ad quem 22. L. in rapienda 23. L. gerit. 88 ff. eod. L. qui hæreditatem 19. ff. acq. hæred. Bart. in L. 45. ff. eod.

E tambem deve saber a cond. ção com que foi instituido, L. si quis extraneus 31. §. si quis partem ff. acq. hæred.

Ulpiano na L. is qui putat. 15 ff. 3 acq. hæred. diz que a verdade prefere à opinião: e Justiniano §. si quis 11. Inst. de legat. diz que a opinião prefere, vide, §. fin. Inst. hæred. qualit. & d. §. 11. Inst. tom. 2. & glos. cap. consultationibus 19. ext. de jur. putron. Bart. sup. e se a diferença consiste in facto.

De que se segue, que o pupillo, ou furioso naô pôde aceitar a herança, L. pupillus 9. L. furiosus 63. ff. acq. hæred.

Porque naô pôde saber, com a ci- 5 encia requerida para a perfeição; e se o surdo, ou mudo a tiver, entendendo o que faz, poderá L. 5. ff. acq. hæred. d. §. 7. seu fin. Inst. de hæred. qualit.

O mesmo se requere para adquirir 6 a posse, L. 1. §. 1. verl. furiosus ff. adq. pos. tom. 8. & in §. adipiscimur eod. & in L. 3. eod. L. 3. Cod. eod. tom. 8.

Para o Matrimonio, L. nuptiae 2. ff. 7 rit. nupt. para o divorcio, L. Julianus 4. ff. de divorc. scilicet, distinção do animo: e por isso sem verdadeira, e certa sciencia, lenaõ pôdem aperfeiçoar.

Papinianus lib. 24. quæsti- onum.

L. 76. In totum omnia, quæ animi distinctione agenda sunt, non nisi vera, & certa sciencia perfici possunt.

DIz o C. Papiniano, que, geralmente falando, em todos os a-

Pomponius lib. 28. quæsti-
onum.

L. 77. Actus legitimi, qui recipiunt diem vel conditionem, veluti emancipatio, acceptilatio, hæreditatis additio, servi optio, datio tutoris, in totum vitiatur per temporis, vel conditionis adhesionem. Non numquam tamen actus supra scripti tacite recipiunt, quæ aperte comprehensæ vitium adferunt: nam si acceptum feratur ei, qui sub conditione promisit, ita demum egisse acceptilatio intelligitur, si obligationis conditio extiterit. Quæ si (outros lem, quod s̄) verbis nominatim acceptilationis comprehendantur, nullius momenti faciet actum.

L. 123. Nemo alieno nomine lege agere potest. h. t.

L. 195. Expressa nocent, non expressa non nocent. h. t.

1 **F**eito o Direito Civil, como se chama na L. 2. ff. orig. jur. vers. sed communi nomine appellatur *jus cívile*, daquellas Leys forão compostas *acçãoens*, para os homens disputarem entre si, às quaes deraõ certa solemnidade, a que se chamou *juris legis actio[nes]*, scilicet, *acçãoens legitimas*, ut d. L. 2. vers. deinde ff. orig. jur.

2 A este *legis actio*, tambem se chama acto legitimo, e assim se toma na d. L. nemo 123. h. t. porque vem da Ley.

3 Finalmente, os actos legitimos, saõ *legis actio[nes]*, scilicet, as *acçãoens legales*, que forão instituidas com certas solemnidades ritos, e formularios de palavras: de tal modo que se alguma cousa faltasse, scilicet, da forma, e solemnidade, se havia por não feito, *quia quod non rite fit, nulliter fit*, &

solemnitas, ut forma actus, precisè omnino est observanda.

Porém os nomes, e formulario, com 4 que se devia propor, está tirado, tit. Cod. formul. act. sublat. dix. §. 1. Inst. verb. oblig. & §. 16 Inst. leg. Aquil. tom. 3. & §. 6. & 15. Inst. act. tom. 4. L. fin. pr. ff. jure jur. Mend. lib. 4. præf. n. 1. fin. Moraes lib. 6. cap. 1. in fin. Ord. lib. 3. tit. 63.

Actos legitimos, se dizem todos os 5 actos introduzidos por algum Direito escrito, Tuscb. lit. A. concl. 128. n. 1. vers. actus legitimi dicuntur omnes actus, qui sunt inducti ab aliqua juris parte scripti L. actus legitimi ff. de reg. jur.

E depois de exemplificar diz que 6 o que não descende de Direito Civil escrito, não he acto legitimo, ut n. 17. ib. quia ea omnia, quæ non descendunt à jure civili scripto non sunt actus legitimi.

E porque a sucessão abintestate, vem da Ley, se chama legitima, dix. L. *lege obvenire* 130. tom. 6. & pr. Inst. hæred. quæ abintestate. tom. 2. Portug. lib. 3. cap. 18. n. 1. dix. cap. 1. tom. 7. falando da instituição do Beneficio, e que era legitima sendo canonica, e conforme a este Direito, ut n. 2. 20. & 25.

Mas para se chamar legitimo, basta-8 rá ter recebido a solemnidade de Direito Civil, como no testamento, Pi-
nb. testam. proæm. n. 6. dix. §. 3. Inst. testam. ordin. tom. 2. Molin. primog. lib. 1. cap. 2. n. 6. lib. 3. cap. 3. n. 14. Portug. lib. 3. cap. 16. n. 2. & 3. Barb. ad Ord. lib. 4. tit. 80. n. 2. e faltando a forma, cor- 9 ruí actus, e o testamento, Ord. lib. 4. tit. 80. Barb. ax. 100. n. fin. ax. 12. n. 24.

E de forma, he tudo quanto reque-10 re a d. Ord. lib. 4. tit. 80. como enten-
dem todos, regulados pela sua rubri-
ca: porém o Senado favorece, quan-
to se possível, a sua validade, & justi-
quidem.

Os actos legitimos, não recebem dia, 11 nem

nem condiçāo; e por isto naõ pôdem estar em suspenso (cap. actus legitimi conditionem non recipiunt, neque diem 50. tom. 7. Tusch. lit. A. concl. 129. n. 1. verl. actus legitimi non recipiunt diem, neque conditionem, ideo non pos- sunt stare in suspenso d. L. actus 77. de reg. jur. e o mesmo repete Barb. ax. 12. n. 13.

12. E o efeito da condiçāo, he suspen- der té ao evento, e o do dia, L. cede- re diem 213. tom. 6. Moraes lib. 3. cap. 4. per tot.

13. E parece, que naõ recebem condi- çāo, nem o dia, porque naõ pôdem estar em suspenso, e que por isto o Di- reito lha negou, querendo logo a per- feição ultima dos actos legitimos, e le- gales, e que ficassem viciosos, e nullos, se se lhe ajuntasse condiçāo, ou dia, d. L. h. t. d. cap. 50. tom. 7.

14. O mesmo Agost. Barb. d. ax. 12. n. 13. concilia, e entende a d. actus 77. & d. cap. actus 50. e que naõ tende a mostrar quae saõ os actos legitimos, mas que, quae quer que ellēs sejaõ, naõ admittem condiçāo ut ib. quae qui- dem citata jura in priori parte, quate- nus de actibus legitinis agunt, intelli- guntur de illis, qui vel ex rei natura, vel ex speciali ligis prohibitio conditionem recipere prohibentur: sequentia autem eorum verb, videlicet, condiçāo non recipiunt, idem important, ac si diceretur, viciatur per conditionem, aut diei appositionem; id estiam impor- tant verba non recipiunt, hoc eſt non sunt capaces conditionis, vel diei, ut sic. reducatur illa regula actus legitimi de reg. jur. in 6. ad sensum, & disposi- tionem d. L. actus legitimi, quae non eo tendit, ut ostendar quinam sint actus legitimi, sed ut ostendat actos legitimos, quicunque illi sint, illos nempe, qui vel ex rei natura, vel specialis pro- hibitione prohibentur conditionem recipere, pertemporis, aut conditionis appo- sitionem vitiari, non obstante regula cap. ad oportunicam deregular. cap. bi-

duum 2. quæst. 6. in spetic tex. in L. obtinuit ff. condit. & demonstr. cap. fin. de condit. apposit. quibus & aliis confat, s̄epe actus contra prohibitionem celebra- eos obtainere, quando nou simplex & ab- soluta proponitur prohibitio, sed secun- dum quid, & conditiones adiectas con- tra juris prohibitionem nullatenus dispo- sitionem viciare.

Devem ser puros; d. L. actus 77. d. cap. actus 50. porque o dia, e a condi- çāo impedem a destinação do animo, e a verdadeira, e certa sciencia, sem o que se naõ pôdem a perfeiçoar, L. in totum 76. b.t.

Ainda que a acceptilação, se naõ pô- de fazer com expressa condiçāo, d. L. 77. b.t. contudo pôde se fazer debai- xo da tacita, L. quod in aiem 12. ff. acceptil.

E por isto disse Modestino in d. L. 17
195. b.t. expressa nocent, non expressa non nocent, cuja Ley foi tirada da L. nonnumquam 52. fin. ff. condit. & de- monstrat. convem d. L. 77. b.t. vers. nonnumquam que diz vole o legado, 18 deixado a N. se N. for Dezembargador, porque neste caso naõ fica no arbitrio do outro, que he a prohibição da Ley, ut infra n. 22.

O que vem tacitamente, ainda que 19 se expresse, naõ faz o acto condi- cional, L. conditions extrinsecas 119. ff. condit. & demonstr. Barb. ax. 89. n. 15. e vem a Ley a falar das coisas que por 20 Ley he prohibido se ajuntem; porque quando naõ prohibe, ou se exprima, ou naõ, nenhuma offensa faz, por ser licito o que o Direito naõ prohibe, L. nec non 28. §. quod ejus ff. quib. ex caus. maior. L. 151. & sub L. 55. b.t. e falla do que alguma Ley prohíbe 21 nomeadamente, e naõ simplemen- te.

E como o legado, ou instituição, se 22 naõ confira na vontade alheya, nem della dependa, L. illa institutio ff. ha- red. instit. L. senatus §. 1. & §. legatum ff. legat. 1. L. 1. ff. legat. 12. DD. in L.

captatorias ff. testam milit. Valase, cons. 145. n. 4. Gom. I. var. cap. 12. à n. 47. e he da definiçā do mesmo testamento, L. I. ff. de testam. & princ. Inst. testam. Ordin. tom. 2. Gam. dec. 56. & addit.

Neste, e semelhante acto legitimo,
23 só o expresso faz mal, e não o não expresso: como nestas palavras, quoties lex vetat aliquid aperte adjici, si exprimatur ideo nocet, quia adjicitur contra quam lex jubet; si non exprimatur, contraria de causa ideo non nocet, qais nihil hic fit, quod lex vetuerit.

24 De modo, que se exprime contra a Ley, resiste esta, e se não exprime, não obra contra a Ley.

25 Preceo util transcrever, o que escrevo Henrīq. Canis. in d. cap. actus legitimis 50. h.t. in 6. por melhor, ib. actum legitimem vocamus, qui à lege vel introductus est, ut sunt hereditis institutio, L. verbis legis 120. ff. verb. sign. adoptio L. si tibi 24. ff. adopt. emancipatio, hereditatis additio, & similia ut in L. actus legitimis ff. de reg. iur. vel à lege certam formam recepit, veluti stipulatio, L. 2. ff. verb. oblig. vel denique à lege approbatus est, emptio, & venditio, locatio, & alij que contra actus juris gentium, L. legitimæ 6. ff. de pact.

26 Non tamē omnes hi actus hac regula nostra comprehenduntur: si quidem maxima eorum pars. conditionem, & diem recipiunt, ut tit. ff. condit. instit. & ff. de condit. & demonstrat. & ex tit. de condit. apposit. & §. Omnis stipulatio Inst. de verb. oblig. & alia loca quam plurima.

27 Quare huc accrecenda est Pomponii regula ad quam accommodanda erit hæc regula nostra actus legitimis &c. L. actus legitimis ff. reg. iur.

28 Non nude & simpliciter de omnibus actiūtus legitimis, hæc regula accipienda est, sed quorum uaturæ, sive institutioni repugnat diei, vel conditionis adjectio, ut exempli à Pomponio illatis;

quibus adde adoptionem, quæ omissa est à Pomponio, & diei adjectione, d. L. si tibi 24. ff. adpt. sicut electio, postulatione conditionis adjectione viciantur, cap. 2. de elect. lib. 6.

Item matrimonii contractum ubi²⁹ conditio contra substantiam adiecta est: puta si generationem prolis evitaveris vel si adulterandum te tradideris, vel donec in venero aliam ditionem, cap. fin. ext. de condit. apposit.

Este Doutor disculpa esta concordancia, entre Canonico, e Civil, como disse S. Pont. cap. I. ext. de novi oper. nuns. veri. quia vero sicuti leges non de dignantur sacros canones imitare, ita & sacrorum statuta cannonum Principum constitutionibus adjuvantur.

A' opposiçā do §. ad certum tempus³⁰
2. Inst. qui testam, tut. dar. poss. com a dita L. actus legitimis 77. h.t. concilia Genoa conciliat. legg. pag. 489. sub. d. L. 77.

Papinianus lib. 31. quæstionum.

L. 78. Generaliter, cum de fraude disputatur, non quid habeat actor, sed quid per adversarium habere non potuerit, considerandum est.

Idem lib. 32. quæstionum.

L. 79. Fraudis interpretatione semper in jure civili non ex eventu dum taxat, sed ex consilio quoque desideratur. h.t.

L. 134. Non fraudantur creditoris, cum quid non acquiritur, sed cum quid de bonis diminuitur. h. t.

L. 145. Nomo videtur fraudare eos,
qui sciunt, e consentiunt.h.t. Inst. act. L. 14 ff. quæ in frud. cred.

E esta te regula pelo conielho, e 8
evento, scilicet, animo, e divida, L.
si quis 15. ff. quæ in fraud. cred. L. in
fraudem 17. ff. qui & á quib. man. liber.
non sunt & dix. tit. Inst. cui & exquib.
caus. man.

Em naõ adquirir naõ fraude leus cre- 9
dores, como em repudiar a herança,
legado, ou doacçā, d. L. 134. b.t. L.
quod autem 6. pr. ff. quæ in fraud. cred.
Maced. dec. 8. dix. pr. Inst. d. tit. & in
§. 6. Inst. act. Salg labir. p. 1. cap. 16.

Porque o naõ adquirido naõ està 10
nos bens, d. L. 134. b. t. L. prætia re-
rum ff. ad leg. Falcid. L. cum bæres pr.
ff. acq. bæred. dix. d. pr. Inst. & d. §. 6.
Inst. Guerr. tract. 2. lib. 6. cap. 2. num.
65. Olea. ecff. tit. q. 3. n. 20.

E por illo parece se naõ restitue os 11
menor na accusaçā, L. auxilium 37.
ff. de minor. dix. d. pr. Inst. Themud.
tom. 4 dec. 42. n. 8. Gom. 3. var. cap. 1. n.
6. & in fin. Ant. Matheu de judic. disp.
16. n. 26.

No possuidor, e acçā Pauliana, he 12
necessario sciencia da fraude, sendo a
causa oneroza, d. L. quod autem 6. §.
hoc edictum L. 1. L. 7. L. 8 & L. pen. ff.
quæ in fraud. creator. dix. d. §. 6.. Inst.
act.

E assim no dote paterno, d. §. 6. Inst. 13
act. á 6. tom. 4. & dix. L. 136. n. tom. pag.
82.

E sendo por causa lucrativa, sem 14
sciencia reposm o locupletado, d. L.
qui autem 6. §. simili modo ff. quæ in
fraud. cred. L. ignoti juris 5. Cod. revo-
cand. his quæ in fraud. supr. n. 5. dix. d.
§. 6. Inst.

Mas he, supposto o evento, scilicet, 15
faltar a causa, d. L. 79. b. t. L. 10. §. 1. L.
15. ff. quæ in fraud. & L. 47. b. t.

E ainda que alguma vez o dolo se 16
puna sem o evento, L. si quis 20. Cod.
de adulter. contudo nestas acçōens da 17
fraude, de quē trata a nossa Regra, naõ
ha competencia dellas, sem intervir o
evento, e conselho, vide in §. in frau-
dem

dem 3. Inst. cui & ex quib. caus. manum.
tom. I.

18 E como so que sabe, e quer, se lhe
não faz injuria ou dolo, cap. scienti
27. tom. 7. L. 34. Cod. transact. Barb.
ax. 126. n. 1. & 2.

19 He visto naõ fraudar aos credores,
que tem sciencia da alienaçāo, e con-
tentem nella, d. L. 145. b.t. L. qui au-
tem 6. §. hoc edictum ff. que in fraud.
cred. d. §. 6. num. 3. Inst. act. L. 203.
h.t.

20 E naõ basta só a sciencia, he nece-
sario o consentimento, ao menos tacito,
e se considere sem damno, pela
naõ prohibiçāo, d. L. quod quis 203.
b.t. se o pode prohibir, ut L. 50. b.t.

21 Na Pauliana, naõ só vem a coula,
mas os frutos percebidos, e que se po-
diaõ perceber, L. ait prætor 10. §. per
hanc actionem & ss. seqq. ff. que in
fraud. red. d.L. generaliter 78.b.t.

22 O que procede em qualquer pos-
suidor de má fé, e da contestaçāo, L.
62. §. fin. ff. revind. Ord. lib. 3. tit. 66.
§. 1. Olea cess. jur. tit. 5. quest. 14. n.
26.

23 Porém, condemnado a restituir com
os frutos, he dos percebidos, Olea n.
27. & cogita.

Papinianus lib. 33. questi- onum.

L. 80. In toto jure, generi per spe-
ciam derogatur: & illud potissimum habetur, quod ad spe-
ciam directum est.

L. 147. Semper specialia generalibus
infunt. h. t.

I **O** Genero, entre os juristas, he es-
pecie, e esta se toma pelo inde-
viduo, dix. §. 4. Inst. jur. nat. tom. I.
L. 8. ff. eod. L. in nave 31. ff. locat. dix.
L. plebs 238. tom. 6. Barb. in L. legato

37. n. 2. ff. legat. 1. Parlador. differ. 31.
num. 1. ubi Bart. & glos. in L. 2. §. 1.
ff. cert. petat. nos Logicos passa outra
coula.

Os Canonistas tem a mesma regra, 2
que o especial derroga, e he mais po-
deroso que o geral, cap. generi per spe-
ciam derogatur 34. tom. 7. v. g. no le-
gado, L. 3. ff. de penu legat. L. 1. ff.
de aur. argent. legat. Barb. ax. 107.
videndus, Peg. 6. for. cap. 171. n. 36.
cum d. L. 80. b.t.

Se legar a hum os vestidos, e os de
mulher a outro, esta especialidade ti-
ra estes ao geral, dix. d. cap. 34. n. 5.
tom. 7. pag. 32. L. 1. ff. aur. & argent.
legat.

Pomponius lib. 3. Responsio- num.

L. 81. Quæ dubitationis tollendæ cau-
sa contractibus inferuntur, jus
commune non ledunt.

L. 94. Non solent, quæ abundant,
vitiare scripturas. h. t.

A Scautelas, insertas no contrato, i
naõ offendem o Direito commum, ut
d. L. 81. b. t. vide, L. nec ex præto-
rio 27. L. 45. §. privatorum b. t.

Aquella Ley quæ dubitationis 81.
he trasladada da L. qui mutuam pecu-
niā 56. ff. mandat. que diz, que se
no contrato se acautelar, o que por
Direito está disposto, que naõ fica
privado de usar desse mesmo direito:
porque as cautelas, a causa de tirar du-
vidas, naõ offendem o Direito com-
mum.

Nem algum pôde fazer, que as Leys 3
naõ tenhaõ lugar no seu negocio, ou
restamento, L. 27. L. 45. §. 1. b. t. dix.
pr. Inst. testam. Ordin. tom. 2. L. nemo
potest 55. ff. legat. 1. Odiern. in L. hac edi-
cionali

Estat. cap. 19. n. 11. Cod. de secund. nupt.

4 Nem ainda a pena que se ajunta a acto, contra direito, vale, *Odiern. d. n. 11. ubi per jura dix. §. fin. Inst. legat. L. 43. verl. nisi lex impedit h. t. L. Seius Augerius L. quod de bonis §. frater ff. ad leg. Falcid. L. non dubium Cod. de legib. L. fin. ff. de cons.*

5 Alguma vez se impõem condiçõe, q̄ he inferta em Direito, e fica superflua, como se o comprador acutelou, que no vendedor não intervieste dolo māo, *L. si cum fundum renderes, verl. fere aliqui solent hæc verba adjicere, dolus malus à venditore aberit, qui & si adjectum non est, abesse debet ff. contr. empt.*

6 E ainda he superflua, e a condiçõe naõ opera, ou a expressão daquilo que vem tacitamente por força de Direito, *L. 3. & ibi Bart. ff. legat. 1. L. serv. 47. ubi Bart. ff. cond. & demonst.*

7 O dolo, sempre se entende exceptuado, *L. creditor §. Lucius ff. mandat. L. 3. §. si procurator ff. quod quisq. jur. Peg. for. cap. 7. pag. 543. col. 1. Valasc. cons. 26. n. 1. part. cap. 39. n. 64. Portug. lib. 2. cap. 10. n. 120. Cyriac. cons. tr. 10. n. 91. Grat. cap. 278. n. 19.*

8 O dolofuturo, naõ se pôde tirar por pacto, ou ultima vontade, *Portug. lib. 1. prælud. 2. n. 19. & lib. 2. cap. 18. n. 28.*

9 Ainda que o preterito se possa remitter: nunca se pôdem fraudar as Leys, discorre *Portug. lib. 2. cap. 10. n. 129. Ord. lib. 4. tit. 67. & tit. 71. & aliae.*

10 A cautela, que abunda, naõ vicia, *d. L. 94. h. t. L. 17. Cod. de testam. L. si pupillus §. 1. ff. neg. gest. L. pen. Cod. evict. Barb. ax. 3. n. 1. ubi ampl. Tusch. lit. A. concl. 67.*

11 Vem a dizer, o superfluo naõ vicia as escrituras, ou da ultima vontade, ou contrato, ou quaesquer outros entre vivos, *d. L. 94. h. t. L. quæ extrinsecus ff. verb. oblig. L. hæreditas 34. ff. hæred. inst.*

E toccorre a regra, que o util, se naõ vicia pelo inutil, *cap. utile 37. tom. 7. §. 4. Inst. inutil. stipul. L. 6. n. 8. ff. duob. rets & L. 8. n. 12. ff. eoa. tom 8.*

E fallando da doação naõ insinua, *da, Ord. lib. 4. tit. 62. pr. L. sancimus 34 & pen. Cod. donat. L. dat. 27. Cod. eod. que he valida dentro da quantia facultada.*

O mesmo se diz das usuras, que o ilícito, naõ vicia o lícito, *L. pecuniae 9. L. placuit 29. ff. de usur.*

A cautela de tomar fiança à dívida naõ exclue do cônscio da preferencia, *Arouc. adin. L. 2. §. 1. n. 187. ff. rer. dif. e convem a dita L. 94. b. t. e te julga, ut vidi.*

No individuo, passa pelo contrario, *e vicia o util: e se diz individuo por 4. modos: 1. ratione formæ in actu requeſitæ L. Græce 9. §. illud ff. fidejuss. o segundo, rationæ necessariæ dependentiae L. 1. L. 2. ff. pecul. legat. Terceiro, propter voluntatem contrahentium, L. Pedius 7. §. 1. ff. recept. arbitr. Quarto, propter naturam & substantiam rei, ut servitutibus, L. eadem 4. §. Cato ff. verb. oblig.*

Tanto de huma, como da outra distinção, do devíduo, e separável, do indevio, e conexo, *Barb. ax. 231. & ibi jura & per tractat. Gom. 2. Var. cap. 10.*



Papin lib. 9. Respons.

L. 82. Donari videtur, quod nullo jure cogente conceditur.

Diz Papiniano, que he visto, doar, aquelle, que por nenhum direito, scilicet, natural, civil, prefatio, nem por necessidade, he obrigado a dar, o que dá; porque a doação he mera liberdade que transfere em alguém, por pura, e simples vontade:

e o que dá sem obrigaçāo, he visto doar, pr. *Inst. donat. tom. I. L. donari 29. ff. donat.* donde he tirada a regra; *L. cuius per errorem 53. b.t.*

2 E por isto, o que vende a causa com necessidade por menor preço, não he visto fazer doação do que falta para o seu justo valor, e verdadeiro preço da estimação commua, *L. non id circa 12. Cod. rescind. Vend. & ibi Aug. Barb.*

3 nem o pôde renunciar, *Ord. lib. 4. tit. 13 §. 9. ubi Glosator.* nem algum se diz liberal em caso de necessidade, *L. rem legatam 18. ff. adimend. legat. Ansald. conf. 45. n. 34.*

4 Não faz doação, o que dá com causa, ou remunera, *L. hoc jure 19. §. Labeo 1. ff. de donat. Portug. prælud. 1. n. 41. & prælud. 2. n. 34.*

5 O que faz doação da casa para habitar, a faz da mercê, ou renda, *L. in aedibus 9. ff. donat.*

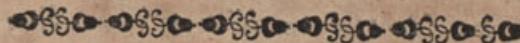
do Direito, §. 4. *Inst. capit. deminut. L. 3. ff. eod. e em Direito, tanto vale o ficto, no caso ficto, como a verdade, no caso verdadeiro.*

Nem pôde ser espoliado, o que não tinha posse, que o espolio suppoem, *L. I. §. eum qui & dejicitur ff. vi & vi armat. cap. fin. 3. quæst. 3. Tuscb. lit. P. concl. 715. Barb. ax. 189. n. 2.*

Nem hum pôde dar o que não tem, *L. 54. b.t. nem mais do que tem, L. 59. b.t.*

O supposto, sempre deve intervir, *gloj. in L. mancipia vers. a vocandum Cod. serv. fugit. Surd. dec. 331. n. 12. Castilh. lib. 3. cap. 13. n. 8. & lib. 5. cap. 83. n. 5. & 6.*

E o presposto, sempre se deve de verificar, *Arouc. ad n. L. 21. n. 1. ff. de stat. hom. pag. 313.*



Papinianus lib. 2. definitio- num.

L. 83. Non videtur rem amittere, quis
bus propria non sicut.

L. 208. Non potest videri desisse ha-
bere, qui nunquam habuit. h.t.

1 **A** Privação, suppoem habito: por-
que ninguem pôde ser privado de alguma causa, sem a ter antes, d.
L. 208. b. t. L. decem 117. ff. verb. oblig. dix. §. servus 4. Inst. cap. demin. Barb. ax. 189. como o perdaõ suppoem culp*, Phæb. dec. 19. n. 15. Mend. lib. 5. cap. 1. n. 73.*

2 E por isto diz Papiniado in d.L.83.
b. t. que não he visto perder o domi-
nio, o que o não tinha: e Paulo d. L.
208. que não he visto deixar de ter,
o que não tinha; como o servo, que
não pôde padecer *capitis diminuição*,
porque não tinha cabeça, na censura

§. I.
Is natura debet, quem jure gen-
tium dare oportet, cujus fidem
sicuti sumus.

P Ergunta-se, se o que pagou inde-
bitamente por erro de facto, ha-
de recobrar sómente o excesso do de-
vido, ou tudo? E se responde, que
se ha de ver a sua existencia, e se pô-
de separar-se; porque se pôde, repe-
te sómente o não devido: como se de-
via cento, e pagou duzentos; porque
extinguiu a obrigaçāo dos cem, e repe-
te os outros cem, pela condição inde-
biti, *L. si non sortem 26. §. idem Marcellus ff. condit. indebit.*

Mas

2 Mas se não se pôde separar, tudo he indebito, e tudo se repete, salve a pres-
tina obrigaçāo: como se devia cem cru-
zados, e deu hum campo em duzentos,
3 como devedor destes; porque he es-
pecie, e inseparavel; e não deve ser
adstricto a viver em communiaō, may-
das discordias, d. L. si non sortem 26.
§. si centum ff. condit. indebit. d.L.84.b.
t.L.77. §. dulcissimi ff. legat. z. dix. §. I.
Inst. societ.

4 Porém, o credor poderá reter pelo
devido, por haver ido a seu poder sem
vicio, d. L. non sortem §. si centum vers.
ager autem retinebitur, donec debita
pecunia solvatur ubi glos. verb. retine-
bitur, Moraes lib. 1. cap. 4. n. 16. Ga-
lo de fructib. disp. 13. n. 75. disp. 28. n.
16. art. 3.

5 Mas huma causa por outra, não, d.
L. si non sortem §. si centum Galo
d. disp. 13. n. 74. Valasc. cons. III. n.
15.

6 Quanto ao §. 1. que também perten-
ce à condição indebiti, entra a questão
da natural obrigaçāo, e se impede a
repetição, ou condicijā.

7 He natural, aquella que não tem
vinculo algum civil, e sómente se fun-
da em natural razão, e equidade, cha-
mada vinculo de equidade, L. sicutum
95. §. naturalis ff. de solut. da civil,
de que nasce a acção, pr. Inst. de oblig.
tom. 3. pr. Inst. act. tom. 4. L. licet ea
obligatio ff. de procur, Grat. cap. 691.
n. 25. Peg. 5. for. cap. 101. n. 4.

8 Dize-se natural, não porque descen-
da de direito natural, commum aos ho-
mens, e brutos, pr. Inst. jur. nat. cuja
obrigação não pode cahir no bruto;
mas porque traz sua origem do Direito
das gentes. L. ex hoc jure 5. & ibi Egid.
§. 2. ff. just. & jur. que também se cha-
ma Direito natural, §. singulorum 11.
& §. venditae 41. Inst. rer. divis. e vem a
chamar-se natural, ao das gentes, e a
este, natural.

9 Neste lugar, diz o texto, *is natura debet, quem jure gentium dare oportet,*

deve por Direito natural, o que deve
por Direito das gentes, §. 1. Inst. jur.
nat. L. omnes populi 9. ff. just. & jur.
& ibi Arouc. adn. Parlador. defer.
30.

Nesta obrigaçāo se diz o mesmo, 10
tomado o verbo aportet por necessida-
de na materia sujeita, Barb. dict. 242.
n. 2. & 3. porque suposto não pro-
duz obrigaçāo, L. naturales 10. ff.
oblig. & act. impede a repetição pe-
la condição indebiti, d. L. 10. ff. oblig.
& act.

ossos ossos os! so ossos os! so ossos ossos

Paul. lib. 6. quæst.

L. 85. In ambiguis, pro dotibus res-
pondere melius est.

§. 1.

Non est novum, ut quæ semel
utiliter constituta sunt, durent,
licet ille casus extiterit, a quo
initium capere non potuerunt.

§. 2.

Quotiens æquitas desiderii natu-
ralis ratio, aut dubitatio juris mor-
atur justis decretis res tempe-
randia est.

Q uanto ao priuc. d. L. 85. tirado 1
da L. in ambiguis 70. ff. de jur.
dot. dix. L. 20. & L. 9. b. t. Giurb. dec.
45.

No dote, e causa pia, se adquire a 2
acção para o ausente, sem estipulaçāo,
e se prova por palavras e nunciativas,
quia dos est causa pia, Moraes lib. 5. cap.
4. n. 11. & 31. Guerr. tract. 2. lib. 7.
n. 108. & 133. cap. 2. à n. 67.

Quanto ao § 1. que o acto huma 3
vez perfeito, e consumado, dure, ainda
que venha ao caso em que não podia
ter principio, L. 29. b. t. §. 1. Inst. quib.
non est permitt. fac. testa. & §. 14. Inst. de
legat.

legat. tom. 2. cap. factum 73. com. 7

4. O furor superveniente, não invalida, d. cap. 73. tom. 7. d. §. 1. Inst. quib. non est permis. Phæb. dec. 200. n. 8. & 9. Peg. for. cap. 4. n. 32. ax. 93. n. 38. Guerr. tract. 2. lib. 7. cap. 4. num. 25. 26. & 27. Barb. ax. 40. n. 21. Cancer. 2. var. cap. 11. n. 95 & 96:

5. Quanto ao §. 2. diz, que se a equidade natural, com a natural, ou civil, com a civil se cõfigir, e puzer dubio ao juiz, faça moderação, e temperamento, entre summo, e minimo; como nós fazemos na liquidação pelo preço do meyo, Ord. lib. 4. tit. 78. §. 7. L. 31. ff. aur. & arg. legat. L. legato 37. & ibi Bart. ff. legat. 1. Valasc. cap. 10. n. 2. & 3. Como justo, Carlev. de judic. tit. 3. disp. 1. n. 9. Nogueiro alleg. 18. n. 19. Cens. de censib. quæst. 3. n. 12. quæst. 79. n. 29.

7 Exemplo: o teu escravo, que me puzeste em deposito, me fez hum furto; pugna a equidade civil com a natural; porque por direito civil, o serv. pela noxia, §. 1. Inst. nox. act. mas em contrario está, que o officio do depositario me não seja danno, L. si servus, §. quod vero ff. de furt. Barb. ax. 167. n. 1. Logo o Juiz condennará ao senhor que o depositou na minha casa *insolidum*, iuterpondo seu justo decreto na sentença.

8 Outros exemplos, se podem pedir, §. 5. Inst. de tutel. L. si is qui tres tutelas 31. ff. excus. tut. L. si cum dotem 22. §. eo autem tempore ff. solut. mat. L. 12. & 13. ff. de procur.

Paul. lib. 7. quæstionum.

- L. 86. Non solet deterior conditio fieri eorum, qui litem contestati sunt, quam si non: sed plerumque melior.

Idem lib. 13. quæstionum.

- L. 87. Nemo enim in persecundo
deteriorem causam, sed melio-
rem facit. Denique post litem
cōtestatam hæredi quoque pro-
picitur, & hræres tenetur ex
omnibus causis.

L. 139. Omnes actiones, quæ morte
aut tempore pereunt, semel
inclusæ judicio, salva perma-
nent.

L. 164. Pænalia judicia semel accepta
in hæredes transmitti possunt.

Este nome Lide, se entende da acção real; e da pessoa, *L. litis nomen omnem actionem significat, sive in rem, sive in personam 36. tom. 6.*

A contestação da Lide, ou demanda, he contradizer, contrariar, e responder ao libello, e peritório do A. L. unic. Cod. de lit. contest. Phæb. p. 1. arest. 84. Barb. ad Ord. lib. 3. tit. 51. pr. n. 1. fin. & ibi Glz. tom. 2. Reinos. obs. 63. n. 12. 13. & 15. Gam. dec. 147. n. 3. Moraes lib. 6. cap. 1. sub n. 56. e de te modo se pratica a Ord. lib. 3. tit. 51. & tit. 20. §. 5. & tit. 66. §. 1.

E a contestação do Juiz d. §. 5.º he feita, fora dos dous casos, que trata Moraes d. n.º 56. vers. secundus est: o primeiro, quando o Juiz a ha por contestada, contra a mora affectada à causa de lucrar os frutos, & Reinos. n.º 22. o segundo, quando o R. não comparece em juizo, Moraes Supr. verl. secundus est.

As exceicioens, dilatorias, ou pe-⁴
remptorias que o R. tiver, tem o lu-
gar antes da contrariedade, *Ord.lib.3.*
tit. 20. §. 9. & 15. tit. 49. §. 2. & tit.
50. pr. Barb. d. tit. 51. n. 4. Reinos. n. 16.
Moraes d. n. 56. Mend. lib. 3. cap. 6. Phab
dec. 74. & 158. Glz. ad prædict. Ordd.
dix. tit. Inst. except. L. fin. Cod. except.

Outros muitos efeitos se contam,⁵
da

da lide contestada , reciprocos ; e hum delles he, que ainda as accoens penas passão contra o herdeiro, Ord. lib. 5. tit. 25. L. 139. & L. 164. b. t. §. 1. fin. Inst. temp. act. tom. 4. L. unic. Cod. ex delict. defunct. de qual Calda. Almeida, num. quin. cap. 8.

6 Porque pela contestação em juizo, se faz quasi contrato , dix. in L. 2. & L. 16. ff. de duob. reis tom. 8. L. 3. §. idem scriptis ff. de pecul. Arouc. alleg. 7. n. 15. allegat. 19. n. 25. & 30. Phæb. dec. 10. n. 13. vide, Ord. lib. 3. tit. 82. §. 3. & 4. outros muitos efeitos , per DD. e Cardos. verb. Lis.

7 Algumas vezes faz deterior à condição do A. como não poder desfistir da acção contra vontade do R. Reinos. n. 4. Phæb. dec. 10. n. 13. Mend. lib. 3. cap. 6. vers. inde alius. pela mesma razão de quasi contrahit.

Alguma diferença há entre Cænonico , e Civil , cap. fin. ext. de sepultur. cap. literis 5. ext. de rapt.

ax. 153. num. 3. Surd. cons. 150. num. 98.

É aonde não ha obrigação , não ha 4 acção , L. licet §. ea obligatio ff. procur. Surd. d. cons. 150. num. 99. porque 5 da obrigação nasce a acção , Surd. prox. Peg. 5. for. cap. 101. num. 4. dix. pr. Inst. oblig. tom. 3. pr. Inst. act. tom. 4.

As palavras desta L. 88. forão tiradas da L. si pupillus 127. ff. verb. oblig. aonde o pupillo prometteo o escravo, sem autoridade de tutor , e deu fiador , e depois da mora morre o servo; e se respondeo que o fiador não estava obrigado pela mora do pupillo, e o confirma com as palavras da dita L. 88. b. t.

A que he semelhante o disposto na Ord. lib. 4. tit. 48. §. 2. do emprestimo feito ao filho fam. dando fiador; ou pena do marido não trazer outorga de sua mulher.

Nullo o contrato , nulla a fiança ; eg nulla esta , o fica a sua abonação L. fidejussor 16. ff. fidejuss. L. sicut 65. ff. eod. tit. Phæb. p. 2. arest. 34. ubi jura & DD.

Mas se a obrigação for nulla jure 9 speciali , o não ficará a fiança , Tusch. lit. A. concl. 79. n. 6. Moraes lib. 2. cap. 18. n. 24. Altim. nullit. tom. 1. rubr. 6. quest. 4. sive 129. n. 10. & 11. quando he principal.

Scævola lib. 5. questionum.

L. 88. Nulla intelligitur mora ibi fieri , ubi nulla petitio est.

1 A Mora, he huma dilacão frustatoria em se pagar o divido , ou receber, Cujac. in L. si ex legati 23. ff. verb. oblig. de dificultosa definiçao, L. mora 32. pr. ff. de usur.

2 De que le infere , que se não pôde reputar mora, aonde não ha petitorio, scilicet , acção competente ipso jure; ou a que ha se illide por alguma exceção , d. L. 88. b. t. L. lecta 40. ad fin. ff. reb. credit. si cert. petat. ib. non enim in mora estis , á quo pecunia propter exceptionem peti non potest.

3 E não se pôde dizer moroso, aquelle que ou ipso jure, ou por força de exceção, está seguro , d. L. 88. b. t. Barb.

Tom. V.

(S. 0550 0550 0550 0550 0550 0550)

Paulus lib. 10. Questionum.

L. 89. Quandiu possit valere testamentum : tandiu legitimus heres non admittitur.

A Sism Como nos contratos , pri-
meiro se perquiré pelo pacciona-
do, L. 23. & L. 34. b. t. Ord. lib. 4.
tit. 8. §. fin. tit. 38. §. fin. in fin. & tit.
46.

- 2 Assim tambem, a respeito da herança, primeiro se deve saber, se ha testamento; porque esta primeiro se defere pelo testamento, que pelo intestado, L. 64. tom. 6. §. 6. Inst. per quas pers. cuique princ. Inst. & §. cum autem hæred. quæ abintest. defer. n. 2. Ord. lib. 4. tit. 82.
- 3 & 91. & tit. 87. §. 8. a causa testati, faz cessar a causa intestati, d. §. 7. Inst. & pr. Inst. legit. agnat. tutel. Ord. lib. 4. tit. 102. §. 1.
- 4 Em quanto valer o testamento, não entra o herdeiro legitimo, d. L. 89. b.t. e o he o que sucede ao intestado, ministerio legis, como mais proximo, tit. Inst. legit. agnat. success. & §. 7. Inst. hæred. quæ abintest. defer. tom. 2. L. quandiu 39. ff. acquir. hæred. L. 130. tom. 6. Portug. lib. 3. cap. 18. n. 1. na forma da Novel. 118. & Ord. lib. 4. tit. 96.
- 5 O que tambem vemos na tutela, e que a testamentaria, faz cessar a legitimo, §. 1. Inst. legit. agn. tutel. tom. 1. Ord. lib. 4. tit. 102. §. 1. porque a causa do testado, faz cessar a do intestado.
- 6 E quanto à objeção da L. si quis ita hæres 82. ff. hæred. inst. se responde, que preferirão ao legitimo, contra o testamento, porque tinha a condição, se os herdeiros legitimos a não pedissem, e a não reivindicassem; e assim virão à herança por vontade do testador; e se chama legitimo, como provindo da Ley, ao que sucede ab intestado, Portug. d. lib. 3. cap. 18. n. 1. L. 130. tom. 6. e que ainda pelo testamento.
- 7 Legitima convenção, he a approvada pela Ley, L. legitima conventio, quæ legi aliqua confirmatur 6. ff. de pact. L. 130. tom. 6. L. 174. L. 50. eod. cap. 1. tom. 7.

Paulus lib. 15. questionum.

L. 90. In omnibus quidem, maxime tamen in jure, æquitas spectandas sit.

L. 183. Et si nihil facile mutandum est ex solemnibus: tamen ubi æquitas evidens poscit, subveniendum est.

E Quidade he huma douçura, ou temperamento do rigor de Direito, a que a antiguidade chamou sumum jus. Parlador. differ. 2.

E he huma justa interpretação, ou alma da Ley, e não nimia subtileza; nem com o pretexto de equidade, se podem fraudar as Leys, deve ser evidente, d. L. 183. b. t. explicat, Arouc. adn. L. minime 23. n. 2. ff. de legib. Parej. edit. tit. 6. resol. 1. n. 11. & 12. venit Peg. for. cap 3 n 974 975. Salgad. labir. p. 1. cap. 25. n. 21.

Ao que sobrevem de novo, tambem novo remedio, Barb. ax. 81. DD. prox.

Na duvida, para a parte mais benigna, ut. L. 85. §. fin. b. t. L. 200. b. t. & L. 168. b. t. Arouc. L. in ambigua voce 19. n. 5. ff. de legib.

O benigno, sempre prefere, d. L. 690. b. t. afastada a nimia subtileza, e fraude da Ley, Arouc. adn. L. 1. pr. n. 11. & 12. ff. just. & jur.

E fora dos termos da evidente utilidade, e equidade, deve o Juiz não se afastar, fundado em propria prudencia, Arouc. n. 12. antes deverá dar conta ao Principe, Arouc. d. L. 1. n. 13. pag. 5. Ord. lib. 3. tit. 64. §. 2. L. 1. & L. fin. Cod. de legib.

O Juiz, deve ter a equidade diante dos olhos, latiss. Casareg. comert. disc. 32. à n. 8.

A equidade escrita, prefere ao rigor, q. L. placuit Cod. de judic. Valasc. loc. cõm. lit. A. n. 181. Barb. ax. 15. ubi multa. E ainda

10 E ainda que o Juiz deve julgar conforme a Ley, ut dix. pr. Inst. offic. judic. tom. 4.

11 Contudo a Ley quer que se observe sempre a mente do Legislador, e sentido da mesma Ley, L. scire leges 17. ff. de legib. & ibi Arouc. adn. n. 6. e por isso responde Marcello, in d. L. & si nihil facile mutandum est ex solemnibus, tamen ubi evidens aequitas poscit, subveniendum est 183. b. t. transcripta da L. pen. ff. de integr. restitut. que tras o caso do citado, e que vejo tarde a juizo.

L. si quis ita 82. ff. hæred. instit. & L. nec is 17. ff. acquir. vel amit. hæred.

12 E se ha esta diferença, entre o testamento, e intestado, e que pode repudiar pelo testamento, e aceitar a herança como intestado, Philip. Matheu, & Sand. b. L. 91. fin.

13 Na nossa prática, será difícil este acontecimento, vide Barb. ax. 135. n. 12. & 13. Rocca cap. 194. n. 9. & 10. vide Portug. lib. 3. cap. 17. cum L. Clodius 97 ff. acq. hæred. vide Peg. maior. possess. n. 422. vide, L. 55. n. 2. b. t.

Paulus lib. 17. Questionum.

L. 91. Quotiens duplici jure defertur alicui successio: repudiato novo jure, quod ante defertur, suspetit vetus.

1 A lguma vez acontece deferir-se a herança, por Direito antigo, e por Direito novo; porém se repudiar o novo, ainda fica salvo o antigo: como filho chamado à herança ex cap. und. cognat. L. 2. ff. und. cognat. e por Direito novo, ex S. C. Orficiano, L. tutelas 7. ff. capit. diminut. & tit. Inst. d. S. C. Offic.

2 Se repudiar a herança materna vindada pelo Direito novo, dando lugar aos consanguíneos de sua mãe, e agnados, e ou não houver estes, ou repudiarem; torna a deferir-se a sucessão materna ao filho, gradu cognatorum, scilicet, torna o Direito unde cognati L. 2. ff. und. cognat.

3 E daqui se infere, por sentença geral, quoties alicui duo jura competit, tunc si uni renuntiaverit, nihilominus alterum ipsi salvum, atque integrum manere L. si dominus 21. ff. servit verb. præd. Decius, & Sand. in b. L. 91. Tiraquel. retract. §. 1. glos. 9. n. 124. vide, Tom. V.

Scavola lib. 5. Responssionum.

L. 92. Si librarius in transcribendis verbis errasset: nihil nocere; quo minus, & reus, & fidejussor teneatur.

S E o librario, ou Notario errar na escritura a formalidade das palavras, não offende, para que por isso deixe o devedor, e seu fiador, de estar obrigado, ut d. L. 92. b. t. comprova por exemplos, Altim. null. contr. quest. 9. sect. 5. n. 1. ib. error Notarii non vicit scripturam, si cum dicere debuisse: jure aestimationis, dixerit: institutionis. Idem si dicat: pro sua falcidia, si dicere debuisse: pro sua legitima. Et si dixerit mulier renunciat Valeriano, si dicere debuisse: Velleiano. Item si dixerit: substituo, si dicere debuisse: constituo procuratorem. Item si dicat testator: facio codicillos, & tamen filios hæredes instituat, & legatum faciat. sic etiam si dixerit satis testes huic contractui, dum sit testamentum &c. e pertracta do assumpto.

O erro do Notario, não vicia a stipulação, L. ambiguitates Cod. de testam. L. errore 7. Cod. eod. porque a verdade faz cessar o erro feito, L. illicitas 6. §. veritas ff. offic. præd. Valasc. loc. m ij comm.

- comm. lit. A. n. 109. e he immutavel, e
perpetua, n. 110. & 111.
- 5 Mais vale a verdade, que a openiaõ,
§. si quis rem suam 11. Inst. de legat.
tom. 2. vide L. in totum 76. b. tom. 5.
- 6 Nos contratos, mais se deve de at-
tender à verdade, que à escritura, L.
1. & tot. tit. Cod. plus valer. quod agit.
Se na escritura se omite alguma
7 cláusula das paccionadas no contrato,
se prova por testemunhas, Valasc. al-
leg. 72. n. 52. Gam. dec. 72. n. 4. Mend.
p. 2. lib. 3. cap. 12. n. 8. Barb. ad Ord. lib.
3. tit. 59. n. 6. Peg. for. cap. 14. pag.
975. col. 2.
- 8 Ainda que a escritura he assistida
das tres prelumpçõens, scilicet, ver-
dadeira, solemne, escrita de conser-
timento das partes, e se denomina, de
prova provada, ut dix. §. 12. & 17.
Inst. inutil. stip.
- 9 Contudo a presumpçao cede à ver-
dade, Peg. for. d. cap. 19. pag. 1145. col.
1. med. & col. 2. n. 107. Reinos. obs. 71. n.
9. Actolin. resol. 26. à n. 55.
- 10 Se a escritura de doação disser, que
o doante consentio, e a verdade esti-
ver em contrario, tem esta mayor fé,
L. cum precibus 18. Cod. de probat. L.
nec ignorans 10. Cod. donat.
- 11 E assim tambem o erro de Tabaliaõ,
ou Notario não vicia o testamento, L.
errore 7. Cod. de testam. tudo cede à
verdade, vide, Peg. 5. for. cap. 114.
- 12 Mas ainda que o erro da escritura
não prejudica à verdade, contudo
o erro se não presume, ut quid fa-
cti, e se dá credito à escritura em
quanto se não prova o contrario, §. si
scriptum 17. Inst. de inutil. stip. tom. 3.
L. sciendum 30. Titia 134. ff. verb.
oblig. L. 1. Cod. contrab. stipul. d. L. 18.
Cod. de probat. Barb. ad Ord. lib. 3. tit.
25. Peg. for. cap. 19. à n. 1. & tom. 5. cap.
114.
- 13 E como presumpçao juris, admitte
prova em contrario, §. item verborum
12. Inst. de inutil. stipul. L. optimam
14. Cod. de contrab. vel comit. stipul.
- Peg. 3. for. cap. 1. sub. n. 8. pag. 3. pr. e o
mesmo Peg. dict. cap. 19. traz o modo
de provar: para o testamento, vide
Peg. tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. cap. 2.
n. 31. pag. 240.
- O argumento do vicio contra a es-
critura, se deve de formar a primeira
vez que lhe forem os autos com ella,
Probat Peg. for. cap. 19. n. 109. fin.
Glz. da Silv. ad Ord. lib. 3. tit. 60. §.
4. n. 39. alias, abit.
- osso ossos os? so ossos os? so ossos ossos

Macianus lib. I. Fideico- missorum.

L. 93. Filius familias neque retinere,
neque recuperare, neque ad-
pisci possessionem rei pecula-
ris videtur.

O Filho familias, tudo quanto ad-
quira, o acquire para seu pay,
§. 1. Inst. per quas pers. cuiq. tom. 1. L.
placet 79. ff. acquir. hered. excepto
pela guerra, L. 10. ff. Castrrens. pecul.
tanto, que nem momentaneamente es-
tava penes o filho, d. L. 79. L. quid:
quid 4. ff. adq. possess. tom. 8. de que
procede o mesmo na posse.

Rei peculiaris, se entende do profecti-
cio, ou adventicio, e não pela cauta
do peculio castrense, e quasi castrense,
em que acquire para si o dominio,
e posse, L. sequitur 4. ff. usucap. L. fi-
lius fam. 7. §. 1. ff. donat.

Porém, hoje em tudo, L. cum o:
portet 6. Cod. bon. quilibet de qua
Mend. à Castr. Novel. 117. cap. 1. N°
vel. 134. Ord. lib. 4. tit. 97. §. 1. Inst. per
quas pers. cuiq. e o pay tem o uso fru-
to, d. §. 1. Inst. Ord. lib. 4. tit. 98.

Ulpianus lib. 2. Fideicomissorum.

L. 94. Non solent, quæ abundant, viciate scripturas.

Fica dito na L. que dubitationis 81. b. t. Arouc. adnot. L. 2. §. 1. n. 187. ff. rer. divis. pag. 130. Barb. ax. 3. n. 1. ubi jura.

Ulpianus lib. 6. Fideicomissorum.

L. 95. Nemo dubitat, solvendo vide-
ti eum, qui defenditur.

L. 110. §. 1. Nemo alienæ rei ex pro-
missor idoneus videtur, nisi cum
satisfactione.

L. 166. Qui alienam rem defendit;
numquam locuples habetur.

Quando se deixa legado, ou fidei-
comisso para certo dia, deve o
herdeiro dar fiador idoneo à en-
trega, e se o não faz, se mete ao lega-
tario de posse, por causa da conserva-
ção, d. L. 1. & L. certa forma 6. & tot.
tit. Cod. ut in possess. legat. vel fideic. &
tot. tit. ff. ut legat. & fideic. Do credor,
tot. tit. ff. reb. aut. judic. poss.

2. O Fisco, como he rico, não presta
fiança, L. 1. §. si ad fiscum ff. ut lega-
tor.

3. O rico, a não deve dar, Ord. lib. 4.
tit. 5. pr. lib. 3. tit. 84. §. 14. Maced. dec.
26.

4. Nem a riqueza, nem a pobreza se
presume, e he da intenção do que nel-
la se funda; e a deve provar quem a
allega, dix. §. 1. Inst. jur. pers. & §. 1.
Inst. cui & exquib. caus. man. tom. 1.
Reinos. obs. 52. n. 10. & 11. Rocca se-
lect. cap. 118. à n. 16. Card. de Luc. de

feud. disc. 133. num. 19.

Vem Ulpiano a definir, quem se di-
ga ter com que pagar, para se não me-
ter ao legatário, ou fideicomissário
de posse, e diz que senão deve duvi-
dar, em que tenha com que pagar,
o que vem a juizo a defenderse, ou ou-
tro o defende, d. L. 95. h. t. porque 6
satisdaõ, e daõ fiança, dix. tit. & §.
5. Inst. de satisda. d. L. 110. §. 1. b. t.
L. 46. §. qui aliud ff. de procur. L.
prætoria stipulationes 7. ff. prætor. si-
pul.

E por isso, Paulo diz d. L. qui rem 7.
alienam defendit. 166. b. t. que vindo
a defender a outro, se não prezume
rico, se não tiver fiança prompta, L.
51. §. fin. L. 52. L. 53. ff. de procurat.
& Jupr. n. 4.

Dize-se tem com que pagar, o que 8
pot si, ou por outrem, L. solvendo 114.
tom. 6. L. 1. §. dejecisse ff. de vi & vi
arm.

Os bens de fiador, se dizem do deve- 9
dor principal, L. si pulres 27. §. præte-
rea ff. fidejuss. Mend. lib. 3. cap. 21. n.
59.

Mæcianus lib. 12. Fidei
comissorum.

L. 96. In ambiguis orationibus maxi-
me sententia spectanda est ejus,
qui eas protulisset.

Esta Ley pôde tomar a sua inter- 1
pretaçao do que dissemos, L. 9.
b. t. & L. 172. b. t. Barb. ax. 222. &
n. 35.

Quem pôde declarar, Reinos. obs. 2
24. n. 7. Valens. conf. 23. à. n. 134.
usq. 140. Rosa consult. 69. ex num.
98. Giurb. ad consuetud. p. 2. glos. 1. p.
1. pag. 160. & 163. Rocca select. cap. 20.
ex n. 34.

*Hermogianus lib. 3. jur.
Epitomor.*

L. 97. Ea sola deportationis sentencia aufert, quæ ad fiscum pervenunt.

A Deportaçāo, he pena sobrogāda em lugar da pena aquæ ignis interdictio, L. 2. §. 1. ff. de pæn. dix. §. 2. Inst. capit. dimin. Portug lib. 3. cap. 15. n. 61. pela qual sahe da Cidade desterrado perpetuamente para alguma Ilha, L. 6. & tot. tit. ff. interdict. & relegat.

2 E o deportado perde os direitos civiz, d. L. 6. depois da sentença, L. 1. 3 §. 2. bi quibus ff. legat. 3. e os bens se aplicaçāo ao Fisco, L. tutelas 7. §. fin. ff. capit. dimin. L. deportatorum 8. Cod. de pæn.

4 Emendado por Direito, excepto da leia Magestade, Novel. 134. fin. auth. bona inde de sumpta Cod. bo n. præscript. vide, Portug. lib. 3. cap. 15. a n. 60.

5 Se o Princepe lhe concede os bens, inclue obrigaçōens, e acçoens, L. Princps. bona 21. tom. 6.

6 E quando faz merce ao inhabil, sambendo que o he, o habilita, Peg. for. cap. 18. n. 27. & 28. & tom. 11. coment. pag. 25. cap. 7. n. 2.

7 Diz a L. 97. b.t. que só a sentença do Deportado tira os bens para o Fisco, e naó a do Relegado, d. L. 8. Cod. de pæn.

8 A deportaçāo, naó tira o direito da agnaçāo, e consanguinidade, L. fin. ff. und. legitim. e naó passa ao Fisco: nem agora tira a facçāo de testar, Portug.

10 lib. 3. cap. 15. n. 61. os direitos dos libertos, salvos aos filhos do deportado, L. eorum 4. ff. jur. patron. L. jura 9. ff. ad leg. Jul. mag. porque tabem naó passa ao Fisco.

11 Nem passa ao Fisco mais bens, que

o liquido, pagas as dívidas, L. non pos-
sunt 11. ff. jur. fisc. L. 39. §. bona L. 49.
tom. 6. Guerr. tract. 1. lib. 4. cap. 9. & á
n. 21.

Logo podemos dizer com esta L. 97. a sentença contra o deportado só tira o que pertence ao Fisco; mas está em descostume, e parece estar em pena arbitaria Clar. §. fin. quest. 17. n. 8. Menoch. arbitr. lib. 2. cent. 3. casu 330.

• •

*Hermogianus lib. 4. jur.
Epitomar.*

L. 98. Quotiens utriusque causa lucratio vertitur, is præferendus est, cuius in lucro causa tempore præcedit.

D ix. in L. in eo 33. b.t. com exemplos que prestaçāo luz a esta 98.

• •

*Vnelejus lib. 12. stipula-
tionum.*

L. 99. Non potest improbus videri, qui ignorat quantum solvere debet.

Vide L. 63. L. 42. & L. 14. b.t.

• •

Gaius lib. I. Regularum.

L. 100. Omnia quæ jure contrahuntur, contrario jure pereunt.

Desta L. 100. expuzemos na L. n. 6
bil tam naturale 35. b. t.

Paul.lib. singul. de Cogitationib.

L. 101. Ubi lex duorum mensium facit mentionē, & qui sexagesimo primo die venerit, audiendus est: Ita enim, & Imperator Antoninus cum Divo patre suo rescripsit.

Regularmente falando, o mez he de 30. dias, dous mezes 60. dias, e tres mezes, 90. dias, L. fin. §. fin. Cod. jur. deliber. L. pater 30. §. 1. ff. ad leg. Jul. de adult. Ord. lib. 3. tit. 13.

2. Hum mez para começar o inventario, Ord. lib. 1. tit. 88. §. 4. e dous para o findar, d. Ord. §. 8. ubi Glosator. nem de outro modo gofa do beneficio de inventario, nem occultando bens à escrita.

3. Dos dous mezes do aggravo ordinario, para pagar a Gabella do aggravo, Ord. lib. 3. tit. 84. §. 2. & 4. ubi Barb. & Glz. vide Glz. ad Ord. lib. 3. tit. 18. §. 16. n. 6. Peg. tom. 1. ad Ord. pag. 327.

4. Dous mezes para entrar com petição de Revista, e se basta no 61. dia, ut d. L. 101. b. Ord. lib. 3. lib. 3. tit. 95. §. 13. Mend. lib. 3. cap. 20. n. 5. & 6. Addit. ad Reinos. obs. 6. Peg. ad regim. Senat. §. 32. glos. 89. tom. 2. pag. 182. Per. de Sous. revis. cap. 31. & Antonel. temp. legal. lib. 1. cap. 3.

5. As Ordenações muitas vezes dizem dentro de certo tempo, e outras té certo tempo: este exclue o dia, e aquelle o inclue, Valasc. allegat. 76. n. 41. Arouc. alleg. 28. n. 8. Ord. lib. 1. tit. 88. §. 4. & 8. Ord. lib. 3. tit. 28. Glz. ad Ord. lib. 3. tit. 13. pr. n. 4. & dix. §. 3. Inst. adopt. tom. 1. & §. 2. Inst. verb. oblig. tom. 3.

6. Sobre a Ord. lib. 4. tit. 17. vide L. ediles 28. & L. venditor ff. edilit. edit. Com que se faz objeção a esta Ley.

Ulpianus lib. I. ad Edictum.

L. 102. Qui vetante prætore fecit, hic adversus edictum fecisse proprieditur.

O Pretor, e Magistrados punhaõ 1 seus Edictos, com penas, prohibindo que se fizessem certas coisas; e o que obrava contra elles era seu proprio adversario, e incorria na pena, alias ficaria illusorio, d. L. 102. b. t. L. fin. in fin. ff. ne quid in loc. public. como quando prohibia, que o pay, ou Patrono fosse chamado a juizo, sem prececer venia, ut in §. fin. Inst. de pæn. querer. litig. L. 4. §. 1. ff. de in jus vocation. Ord. lib. 3. tit. 9. ubi Glosator.

Ou prohibia o espolio, §. prohibitoria Inst. interdict. Ord. lib. 3. tit. 48. & lib. 4. tit. 58. e outros Edictos prohibitorios.

§. 1.

Ejus est actionem denegare, qui possit & dare.

Este Direito, ou o deste §. no sentido em que falla, não pôde ter 4 pratica nossa; porque se não vay pedir a acção a juizo, mas com ella perposta, se pede cumprimento de justiça: e hé visto que este §. foi tirado ex L. 1. Cod. formul. & impetracionibus actionum sublatis, que o insinua, e reprova a L. 2. ut in rubr.

E agora, senão usâ com effeito o formulario antigo, e sómente se conta o facto, de que nasce o Direito, ut dix. §. 1. Inst. verb. oblig. §. 16. Inst. leg. Aquil. tom. 3. §. 6. & §. 15. Inst. act. tom. 4. Moraes lib. 6. cap. 1. fin. Mend. lib. 4. præfact. n. 1. Verdade fabida, Ord. lib. 3. tit. 63. Peg. for. cap. 2. n. 35. ex n. 28. Cyriac. contr. 10. n. 57.

Paulus lib. I. ad Edictum.

L. 103. Nemo de domo sua extrahi debet.

Esta Ley explica Mesingr. cent. 4. obs. 69. como mostra nestas palavras ib. Regula, qua dicitur, neminem ex sua domo extrahendum esse, declaratur &c. nō temos a Ord. lib. 3. tit. 9. §. fin. ubi Peg. tom. 13. cum L. plerique 18. ff. de ius vocand. & seqq.

No crime, pelo contrario, e contra a sua vontade, glos. in d.L. nemo 103. b. t. Mesing. d. obs. 69. n. 2.

E quando as Leys dizem em sua causa, se entende da sua, ou alugada, ou graciosa, L. in lege censoria 203. tom. 6. L. 23 ff. de injur. Mesing. d. obs. 69. ex d. n. 2. dix. §. Inst. de injur.

Comprehend. Orto, e Conexo, Mesing. n. 4. 5. & 6. e he Urbano, L. 198.

tom. 6. Cepol. serv. tract. 1. cap. 11. n. 4. Beima in L. 3 ff. in quib. cans. pign.

que a fama prefere à riqueza, e o homem bom mais teme a fama, que a morte, L. isti 8. §. pen. ff. quod. met. caus.

E assim concorrendo a acção da injuria, com a da Ley Aquilia, neste concurso prefere a da injuria, como famosa L. sed. & si 5. §. 1. ff. ad leg. Aquil.

A criminal, prefere à Civil, L. fin. 4 Cod. Ordin. cognit. se forem duas famosas, tem o A. escolha.

Esta Ley parece que falla de conselho, e não de percepção; por ser livre a cada hum a renuncia do seu Direito, depois da qual, ainda tacita, não tem regresso, Barb. ax. 135. num. 13. & 12. Rocca select. cap. 194. num. 9. & 10.

Paulus lib. I. ad Edictum.

L. 105. Ubicunque causæ cognitio est, ibi Prætor desideratur.

Quando se requere indagação, e o conhecimento ordinario, se ha de requerer, e disputar em juizo ordinario, e nos Tribunais se não conhece, salvo por devoluta a jurisdição pelo remedio da appellação, ou agravo ordinario, que são os termos da Ord. lib. 3. tit. 20. §. 15. vers. e dará appellação, ou agravo qual no caso couber, que respeita ao juizo em que a sentença ha proferida, ut Ord. lib. 3. tit. 84. vide, L. 176. b. t. & in L. 70. & 71: num. 3. b. t.

A appellação ha communia, Ord. lib. 3. tit. 72. ubi glosator. Peg. for. cap. 13. a n. 1. e se devolve sómente no capítulo de que o juiz conheceo, Peg. d. n. 1. addit. o agravo, he estrito; Peg. n. 19. 3 & 20. & maior. cap. 10. n. 375.

O juiz, à quo, deve mandar escrever o agravo, ou appellação, por pertencer

Paulus lib. I. ad Edictum.

L. 104. Si in duabus actionibus alibi summa maior, alibi infamia est, præponenda est causa existimationis. Ubi autem æquiparant famosa judicia, & si summam in parem habent, pro patibus accipienda sunt.

He questaõ: quando concorrem duas acções, qual se haja de propor? E responde Ulpiano com distinção: ou huma ha famosa, a outra não: ou ambas são famosas; quando tem a que o não ha com a famosa, ainda que aquella traga maior summa, contudo se deve propor esta, como maior, por causa da estimação; por-

tencer ao superior o declarar, se he, ou não, caso delle, e sua qualidade, Ord. lib. 1. tit. 58. s. 25. lib. 3. tit. 20. §. 46. & tit. 74. §. fin. Leit. tract. 1. quæst. 6. num. 84. Peg. for. cap. 15. num. 250. e o vemos praticar no Senado.

foccorra a imprudencia, impericia, rusticidade.

Caços em que a rusticidade, e a impericia excusa, L. si quis 7. ff. jurisd. omn. judic. L. 2. ff. de injus vocand. L. 1. §. fin. ff. de edend. Ord. lib. 3. tit. 87. §. 2. Peg. ao caso de Odivel. n. 410. e outros muitos que ajunta Menoch. arbitr. lib. 2. caus. 194. Tiraquel. pæn. temp. caus. 11. Boenh. regul. 259. verb. etas.

E contab outros em que não excusa, causa porque o C. Paulo disse-ferè vide, Peg. for. cap. 9. pag. 652. & 653. cum 656. & d. n. 410. Mathieu re crim. contr. 41.n. 13.

Quanto à idade: ou se toma pela impuberdade, ou pela puberdade; aquella do menor de 14. annos, e esta do menor de 25; ou se toma pela velhice, no que diversificaçõ; porém a velhice he attendida, para se minorar a pena, e não ser prezo, e se equipara à mulher, e puericia Narbona etat. ann. 70. quæst. 10. & 11. Tiraq pæn. temper. caus. 8.

Ha impubero, e pubero: o impubero: ou he infante, ou proximo à infancia, ou proximo à puberdade, dix. L. in negotiis 5. b. t.

O impubero, infante, ou proximo à infancia, se presume incapaz de dolo, e finge o Direito que não pôde delinquir, L. infans 12. ff. ad leg. Coronel. de sicar. L. 1. vers. viduas Cod. de fals. monet. §. in summa 18. Inst. oblig. quæ ex delict. nasc. tom. 3. L. 110. §. 2. b. t.

O impupero, proximo à puberdade, he capaz de dolo, d. L. 111. b. t. d. §. 18. Inst. L. impunitus 7. Cod. de pæn. L. sed & si 5. §. & ideo fin. ff. ad leg. Aquil.

E por isto fica obrigado pelo delito; mas deve de se foccorrer. d. L. 108. b. t. Ord. lib. 5. tit. 136. Barb. tom. 3. Decretal tit. 25. de delict. puer. Tiraq. pæn. temp. caus. 7. Narbon. etat. ann. 10. quæst. 1. 2. & 3. ann. 25. quæst.

Paulus lib. 2. ad Edictum.

L. 106. Libertas inestimabilis res est.

Fica respondido com a L. 20. b. t. e para a appellaçõ sempre he de maior quantia da alçada, Cabed. p. 1. arest. 75.

Gaius lib. 1. ad Edictum.

L. 107. Cum servo nulla actio est.

Respondido, cum L. in personam servilem nulla cadit obligatio 22. b. t.

Paulus lib. 4. ad Edictum.

L. 108. Ferè in omnibus pænalibus iudiciis, & etati, & imprudentiae succurruntur.

L. 111. Pupillum qui proximus pubertati sit, capacem esse & surandi, & injuriæ faciendæ.

Desta L. 108. se tiraõ duas conclusões: huma, que nos juizos penas se foccorre a idade: outra que nos juizos, principalmente penas, se

quæst. 43. & 45. Menoch. arb. lib. 2.
cas. 329. Gom. 3. var. cap. 1. n. 63. Ant.
Matheu de crim. disp. 6. de pæn. n. 20. &
21. pag. 449. Matheu de re crim. con-
tr. 41. Cortiad. dec. 96. à n. 34. & 54.
Calderò dec. 16. & n. 28. Carol. Ant. de
Ros. in prax. crim. cap. 10. n. 41.

9 Os mancebos , e puberos , (menores de 25. mayores de 14.) estao obligados pelo delicto ; mas tem socorro , e o da restituicão integrum , para serem livres da pena , se o cometido por ignorancia , como se exemplifica na L. 2. Cod. si advers. delict. L. si advers. delict. L. si ex causa 9. §. nunc videndum ff. de minor. L. post 5. § etati ff. quib. ut indign. e por isto diz a regra , in pænibus causis etati ferre succurritur.

10 Po-èm se cometter o delicto com
dolo mao, & opera consulta, naõ se
foccorre, como no furto, adulterio,
homicidio, L. auxilium §. I. ff. de
minor. L. excipiuntur 14. ff. ad S.C.
Sillianian. vide, Ord. lib. 5. tit. 136.

II Mas para minorar, sim, Gom. 3. var.
cap. 6. n. 51. & seqq. Menoch. supr.
cas. 329. dizem que he por arbitrio, e
o prova a Ord. d. tit. 136. & vide jur.
& DD. supr. Math. re crim. contr.
41. & 8.

12 Quando a idade he fundamento da
intençāo, a deve provar o que nella
se funda, C. cum te Cod. prob. L. si mi-
norem Cod. de in integr. rest. min. L.
cum ætate ff. de probat. vide, Bart.
cons. 90. & in repit. L. de ætate n. 12.
ff. de min. Doenb. regul. 258.

Paul. lib. 5. ad Elictum.

L. 109. Nullum crimen patitur is, qui non prohibet, cum prohibere non potest.

Dix. in L. culpa caret, qui scit, sed prohibere non potest 50. b.t.

Paulus lib. 6. ad Edictum.

L. 110. In eo, quod plus est, semper ineſt & minus.

§. I.

Nemo alienæ rei ex promissor idoneus videtur , nisi sic cum sa-
tisdatione.

§. 2.

Pupillus pati posse non intelligitur.

§. 3

**Ubi verba conjuncta non sunt;
sufficit alterum esse factum.**

S. 4

Mulieribus tunc succurrentum
est, cum defendantur, non ut fa-
cilius calumnientur.

L. 113. In toto, & pars continetur.

Cinco regras vem debaixo desta
L. 110. b. t. de que se faz destri-
buição pela sua propria ordem: a pri-
meira princ. de que no mais se inclue
o menos, tem exemplo, §. is qui exe-
quitur 8. Inst. mandat. L. quotiens 9.
§. sed si non in corpore ff. hæred. instit.
L. qui quartam ff. legat. 1. & dix.
cap. 35. tom. 7.

A quem he licito o menos, L. non
debet 21. b. t. cap. cui licet 53. tom. 7.
Auth. multo magis Cod. Sacros. Eccles.
Barb. ax. 80. n. 2.

Na summa mayor , se inclue a me-
nor, L. I. §. si stipulant i ff. de verb.
oblig. Pichard. ad §. præterea Inst. de
inutil. stipul. Barb. ax.215.

No todo , se contem cada huma das 5
partes integrantes , d. L. 113. h.t. cap.
in toto 80. tom.7. Barb.ax.220.

O mesmo Direito he no todo , quæ 6
na parte desse todo , L. quæ de tota
76. ff. rei vind. L. si quis cum totum
ff. except. rei judic. L. i ff. evict. Barb.
ax. 132. n.6. & ax. 220. n.1.

Mas he em quanto for parte desse
todo, & indevidua, *Barb. n. 2.* por-
que

que a porçāo tem igualdade entre o todo , e a parte, v.g. o testador deixou a casa com proibiçāo de alienar fora de tal familia , pena de passar ao proximo dessa familia , e alienou parte da casa, dessa parte alienada se priva, *Jas.* in L. ait prætor n. 4. cum seqq. ff. jure-
jur. e o penal não deve ser extensivo, no dividuo : do vassallo que aliena parte do feudo, *cap. unic. de vassal. qui contr. constit. parte de prazo*, *Clar. §. emphiteusis quæst. 13. n. 10. Tiraq. re-tract. municip. §. 27. n. 25.*

9 E se não ouver diversa razaõ L. *Pæpinianus 8. sed nec impuberis vel. nisi pro parte ff. in offic. testam. Tiraq. re-tract. municip. §. 1. glof. 7. n. 46. com-*
10 a mulher, que pôde ser fiadora, Ord. lib. 4. tit. 62. & 61. L. 4 ff. ad S.C. Velle-an. L. 2. Cod. eod. tit.

11 A herança , que senão pôde aceitar em parte , e repudiar em parte , *L. 7. b. t. L. 1. & 2. ff. acq. hæred. vide §. 5. Inst. inutil. L. regatus 33. ff. man-dat. L. 1. §. stipulanti ff. Verb. ob-lig.*

12 Quanto ao §. 1. *nemo alienæ rei*, que se não presume idoneo para a desfeza sem fatisfar, *vide, L. nemo dubi-tat solvendo videri eum, qui defenditur 95. b.t.*

13 Quanto ao §. 2. *pupillus pati posse non intelligitur*: a palavra *pati*, se toma neste lugar pelo consentimento tacito , obrigatorio , *L. quid. ad certum 14. ff. locat. L. sedet servus 3. §. sed & si ff. tribut. act.*

14 E diz a regra, que nos casos em que a paciencia induz tacito consentimen-to , o pupillo não fica obrigado , por-que nem ainda expressamente se pôde obrigar , sem tutor , pr. *Inst. auct. tut. §. 2. Int. quib. alien. licet vel non tom. 1.*

15 Mas poderá ter lugar, a respeito do seu corpo , fama , e injuria , *L. 3. §. 1 ff. de injur.*

16 Quanto ao §. 3. *ubi verba conjuncta: quando as palavras não fab conjun-*

ctas , ou copulativas , mas disjuntas, e separadas , ou de alternativa ; no af-firmativo , basta que hum facto se pu-tifique; e no negativo , hum não facto, *cap. 70. tom. 7. L. si qui ita 129. ff. verb. oblig.*

E pelo contrario , se forem copula-tivas, se deve de adimplir , e purificar, hum , e durio facto , *L. si hæredi 5. ff. condit. inst. d. L. 129. ff. verb. oblig.* *vide, L. 28. §. 1. n. 29. tom. 6. L. sæ-pe 53. d. tom. 6. & §. si plures 11. Inst. hæred. Inst. tom. 2. L. si emptione 34. §. si emptio ff. contr. empt. L. 2. §. siæ-vola ff. eo quod. cert. loc. & §. 33. Inst. act.*

Quanto ao §. 4. e quinta regra, per-tence ao S. C. Velleano , que socorre as mulhetes para não serem fiadoras: mas não gozaõ deste beneficio as que abusaõ delle , e vaõ a enganar , como vestindosse de homem ou fingindo-se contrabente , porque se depois se ajuda do Velleano , o credor a repelli à pelo dolo, *L. sine 5. L. fæminis 18. ff. ad. S.C. Vellean. Ord. lib. 4. tit. 61. §. 2. Arouc. adnot. n. 20. 21. 22. & 23. ff. de just. & jur. Valent. Franco fide-juss. cap. 2. n. 163. & 164. dix. L. 7. n. 54. 59. b.t.*

Porque aos enganados , e não aos enganadores, socorre o Direito, *Valasc. lit. D. n. 30. presta auxilio à infermi-dade , ou fraqueza da mulher , e não a sua malicia , Valasc. d. n. 30. L. 2. §. sed ita demum ff. ad S.C. vell. L. si sine, §. L. si mater 6. Cod. eod. Tiraq. ad legg. connub. glof. 8. n. 135. Franco d. cap. 2. num. 163. & 164. Arouc. d. L. 1. §. 1. num. 20. & 23. ff. just & jur. dix. L. 7. b. t. n. 60. & 61. 54 & 55.*

O mesmo da restituçāo do menor, *L. 2. & L. 3. Cod. si min. semaior Auth. sacramenta puberum Cod. si advers. ven-dit. Gail obs. 65. Valent. Franco d. n. 164. dix. d. L. 7. n. 55. Arouc. d. §. 1. n. 22.*

Paulus lib. 2. ad Edictum.

L. 111. Pupillum, qui proximus pubertati sit, capacem esse & furandi, & injuriæ faciendæ.

Expusemos deste princ. com a L. 38.
& L. ferè 108. b.t.

§. 1.
In hæredem non solent actiones transire, quæ pænales sunt ex maleficio: veluti furti; damni, injuriæ, vi bonorum raptorum, injuriarum.

Sobre este §. se disse, cum L. sicuti 38. b.t.

Paulus lib. 8. ad Edictum.

L. 112. Nihil interest ipso jure quis actionem habeat, an per exceptionem infirmetur.

Esta Ley se explica com o commentario in L. non videtur 13. b.t.

Gaius lib 3. ad Edict. Prov.

L. 113. In toto, & pars continetur.

Entende-se com o que fica dito na L. in eo 110. b.t.

Paulus lib. 9. ad Edict.

L. 114. In obscuris inspici solet, verisimilius est, aut quod plerumque fieri solut.

Tratâmos desta Ley, in L. semper 9. b.t. n. 121. & seqq.

Idem lib. 10. ad Edictum.

L. 115. Si quis obligatione liberatus sit, potest videri cepisse.

§. 1.
Non potest videri cepisse qui stipulatus potest exceptione summo veri.

TAmbem fica respondido a esta L. 115. com a L. non videtur 13. b.t. e o mesmo quanto ao §. 1. O que remitto, fez doação, e para o devedor, he quitação, L. 12. ff. de donat. Barbos. report. verb. remissio cum d. L. 115. pr.

Ulpianus lib. 11. ad Edictum.

L. 116. Nihil consensui tam contrarium est qui & bona fidei judicia sustinet, quam vis atque metus: quem comprobare contra bonos mores est.

§. 1.
Non capitur, qui jus publicum sequitur.

§. 2.
Non videntur, qui errant, consentire.

L. 184:

L. 184. Vani timoris justa excusatio non est.

Esta L. 116. contem tres regras, ou sentenças debaixo da mesma regra: a primeira in princ. que trata da violencia, e medo, pertence ao Edicto pretorio ff. de eo quod met. caus.

2 O consentimento, he huma vontade livre (que sustenta naõ só os juizos de boa fé, mas os de estricto direito, L. in omnibus 55. ff. oblig. & act.)

3 E a este consentimento nenhuma cousa he taõ opposta, e contraria, como a violencia, e medo, d. L. 116. b. t. vide L. 53. & 92. b.t.

4 A violencia se entende da injusta, e contra os bons costumes, e naõ da justa, recta, e licita por Direito, L. 3. §. 5. ff. eo quod met. caus. gest. erit. que he qualificada, e tem effeito de vontade pela obrigaçao anterior, L. si mulier 3. §. si metu coactus ff. quod nut. caus. Barb. ax. 130. n. 8.

6 O temor vaõ, naõ presta escusa justa, L. Vani timoris 184. b.t. quer dizer, o temor vaõ, e sem fundamento habil, naõ se computa por temor, L. si quis ab alio 13. ff. rejudicat. como se algum desempâta a sua herdade ouvindo que outro vem a ella com armas, L. 3. §. si quis autem ff. vi & vi arm. L. metum 9. ff. eo quod met. caus. L. 3. §. 5. 6. & L. 6. §. qui nundinas & L. 7. ff. adq. possess. tom. 8. Arouc. in L. 1. §. 2. n. 11. & 12. ff. rer. divis.

8 Naõ se toma pelo medo leve, e suspeitado, se naõ pelo presente a que o homem constante naõ pôde refestir, L. metum 5. L. 6. L. 7. & L. 9. ff. eo quod met. caus.

9 Medo justo, he o da morte, ou de lhe maltratar o corpo, L. continet 3. §. 1. L. nec 7. §. 1. ff. eo quod met. caus. L. si donationis 7. Cod. eod. L. Medicus 3. ff. var. & extraord. cognit. L. interpositas 13. Cod. transact.

10 Atrocidade, glos. in L. 11. §. de injur. verb. ut domino & verb. maxime, o

da escravidão, L. 4. ff. eo quod met. caus. L. 7. Cod. eod. de estupro, e femelhantes, L. 7. §. 2. L. 8. §. pen. ff. d. tit. de perder todos os bens, ou a maior parte delles, L. interpositas 13. Cod. de transact. ou por outras circunstancias graves, L. 9. Cod. d. tit.

O que o Juiz prudente arbitrará, Menoch. de arbitr. lib. 2. casu 135.

Finalmente, diz o Conselho, quem. scilicet medo, comprobare contra bons mores est, em effeito fica contra os bons costumes; porque ainda que o admarentado, permetendo, de algum modo consente, L. si mulier 21. §. si metus ff. eo quod met. caus. e em estricto direito fique obrigado, ut in §. 1. Inst. except. tom. 4. contudo como este consentimento naõ he livre, antes he iniquo que algum do seu delicto faça melhor a sua condiçao, L. 134. §. 1. b. t. por isso o Pretor naõ approva aquella obrigaçao, e socorre pela restituçao in integrum, ao que fosreo a força, ou medo, excede o facto; e he havidio por contrario aos bons costumes, e ainda civiz, pela resistencia de Direito.

Prohibir fazer testamento, ou conf. stranger, e que institua, indigno, Ord. lib. 4. tit. 84. Barb. vot. 77. Peg. tom. 13. pag. 211. Phæb. dec. 25 & 26. Portug. lib. 3. cap. 31. n. 16. 20. & 21. Farinac. quest. 161. Castilh. lib. 3. cap. 1. Menoch. cas. 395. lib. 2. cent. 4.

O primeiro instituido tem accão de danno contra o que periuadio a renegaçao, Farin. n. 95.

Quanto ao §. 1. (regra 2.) pertence ao Edicto dos menores de 25. annos, que tem restituçao, sendo enganados, Ord. lib. 3. tit. 41. porém naõ ficab os que usão do Direito commun a todos, como comprar barato, e vender mais caro, a que naturalmente se inclinaõ todos, e he permitido, afastado o dolo, enganar-se no preço, L. item sprecio 22. §. fin. ff. locat. L. in causæ 16. §. idem Pomponius ff. minor, Cerdos.

- dos. verb. *emption.* 57. *Moraes lib. 2. cap. 21. n. 17. Valasc. loc. com. lit. C. n. 201. Glz. ad Ord. lib. 4. tit. 1. art. 4. n. 4. pag. 36.*
- E por isto o menor, desta esperteza, se não restitue, por usar do Direito commun, L. *in causa* 16. §. *idem Pomp. ff. de minor.*
- 22** Outros exemplos se porpoem L. *inter eos* 51. §. *pen. ff. fidejuss. & L. fin. Cod. rest. in integr. de qua vide Cujac. lib. 16. obs. cap. 14.*
- 33** Quanto ao §. 2. (regra 3.) também pertence a causa da restituição *in integrum*; porque também se restituem, os que cairão em erro, em razão de que não consentirão, L. 2. ff. *rest. in ingr.*
- 24** E não basta o consentimento de hum dos contrahentes, he necessário de ambos, juntamente, sobre a mesma causa, e negocio, L. 1. §. 2. ff. *de pact.*
- 25** L. 3. ff. *policitat. & est notum;* e he visto que o não houve quando cada hum he de diverso sentir; e por isto se diz, que não ha causa mais contraria ao consentimento, que o erro, L. *si id 7. fin. ff. rescind. vend.*
- 26** Aonde ha erro falta o consentimento, requerido nos actos, *Moscard. cont. cl. 378. Reinos. obs. 22. Cyriac. contr. 64. Scac. judic. lib. 7. cap. 7. Valens. cons. 11. an. 37. usq. 63. de Angel. de confess. lib. 3. quæst. 20.*

Paulus. lib. 11. ad Edictum.

L. 117. *Prætor bonorum possessionem hæreditis loco in omni causa habet.*

L. 118. §. 1. *Hi, qui in universum jus succedunt, hæreditis loco habentur.*

1 **J**A' se tocou esta materia na L. *hæredem* 59. b. t. & tit. *Inst. bonor. possess. dix. & L. hæreditatis* 119.

fn. & L. bonorum 208. tom. 6. Arouca L. 1. §. 2. n. 23. ff. rer. divis.

A herança, tomada em seu proprio nome, differe, da bonorum possessione; porque a herança nos faz logo tenhores, L. *legatum* 80. ff. *legat. 2. e a bonorum possessio, naõ; mas dá huma acção; pretoria, L. 1. & 2. ff. bon. poss. dix, pr. Inst. & §. 2. de bonor. possess.*

Nem o Pretor pôde fazer herdeiro, e só o faz a Ley, §. *quos autem 2. Inst. bon. tom. 2. que he fazer senhor, L. 1. & 2. ff. bon. poss. & dix. §. fin. Inst. ha- red. qualit. & differ.*

Porém, quanto ao commodo, ein- commodo, se toma a possessão de bens, por herança, e por isto os Consultos lhe chamaraõ possessão da herança, L. *in omnibus* 2. L. 3. vers. *hæreditas ff. bonor. poss. L. 138. tom. 6. pr. Inst. bon. poss. dix.*

E neste sentido falla Ulpiano *in d. L. 2. e Paulo, d. 128. §. 1. b. t.* e por isto mesmo se dão as mesmas acções activas, e passivas para o possuidor, e contra o possuidor, L. 5. ff. *alien. ju- dic. mut. caus. fact. d. L. 128. §. 1. b. t.*

osso osso os! so osso os! so osso os!

Faulus lib. 12. ad Edictum.

L. 118. *Qui in servitute est, usu- pere non potest, nam cum pol- sideatur, possidere non vide- tur.*

DIversa causa he estar em servi- daõ, e ser escravo: ser liberto, o estar em liberdade: e o possuir do estar de posse, L. *si quis 10. ff. adquir. poss. tom. 8. L. 1. ff. eod. pr. n. 17. 18. & 19. d. L. 10. n. 3. tom. 8. dix. §. 1. Inst. ingen. tom. 1.*

Está em servidaõ; o que está pos- suido como escravo, e não he servo; e o he o que legitimamente está sujeito ao domínio de outro; e por isto, o que

que está em escravidão, não pode usurpar, ou prescrever, porque não possue, quando he possuido por outro, d. L. 118. b. t. L. ait 23. §. 1 ff. ex quib. caus. maior. L. homo liber 54. ff. acq. rer. dom. tom. 8.

⁴ E naõ ha prescripçāo sem posse, L. sine possessione 25. ff. usucap. L. 2. Cod. præscript. 30. cap. sine possessione 3. tom. 7.

⁵ E daqui vem, que o cativo do inimigo perde a posse, e nada possue; antes se tiver começado alguma usucapão, se interrompe pelo cativeiro, L. denique 19. L. ait 23. §. si autem ff. quib. ex caus. maior.

⁶ E este cativo, nem ainda pelo seu escravo pode usurpar, L. Labeo §. 1. & 8. ff. usucap. por razão particular, vide, L. 15. §. si is qui pro emptore ff. usucap.

Paulus lib. 13. ad Edictum.

L. 119. Non alienat; qui dumtaxat omittit possessionem.

Esta Ley parece que pertence ao Edicto do que trespassa a ação, ou causa maleiciosamente em algum poderoso, e contendor duro, de quo Ord. lib. 3. tit. 39. convem tit. 86. §. 16. & lib. 4. tit. 10. §. 6. L. 1. & tot. tit. ff. alien. judic. mut. caus. fact. & L. unic. Cod. eod. tit.

² E he transcrita da L. item si res 4. §. 1. itemque fieri potest ff. alien. judic. mut. caus. fact. e como esta ação requere alienação dolosa por isso naõ cahe no Edicto o que trespassa causa naõ letigiosa, e só a posse sem dolo, & d. §. 1.

Paulus lib. 12. ad Edictum.

L. 120. Nemo plus commodi heredi suo relinquit, quam ipse habuit.

Respondido de antemão, in L. nemo plus 54. b. t. convem, L. secuti 38. & L. 59. b. t. & ibi dicta.

Paulus lib. 13. ad Edictum.

L. 121. Qui non facit, quod facere debet: videtur facere adversus ea, quia non facit. Et qui facit, quod facere non debet: non videtur facere id, quod facere iussus est.

O Devedor he visto fazer em fraude do credor, quando naõ faz o que deve fazer, scilicet, naõ usa da servidão, L. in fraudem 4. ff. quae in fraud. cred. por ser 1 specie de alienação, L. alienationis 28. vers. cum quo alienare dicitur, qui non utendo amisit servitatem tom. 6. n. 3. & 4 pag. 25.

O dar depois do tempo comprobado, com pena, naõ releva desta, L. Celsus 23. ff. recept. arb. pagamentos, o que paga mais tarde L. 12. §. minus solvit tom. 6. ex n. 23. & in §. 33. Inst. act. tom. 4.

O que naõ proíbe o malefício a seu escravo, podendo, está obrigado a tudo, excluída a noxal, L. 44. §. 1. L. 45. & L. 46. ff. ad leg. Aquil. supr. L. 50. b. t. cum L. 2. & 3. ff. nox. act. vide, 43. n. 31. b. t.

O que naõ faz o que deve, naõ recebe o interesse, L. si non fuerit & ibi glos. ff. jurejur. Barb. ax. 92. n. 5.

E está em dolo, o que naõ faz o que deve, Cald. empt. cap. 19. n. 18. idem Barb. n. 6.

7 Cuide cada hum em fazer o que deve, e de se abster da factura do que não deve, L. facere 189. tom. 6. cum d.L. 121. b.t. Das penas convencionaes, Ord. lib. 4. tit. 70.

8 O que não faz o que deve, adverifica sua obrigaçāo: e tambem, quem faz o que não deve, e não era obrigado. E assim, de hum, e outro modo vay contra a Ley, sentença, stipulaçāo, e o mais em que cahir, segundo a materia sujeita, vide d. ax. 92.

•SS• •SS• •SS•SS• •SS• •SS• •SS•

Gaius lib. 15. ad Edict. Provinc.

L. 122. Libertas omnibus rebus favorabiliior est.

Fica dito com a L. quotiens 20. b.t.
& in L. 9. eod.

•SS• •SS• •SS• •SS• •SS• •SS•

Ulpianus lib. 14. ad Edictum.

L. 122. Nemo alieno nomine lege agere potest.

Deste princ. fica exposta na L. actus 77. b.t.

§. I.

Temporaria permutatio jus Provinciæ non innovat.

¶ **O** Estillo de julgar da Provincia, sempre deve ser o mesmo, seja o Ministro qual for, Ord. lib. 3. tit. 64. e aqui se toma permutatio pela mutação dos Ministros temporaes, vide Cujac. lib. 24. obs. cap. 2. tomado o composto pelo simples, ut L. si quis sepulchrum 12. §. 1. ff. releg & sumpt. fun. & in L. filii 22. §. 1 ff. ad municip.

Da pratica, e estillo de julgar da Corte, e que se deve observar nas provincias, dix. §. quæ omnia 6. & §. quam formam 7. Inst. de satisfa. tom. 4. e com mais largueza nesta seguda eddiçāo.

E advirtaõ os Juizes foraneos, in partibus, que o Senado supremo, tanto nas appellaçōens, como nos aggiavos, julga pelo estillo recebido no mesmo Senado; e por isso devem os Juizes à quo seguir o mesmo, e pver a confirmaçāo do seu julgado; porque do contrario lhe resulta a menos reputaçāo, e damno às partes litigantes, e se lhe revoga tudo.

•SS• •SS• •SS• •SS• •SS• •SS•

Ulpianus lib. 16. ad Edictum.

L. 124. Ubi non voce, sed præsentia opus est: mutus, si intellectum habet, potest videri respondere. Idem in surdo, huic quidem, & respondere potest.

§. I.

Furiosus, absensis loco est, & in Pompon. lib. 1. Epistol. scripsit.

Em huns negocios se requere a voz, e presençā: em outros he necessaria a presençā, e não a voz: em outros basta o consentimento. Naquelle negocio em que a presençā, e a voz he necessaria, o mudo não pôde operar, e por isto não pôde estipular, §. mutum 7. Inst. inutil stipul. tom. 3. L. 1. §. 1. & fin. ff. oblig. & act.

Nem pôde ser tutor, porque deve de intrepot sua authoridade, per si, ut tit. Inst. auct. tut. tom. 1.

O mesmo no surdo, total, e não no que tardamente ouve, d. §. mutum Inst. & d. L. 1. §. fin ff. oblig. & act. vide, L. 1. pr. ff. verb. oblig.

Aonde só he necessaria a presençā, o mudo, e o surdo pôdem intervir, com

com tanto que entendaõ; e por isto se
pôdem tratar por herdeiros, L. mutum
§. ff. acq. hered. §. item extraneus si-
vè fin. in fin. Inst. hæred. qualit. & dif-
fer. tom. 2.

Como possuidor, possue o ladrão, que
nenhuma causa de posse pôde allegar,
e só posso, porque posso, §. adpiscend.e
3. Inst. interdict. tom. 4. L. 1. fl. quo-
rum bonor. L. 2. Cod. eod. vide, L. qui
dole 131. b. t.

6 Niõ baltaõ palavras, aonde saõ necessarias obras , L. s procuratorem §. ignorantes ff. mandat. L tutor 28. §. f. 1. ff. adm. tut. L. 2. Cod. usur. L. 3. § pen. ff. ae in rem vers. dix. ad rubr. tom. 6. n. 28. Arouc. L. 17. n. 3. ff. de legib. Barb. ax. 222. n. 47.

C' que supposto : pergunta-se , se
hum comprando a herança , com scien-
cia de que he alheya , ha de ser havido
por herdeiro , e por isto possa ter con-
vindo pela herança ? E responde Ulpiano
in L. nec ullam 13. §. si quis scien- ff.
petit. hæred. que ainda que alguns en-
tenderão , que este possuia como possui-
dor , e assim felhe podia pedir a herança ,
elle não tinha esta sentença por verda-
deira ; porque o que conta o preço , não 5
he ladrão ; e havia diferença entre o pos-
suidor de mà fé , e o ladrão ; porque
este nenhum titulo tem , e aquelle al-
gum : vide Julian. L. non solum 33. §
ff. usucap.

Que he contra esta distinçāo , & 6
Cujac. obs. 18. cap. 25. que concilia
dizendo, que na precripçāo naõ hā
differença entre possuidor de mà sé. &
prædonem , e neste sentido a d. L 33 §.
1. e a noſta L 126. pertence à heranç ; 7.
e assim nem todo o puſſuidor de mà
sé, he predativo, ou ladrao da pol-
ſe.

Mas o que comprou a causa, e con- 8
tou o preço, se entrou na posse sem
vontade do vendedor, ou ignorando,
ou muito mais prohibindo, (tive este
caso do Algarve e Terras da R. N. S.)
etiam prædo est L. si ex e stipulatione
fundi 5. ff. adq. poss. n. 5. tom. 8. (e que
compaciencia ficara boa, n. 6.) L. fun-
di 33. & L. 3. §. genera ff. eod. tom. 8.
ib. *ad justam possessionem requiritur ut*
qui acceperit abeo, quem jus transferen-
dæ possessionis habere putavit. Neque
enim quis propria auctoritate quis ad
prehendere potest possessionem rei sibi
promissa, aut venditæ e saõ palavræ
de Jul. Beima in d. L. 5. ff. adq. poss.
cum d. L. femdi venditor 33. & L. 3. §.
genera ff. eod. ubi dix. tom. 8. e eon-

Gaius lib. 15. ad Edictum.

L. 126. Nemo prædo est, qui pretium
numeravit.

Toda estas Ley pertence à petição da herança. A petição da herança, se dá contra o que a pessoa como herdeiro, ou como possuidor.

2 Diz-se posse como herdeiro , quando não he herdeiro , e diz que o he , L. pro herede 11. ff. petit. bæred. dix. §. item extraneus 7. Inst. bæred. qual. tom. 2. & §. 3. Inst. interdict. L. 12. & 13. d. r.

Tom. V.

vem Ord. lib. 4. tit. 5. vide L. 2. Cod. & L. 9. ex num. 137. b. t.
acq. retin. poss. & glof. in L. 9. verb. im-
proba fin. Cod. eod. d. tom. 8. L. eum
qui §. 1. ff. de furt.

9 Nota : que a querela do testamento in officio, não he preparatorio da acção, antes he huma petição da herança, por causa do testamento in officio, L. Papinianus 8. §. quoniam L. 20. L. 21. §. fin. L. 27. §. pen. ff. in officios. testam. L. 16. L. si quis filium 34. Cod. eod. L. 3 Cod. petit. hæred. L. 20. § sed quem adm ff. bon. posseß. contr. tab. L. 5. & §. 1. ff. his qui ut indign. dix. princ. Inst. & §. 1. de in offic. te- tam.

10 Não he venda imaginaria, quando precede preço, dix. L. 16. h. t.

§. 1.

Locupletior non est factus, qui libertum acquisiuerit.

11 **O** Que pessimo a herança de boa fé, só está obrigado no em quanto se locupletou, L. sed & si 25. §. proinde ff. hæred. pittit.

12 Donde se duvida, se o possuidor de boa fé manumittir o escravo por justa causa, se fica locupletado, e possa ser convindo ; e parecia que o ficava pela futura esperança de lho succeder como patrono, ut tit. Inst. success. libert. mas a verdade he que não fica locupletado; porque assim como a herança defrida, ainda que se possa addir, em quanto se não aceita não faz locuplitação, L. pretia 63. fin. pr. ff. ad leg. Falcid. assim nem a esperança da futura succelação do patrono a faz, L. naturalis 5. fin ff. præscript. verb.

§. 2.

Cum lucro duorum queritur; melior est causa possessionis.

13 **E**ste §. fica explicado com a L. in eo 33. b. t. commodos da posse, §. retinendæ 4. Inst. intredit. tom. 4.

& L. 9. ex num. 137. b. t.

• • • • • • • • • • •

Paul. lib. 20. ad Edictum.

L. 127. Cum prætor in hæredem dat actionem , quatenus ad eum pervenit, sufficit, fivel momento ad eum pervenit ex dolo de- suncti.

F Ica satisfeito com o que distémos na L. sicut pæna ex de licto de- functi 38. b. t.

• • • • • • • • • • •

Idem lib. 19. ad Edictum.

L. 128. In pari causa possessor potior haberi debet.

A Este princ. fica satisfeito na L. in eo 33. b. t. L. 126. §. 2. b. t. dix. cap. in pari 65. tom. 7. & L. 125. b. t.

§. 1.

Hi qui in universum jus succe- dunt, hæredis loco habentur.

E Ste §. 1. foi junto in L. hæreditas 2 62. L. hæredem 59. ubi aliae, & L. prætor 117. b. t.

• • • • • • • • • • •

Idem lib. 21. ad Edictum.

L. 129. Nihil dolo credor facit, qui suum recepit.

Tambem se disse com este principio in L. nullus 55. b. t.

§. 1.

§. I.

Cum principalis causa non consistit: ne ea quidem quæ sequuntur, locum habent.

L. 178. Cum principalis causa non consistat, plerumque ne ea quidem, quæ sequuntur, locum habent. h. t.

Este §. I. & d. L. 178. provaõ a quotidiana conclusão: nulla a prí-
zaõ nullo o embargo, sobre ella teito,
Ord. lib. 4. tit. 77. & tit. 76. §. fin.
Phæb. p. 1. ar. 34. dec. 54. n. 9. Cabed. dec.
56. Mend. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 9. Hontalb.
jur. Juperu. quæst. 18. d. n. 7. Farinac.
quæst. 2. n. 151.

2 O mal prezo, he posto em liberdade, Phæb. dec. 54. n. 10. Valasc. reform.
just. §. 14. n. 168. & 169.

3 Como o principal, e accessorio, tem
uma quasi natural conexão, tanto não
pôde o accessorio estar sobre o seu
principal, como o accidente não pôde
estar sem o seu sujeito, cap. accessorium
42. tom. 7. L. etiam Cod. jur. dot. L.
4. fin. ff. act. empt. Barb. ax. 4. n. 1. ax.
5. n. 1. & ax. 196. n. 1.

4 Donde vem, que tirado o principal,
não subsiste o seu accessorio, porque
assim se segue por natureza, d. L. 129.
§. 1. & d. L. 178. h. t. d. cap. 42. tom.
7. Barb. prox.

5 Nulla a obrigaçao principal, cessa
a do fiador, L. sub impossibili 29. ff. fi-
dejuss. §. si quis 17. Inst. legat. §. 5. Inst.
fidejuss. d. ax. 4. n. 3. 12. & 13. Ord. lib.
4. tit. 48. §. 1. & tit. 50. §. 2. Phæb.
p. 2. ar. 34. L. 16. & L. 65. ff. fidejuss.
supr. L. nulla 88. & n. 8. h. t. & §. 1.
Inst. fidejuss.

6 Sendo nullo por causa espacial, d. L.
88. n. 9. & Moraes lib. 2. cap. 18. n.
24.

7 De 4. fontes nascem as nullidades:
ou da causa da materia: ou illegiti-
midade da pessoa: ou na forma, e fo-
Tom. V.

lenidade: ou causa final, Moraes n.
25.

Alguns DD. entendem que esta Re- 8
gra sómente procede, quando não hou-
ve subsistencia ao principio; mas o
certo he, que ainda que subsistisse no
principio, procede: porque de qual-
quer modo que a obrigaçao fique pe-
rempta, o fica a fiança, como a cessa-
rio, L. fidejussores 68. fin. L. gravius
vers. secum duo ff. fidejuss.

Aquella palavra plerumque d. L. 178. 9
mostra que a Reg. a não he perpetua,
como quando não vale a instituição de
herdeiro, (cabeça e fundamento §. 34.
Inst. legat.) e valem os legados, e li-
berdades, L. proxime 3. vers. Calphur-
nius ff. his quæ in testam. delent. Novel.
115. cap. 3. & 4. fin. Ord. lib. 4. tit. 82.
§. 1.

Em outros casos perde a Regra seu 10
officio, ut tenet Meising. cent. 3. obs. 2.
DD. in d. cap. 42. tom. 7. & in d. L. 178.
h. t.

Ulpian. lib. 18. ad Edictum.

L. 130. Numquam actiones, præser-
tim pñales, de eadem recon-
currentes, alia aliam consu-
mit.

Desta Ley fica dito na L. nemo ex 11
his 43. §. 1. h. t. com que se sa-
tisfaz neste lugar.

Paulus lib. 22. ad Edictum.

L. 131. Qui dolo desierit possidere;
proposito dente damnatur: quia
propositione dolus est.

L. 150. Parem esse conditionem opos-
ter ejus, quidquid possideat,
o ij vel

vel habeat, atque ejus cujus do-
lo malo factum sit, quominus
possideret, vel haberet. h.t.

L. 157. §. 1. Semper , qui dolo fecit,
quo minus haberet , pro eo
habendus est , ac si haberet ,
h.c.

I C Omo a fraude , ou dolo, naõ pô-
de ter patrocinio , antes he puni-
vel, L. I. §. I. ff. except. dol. mal. Barb.
ax. 76. n. 4. & 5. Sabell. §. dolus n.
17.

2 Nem o delicto, ou malicia pôde fazer de melhor condiçâo, L. 134. §. 1. b. t. d. ax. 76. n. 4.

3 - Com razão dizem as ditas Leys, que
he havido por possuidor, o que dolosa-
famente deixou de possuir, d. L. 131.
& 157. §. 1. Peg. for. tom. 3. cap. 24.
sub num. 31. pag. 114. L. quod si do-
lo ff. reivind. cap. proposessore 36.
tom. 7.

4 O affectado não aproveita, antes
offende, plene Arouc. ad not. L. I. §.
I. ex num. 20. ff. ius. & jur. Guerr.
tract. 3. lib. 2. cap. 2. num. 73. &
segg.

5 Tem lugar contra elle o interdicto
chamado unde vi , L. 1. §. fin. L. 2. ff.
vi & vi arm. o interdicto, quod vi aut
clam, L. semper 15. §. cum autem ff.
quod vi aut clam. o interdicto, quod
legatorum , L. 1. §. quod ait ff. quod le-
gatorum. o interdicto , quorum bono-
rum , L. 1. ff. quor. bonor. o interdicto,
ne quidem in loc. public. L. 2. §. hoc in-
terdictum ff. ne quid in loc. public.a di-
recta petiçāo da herança , L. item ve-
niunt 20. §. præter hæc ff. hæred. petit.
e a ut l. na reivindicaçāo , L. fin autem
27. §. sed dñs ff. reivind. L. quod si

27. §. sed & is ff. revind. L. quod si o
dolo ff. revind. L. qui retitorio & L.
qui restituere ff. revind. Mend. p. 1. lib.
4. cap. 2. n. 1. Phæb. dec. 103. num.
11. Peg. 3. for. cap. 12. num. 3. pag.
70. & tom. 5. for. cap. 86. n. 38. in fin.

*Gaius lib. 7. ad Edictum
Provic.*

L. 132. Imperitia culpæ adnumeratur.

Desta Ley se diste L. 23. & L. 36. h. 1
t. & vide §. imperitia 7. Inst. leg.
Aquil. tom. 3. ubi dix que falla do pro-
fessor, e que ganha premio, e naõ gra-
ciosamente.

ଏହି କାହାର ପାଇଁ କାହାର ଲାଗୁ ହେବାର କାହାର କାହାର କାହାର

Idem lib. 8. od Edictum.

L. 133. Melior conditio nostra per
fervos fieri potest; deterior fie-
ri non potest.

O Escravo, pôde utilizar a seu se-
nhor por pacto, e estipulando,
L. *sin autam 39. ff. de pact.* L. *ser vni*
62. ff. verb. oblig. § *si quis 4. Inst. inu-*
ptil. stip. L. *stipulatio ista 38. §. alteri*
ff. verb. oblig. L. *servus Cod. de pact.*
Moraes lib. 5. cap. 4. n. 33. vers. que
resolutio.

Pôde adimplir a condiçāo , ainda
sem mandato do senhor , *L. conditio-
nibus 5. sin. ff. condit. insit.* entende-se ;
do legado ew que o senhor naõ recebe
lezaō: porem se for da herança, por ser
instituido com a condiçāo de dar v. g.
dez, naõ pôde obedecer à condiçāo
sem mandato do senhor, como respon-
deo Modestino , *L. sub conditione 25.
ff. condit. insit.*

Porque poderá ser danosa ao se-
nhor, pelas dividas, e o não pôde
peorar, d. L. 133. b.t.dix. coment. L.
fin. Cod. de acq. & ret. poss. tom. 8. don-
de esta L. 133. pôde receber comenta-
rio.

Delinquindo, pode deteriorar⁴⁶ condi-

condição, porque deve dar o escravo pela noxa, *ut dix. pr. Inst. nox. act. L. 1. §. quod igitur vert. quod enim ff. de vi & vi armat.*

7 O que distémos do servo, procede ao filho famílias, e no procurador, scilicet, que pôdem meliorar, e nô de teriorar a condição, *L. ignorantis 49. ff. procurat. L. 4. & L. fin. Cod. si res alien. pign. dat. L. nec filius Cod. reb. credit.*

8 O escravo, e filho famílias nô equitados em Direito, §. 1. *Inst. stipul. serv. & tit. Inst. quod. eum eo tom. 4.*

delinquentes nô seja melhor.

Do mesmo modo, ainda que o dote adventicio fique no marido, morta a mulher no consórcio, *L. mulier 20. ff. condit. inst. L. sed & si 5. ff. bon. damnat. L. 23. ff. evict. L. Celsus 22. ff. relig. & sumpt. funer. L. 1. Cod. si advers. docem Lujac. lib. 1. obs. cap. 4. Fabr. lib. 1. conje. et. cap. 16.*

Contudo se a matar nô lucrarà o dote adventicio, para que do seu delicto nô faça melhor a sua condição; e se darà acção aos herdeiros da mulher, para pedir este dote adventicio, *vide, Ord. lib. 5. tit. 38. & §. 2. fendo a chamada em adulterio.*

Aqui pôde lembrar da dispensa in radice matrimonii, para legitimar o filho incestuoso, havido antes do Matrimonio; porque no livre de espuriadade, he sem disputa fica legitimo pelo matrimônio subsequente, § fin. *Inst. de nupt. mas nô o incestuoso; salvo se houve dispensa in radice matrimonii; e querem que este seja, quando casaraõ nullamente, e nô quando se dispensou para casar; o que parecia dever-se entender pelo contrario, por nô tirar commodo de seu delicto, em casar nullamente, e se nô peorar ao que suplica dispensa para casar. sed ut supra.*

Ulpianus lib. I. da Edictum.

L. 134. Non fraudantur creditores, cum quid non acquiritur; à debitore: sed cum quid de bonis diminuitur.

§. 1.

Nemo ex suo delicto meliorem suam conditionem facere potest.

1 **C**om esta L. 134. princ. famámos na L. 78. b. t.

2 Quanto ao §. 1. que nenhum pôde meliorar a sua códicão, com a sua malicia, ou seu delicto, nem deste tirar commodo, & *L. in fundo ff. rei vind. L. itaque fullo ff. defurt. Barb. ax. 143. n. 3*

3 Nem se deve perdoar à malicia, *Car- dos. verb. delictum n. 7. nem tem patro- cínio, nem deve prejudicar ao outro ax. 76. n. 5. & 4.*

5 Nem da propria maldade se pôde tirar acção, d. *L. itaque fullo 12. ff. de furt. L. eum qui 14. §. is autem apud ff. de furt.*

6 E como a doçâo entre os conjuges he prohibida, *Ord. lib. 4. tit. 65. & tit. ff. & Cod. donat. inter vir. & ux. nem por isso valerà, ainda que as nuptias sejaõ inuteis, para que a condição dos*

ff. ; ff. ff. ff. ff. ff. ff. ; ff.

Ulpianus lib. 23. ad Edictum.

L. 135. Ea, quæ dari impossibilia sunt, vel quæ in rerum natura non sunt, pro non adiectis haben- tur.

Com esta L. 135. comentâmos in L. verum est 31. b. t. ubi aliae. com que se ha por satisfeito,

rinac. eons. 45. n. 49. cons. 59. num.

16.

Mas he dever quando deve duvidar 5
na entrega pela causa estar sujeita a
outro juiz, e se deve notificar ao inter-
essado, ou se for ameaçado de prisaõ,
Grat. cap. 485. à n. 5. usq. 15. tom. 3.
& cap. 906. n. 12. & 13. tom. 5. Sal-
gad. reg. protec. p. 4. cap. 7. à n. 153.
& vide, ao intento, Gam. dec. 303. n. 3.
cum L. ait prætor §. per venit ff. de mis-
nor.

O possuidor de boa fé, acquire tan- 6
to quanto havia de acquirir o verda-
deiro senhor, d. L. 136. b. t. e como o
senhor faz seus os frutos, o mesmo he
o possuidor de boa fé, dix. Cum d. L.
48. ff. acq. rer. dom. tom. 8. & §. 35.
Inst. rer. divis. tom. 1. L. 4. §. lance
ovium ff. usucap. Fabr. 4. conject. cap.
17.

E diz Justiniano, que na percepçāo 7
dos fructos, he o possuidor de boa fé,
de igual direito do senhor, L. qui scit
25. §. 1. ff. usur. convem, L sed & si 7.
§. 6. ff. public. in rem act. L. bonæfidei 48.
ff. acq. rer. dom. tom. 8.

Porém esta comparação do possui- 8
dor de boa fé, e verdadeiro senhor,
não he sempre certa, e isto vem adizer
a dita L. 136. b. t. vers. *quotiens Lex*
impedimento non est. de que se infere,
à contrario sensu, que quando a Ley presta
impedimento, ou resiste, então a
boa fé não presta tanto, quanto a ver-
dade: como a Ley das 12. tab. que im-
pede a usucapião da causa furtiva; e
a Ley Julia, a do fundo dotal; e nestas
causas não dá tanto a boa fé, quanto
dá a verdade; porque aonde a Ley pro- 9
hibe a usucapião, a boa fé não apro-
veita ao possuidor, como diz Pompo-
nio in L. ubi 24. ff. usucap.

Mas sempre aproveita ao possuidor 10
de boa fé, a respeito dos frutos, que
os faz seus, ainda que não possa uso-
capir, L. bonæfidei 48. ff. acq. rer. dom.
tom. 8. L. 4. §. lance ff. usucapion.

Porém se o ladrão ainda tiver os 11
frutos,

Paulus lib. 18. ad Edictum.

L. 136. Bona fides tantundem possi-
denti præstat, quantum veritas,
quotiens lex impedimentum
non est.

os. 50. 50. 50. 50. 50. 50. 50. 50.

Ulpianus lib. 25. ad Edictum.

L. 137. Qui auctore judice compara-
vit, bonæfidei possessor est.

A Boa fé; nenhuma outra causa
he, mais que huma sincera e ille-
za conciencia da causa alheya, como
crendo; que era legitimo senhor, a-
quelle de quem a recebeo, não o sen-
do, princ. *Inst. usucap. §. si quis à non*
domino 35. Inst. rer. divis. tom. 1. L.
bonæ fidei 109. tom. 6. L. bonæ fidei 48.
ff. acq. rei. domin. tom. 8. L. certum
22. Cod. rei vindic. L. qui á quolibet
27. ff. contrah. empt. cap. §. virgo 32.
quest. 2.

2 E tambem he possuidor de boa fé, o
que recebeo a causa com sciencia de
que era alheya, se entendo que havia
poder para a venda, ou doação, na-
quelle de quem a receiveo, como pro-
curador, L. bonæ fidei 109. d. tom. 6. L.
11. §. 2 ff. public. in rem act.

3 De que se deduz, que o que com-
prou com authoridade judicial he
possuidor de boa fé, d. L. 137. b. t.
porque he possuidor justo, L. justa
possidet 11. ff. adq. poss. tom. 8. L. pen. 18.
ff. damn. in fecit. L. & generaliter 28.
ff. nox. act.

4 Com authoridade judicial, ninguem
pode ficar decepto, d. L. justa 11. n. 3.
ff. adq. poss. tom. 8. Valasc. alleg. 67.
n. 31. Maced. dec. 71. Leit. tr. 2. quest.
8. n. 10. Egid. in L. ex hoc jure p. 1. cap.
10. n. 51. Themud. dec. 72. n. 9. Fari-

frutos, a Ley presta impedimento, a que de boa fé os faça feus; e por isso dà menos que a verdade, d. L. 4. §. lanae ff. usucap.

12 Para o possuidor lucrar os frutos, tê à contestação, não he necessaria boa fé posetiva, basta a negativa, scilicet, que não apareça n. à fé, e tal, ou qual occasião de possuir; e qualquer causa, ainda temerária, aut besti alis excusa da restituição, plene, Rocca select. cap. 47. n. 61. 62. 63 & 64. ubi DD. quib. addo, Reinos. obs. 30. n. 20. fin. Phæb. dec. 132. n. 16. Gal. de fruct. disp. 24. n. 9. Cesareg. comert. disc. 50. num. 40. addit.

13 Nos juizos universaes vem os consumtos de boa fé, Guerr. tract. 2. lib. 3. cap. 7. n. 12. Gal. de fruct. disp. 15. art. 2. n. 2. aondu mostra o como do dia da morte; e aumentaõ o monte da herança.

Paulus lib. 27. ad Edictum.

L. 138. Omnis hæreditas, quanvis postea adeatur, tamen cum tempore mortis contiuuatur.

§. I.

Numquam crescit ex post facto præteriti delicti estimatio.

L. 193. Omnia feré jura hæredum perinde habentur, ac si continuo sub tempus mortis hæredes extitissent h.t.

I **A** Adição da herança, se une com a morte do testador; porque ainda que faç a aceitação passados dez annos, se retrotrahe ao tempo da morte, e desde aquelle tempo se entende haver sucedido. L. hæres 55. ff. acquir hæred. é assim o singe o Direito para o commodo, e incommodo, d. L.

138. pinc. & d. L. 193. h.t. Limita-se 2 no uso fruto, nos termos da L. usucap. 26. slipul. servor. e assim o denota a palavra feré na dita L. omnia feré 193. h.t. e que não tempe.

Nos contratos, se busca o paccionado no principio, L. 34 b. t. e assim no delicto, o feito, e consumado, e não do que sobreveye: como no caso da ferida do escravo não ser mortal, e depois perecer pela negligencia do senhor, no qual só obrigado pela ferida, e não pela morte, L. qui occidere 30. §. fin. ff. ad leg. Aquil. d. L. 138. b.t. §. 1.

§. 2. §. 3. §. 4. §. 5. §. 6. §. 7. §. 8. §. 9.

Gaius lib. ad Edict. Præt.
Urban.

L. 139. Omnes actiones, quæ morte, autem tempore pereunt, semel inclusæ judicio, silvæ manent.

D O principio desta L. 139. vide; coment. L. non solet 86. h.t. Ord. lib. 3. tit. 82. §. 3. & 4. e que no juizo quasi se contrahe, pela contestação, Phæb. dec. 10. num. 13. Arouc. alleg. 7. num. 15. allegat. 19. num. 25. & 30. Barb. ax. 132. num. 3. dix. L. 2. 4. & 16. ff. de duob. reis tom. 8. d. L. 86. n. 6. h.t.

§. I.
Non videur perfectè cujusque id esse, quod ex casu auferri potest.

A Interpretação deste §. se pôde tirar do comentario na L. non videtur 13. h.t.

Ulpianus lib. 56. ad Edictum.

L. 140. Absencia ejus, qui reipublicæ causa abst, neque ei, neque alii damno a esse debet.

Esta Ley pertence ao Edicto preto-
reio ff. ex quib. caus. maior. in integr. restit. pelo qual se dà acção Resti-
tutoria, ou Restitutoria aos auzentos,
e contra os auzentos, dix.coment. §.rur-
jus 5. Inst.de act. tom. 4.

2. Da-se ao auzente, por justa causa,
L. sed & si 26. §. fin. L. 27. & L. 28.
ff. ex quib. caus. maior. in integr. rest.
3 a fastidio o dolo mão, L. 1. §. 14. & L.
5. & L. 29 ff. ex quib. caus. maior. a
que couvem Arouc. adn. L. 1. §. 1. ex
n. 20. ff. just. & jur. & L. 199. tom. 6.
n. 2.

4. Se for a causa da Cidade, ou Povo,
d. L. 26. §. fin. ff. ex quib. caus. L. cum
qui 16. fin. tom. 6. L. legatis 8. ff. ex quib.
caus. L. 199. tom. 6. n. 10.

5. Da-se ao prezente, contra o auzen-
te, d. L. 140. h.t.d. §. 5. Inst. act. Do ap-
pellativo abesse, L. 173. §. 1. L. 199.
tom. 6.

6. Restituição da clausula geral, si qua
mibi justa causa, tambem a reconhece
a Ord. lib. 3. tit. 9. §. 10. & 11. ubi
Glosator.

7. O officio publico, porvia de regra,
a nenhum deve ser denoso, d. L. vide
licet 29. ff. ex quib. caus. maior. Barb.
ax. 167.

Paulus lib. 54. ad Edictum.

ff. 30. ff. 31. ff. 32. ff. 33. ff. 34. ff. 35.

L. 141. Quod contra rationem juree
receptum est, non est producens-
dum ad consequentia.

L. 162. Quæ propter necessitatem re-
cepta sunt, non debent in argu-
mentum trahi.

Ainda que conforme o Direito, o
disposto em hum caso venha pa-
ra outros semelhantes, por não pode-
rem ser todos declarados na Ley, Ord.
lib. 3. tit. 69. fin. pr. & tit. 81. §. fin.
in fin. L. non possunt 12. & ibi Arouc.n.
2. ff. de legib. e aonde se dà a mesma ra-
zaão, se dà a mesma Ley, não extensi-
va, mas comprehensivamente, L. is so-
lis Cod. revoc. donat. Barb. ax. 197. n.
3. & n. 7.

Contudo, o que he exorbitante de;
Direito commum, não se pôde ada-
ptar, ou extender a outras pessoas, ou
casos semelhantes, como bem diz Pau-
lo d. L. 141. h.t. Arouc. adn. in L. quod
vero 14. ff. de legib. cap. quæ à jure com-
muni exorbitant, nequaquam ad conse-
quentia sunt trabenda 28. tom. 7. cap.
odia 15. eod.

No odioso, não se admittre exten-
çao, nem por identidade de razão,
Barb. ax. 166. n fin. et al se reputa o
direito particular, como o privilegio;
e sómente por causa, e utilidade pu-
blica, Arouc. adn. L. nam ut ait 13. n.
5. ff. de legib. L. jus singulare est 16. ff.
eod.

Como no mercantil, que se julga
pelo seu estillo, e fora das regras do
direito, Strach. mercat. tit. quomod.
in caus. mercat. pr. & fin. Valens. cons.
78. Fontanel. dec. 244. Casareg. comert.
disc. 1. Pegfor. cap. 3. pag. 168. & cap.
14. n. 122. & 123.

E do mesmo modo, o que he exor-
bitante de Direito, se não pôde trazer
em argumento, d. L. 162. h.t. cap. 78.
& d cap. 28. tom. 7. Arouc. L. 15. & 16.
ff. de legib. vide, §. 6. fin. Inst. jur. nat. 8
tom. 1. Themud. dec. 2. n. 11. Phæb. dec.
15. n. 6. Cabed. dec. 11. n. 6. & 10. p. I.
Valasc. cons. 108. n. 32. cons. 115. n. 1.
Pelaes major. p. 4 quæst. 33. n. 7. Bart.
in L. præcipimus §. fin. Cod. appellat.
auth.

Autb. quas actiones Cod. sacros. eccles.

113

§. I. d. L. 141.

Unico pro solidio hæredes esse non possunt.

Ord. lib. 3. tit. 66. §. 9. L. 1. ff. de confess. Peg. for. cap. 1. num. 133. Calderò dec. 21. scilicet, in confessum nullæ sunt judicis partes nisi in condemnando.

Daqui se excitou a questão, se o que se cala, seja visto confessari? E respondendo Paulo diz que não, in L. 142. b. t. e o mesmo nos diz a regra in cap. 13. quitacet 44. tom. 7. mas que verdadeiramente não nega, como admitindo hum meyo entre o confessar, e negar.

O que se cala, não confessa d. L. 7 142. d. cap. 44. fora de juizo, porque neste pôde o Juiz fazer perguntas, Ord. lib. 3. tit. 20. §. 4. & tit. 32. ubi Glosator. e se elle se calar, ferá havido por confessado, L. si sine 9. §. 4. L. 11. §. 4. ff. interrog. in jur. faciend. e o condemna como contumaz, que algumas vezes he havido por confessado, Lyriac. contr. 46. n. 1. contr. 306. num. 7. Valasc. conf. 96. num. 11. Barb. in L. quæ dotis num. 156. verl. prima est & num. 157. ff. solut. matr. dos quem ad pet.

Salvo se não deve responder, porque então nem confessa, nem nega, L. si filius 19. ff. interrog. in jur. fac. L. non 9. ff. de except. como se formando depor no crime, a que não he obrigado, Ord. lib. 3. tit. 53. §. 11. ubi Glosator. e se não há por confessado: e como tendo citado para juramento dalmata, que não deve responder às perguntas, antes de se lhe deferir o juramento, e de se condenar na audiencia da Alfandega, como contumaz, se revogou no Senado, sendo Juiz (2.) o Doutor Francisco Pereira, da Cruz; porém a revelia do citado para ir jurar pessoalmente, em sua contumacia jura o A. (como se lhe comina) Ord. lib. 3. tit. 59. §. 5. ubi Glosator. §. 11. Inst. act. §. 4. Inst. except. tom. 4.

Na pratica, Luz das Leys, Maced. 12 dec. 12. n. 7. & 8. dec. 45. n. 2. dec. 77. n. 1. se reduere legunda citação para 13

- ra depor , pena de se haverem os artigos por confessados , tendo o A. jurado de calunia , e assim se observa a Ord. lib. 3. tit. 52. §. 13. Mend. p. 2.
14 lib. 3. cap. 12. n. 45. ainda que deve bastar a primeira cominada , Glz. d. §. 13. n. 4.
- 15** O depoimento , he confessab , Ord. lib. 3. tit. 53. §. 9. & 10. ubi Glosator. Phæb. p. 2. arest. 30. e perfere á propria prova discordante , Conciol. alleg. for. 63. n. 14. Angel. de confession. tom. 1. lib. 1. quæst. 1. num. 17. Postb. man. obs. 19. á num. 14. Farinac. quæst. 65. num. 101. & 102. e obtire no Senado.
- 16** Quanto ao que se cala , ser visto consentir , cap. 43. tom. 7. Barb. ax. 217. mas tem suas limitações , Barb. L. quædotis n. 158. & legg. ff. solut. & in L. diviortio §. ob donationes n. 15. ff. eod. Castilh. lib. 1. cap. 2. á n. 101. Altim. nul. sent. p. 1. rubr. quæst. 1. á n. 406. d. ax. 217. á n. 2. Reinos. obs. 61. n. 29. & 30. vide , Guerr. tract. 3. lib. 3. cap. 3. n. 18. 19. & 20. L. si pater 29. & ibi Arouc. ff. adopt. e quer Guerr. que seja visto falar ao Juiz , o que não falla.
- 17** E quando o contumaz he havido por consentiente , ou dissidente , Barb. d. L. quædotis 157. ff. solut. Guerr. prox.

Ulpianus lib. 26. ad Edictum.

L. 143. Quod ipsis, qui contraxerunt, obstat: & successoribus eorum obstat.

1 C Omesta L. 143. e outras , fallámos na L. bæredem 59. b. t. que se offrece neste lugar.

2 O filho , a respeito de avô , não pôde ser de melhor condição que sua māy , cum d. L. 143. Portug. lib. 3. cap.

19. n. 37. & L. in is 175. §. 1. non debet melioris conditionis esse , quam actor meus á quo jus in me transit h. t.

O extremos , se não podem unir 3 por meyo inhabil , Portug. lib. 3. cap. 18. n. 54. Barb. ax. 91. & ax. 145. n. 4.

Pelo meyo , se declaraõ os extremos , 4 e estes pelo meyo , Phæb. dec. 38. n. 9. Barb. ad Ord. lib. 1. tit. 68. §. 36. num. 3. Menoch. cons. 1101. n. 5.

Paulus lib. 62. ad Edictum.

L. 144. Non omne quod licet, honestum est.

In stipulationibus id tempus spei etatur quo contrahimus.

L. 197. Semper in conjunctionibus non solum quod liceat , considerandum est : sed & quid honestum sit.

N Em tudo o que he lícito , he honesto , L. in causæ 16. §. idem Tomp. 4. ff. de min. L. 1. pr. ff. aqua quotid. & astiu. Pinel. in L. 2. Cod. rescind. p. 1. cap. 1. num. 35. Valasc. loc. com. lit. H. n. 47.

Lícito , he o que nem por Ley , nem por costume da terra está prohibido , nomeadamente , L. sororis 39. §. 1. ff. rit. nupt. L. nec. non §. nec. jus 2. ff. ex quib. caus. maior.

Honesto , he o bom , recto , decoroso , ainda que não haja determinação civil , nomeadamente ; e ainda que as Leys o não prohibam , se não for honesto , ou for in honesto , deve afastar-se , e he louvor , L. 1. §. pen. ff. peric. & commod. rei vend. L. palam 43. ff. rit. nupt. & L. 44. ff. eod. e o disse Seneca quod

quod non vetat lex, hoc vetat fieri pudor. e Claudio, occurrat, mentemque domet respectus honesti.

5 Tambem nos ajuntamentos, ou conubiaes entre os Cidadoens Romanos, ou matrimonias entre os Peregrinos, ou contubernios entre os servos, se deve considerar, naõ só o que he lícito, mas honesto, d. L. 197. b.t. descripta da L. *semper in conjunctionibus 42. ff. rit. nupt.* devem de considerar o direito natural, e o pejo, L. *adoptivus 14. §. 2. ff. rit. nupt.*

6 E he taó vigurozo, que, alguma vez, só a honestidade prohibe as nupcias, §. *si uxor 9. Inst. de nupt.*

7 Da honestidade, e seus privilegios, Bent. *Egid. tract. de privileg. honest. tom. 2.*

8 A respeito da honesta faculdade imperatoria, §. 6. *Inst. jur. nat. tom. 1. & §. fin. Inst. quib. mod. testam infirm. tom. 2. vide, cap. 16. tom. 7.*

9 Quanto ao §. 1. d. L. 144. dix. L. 18. & L. 138. b.t. Cabed. dec. 110. e se perquire da lezaõ, ou engano no tempode contrato.

Ulpianus lib. 66. ad Edictum.

L. 145. Nemo videtur fraudare eos, qui sciunt, & consentiunt.

1 **N**Aõ he visto fraudar, ao que sabe, e consente, dix. L. 78. b.t. cap. *sienti 27. tom. 7. Barb. ax. 126. dix. §. 6. Inst. act. L. 2. Cod. acq. & ret. poss. tom. 8. L. 1. ff. act. empt. L. 1. usq. eadeo ff. jurejur.*

Paulus lib. 22. ad Edictum.

L. 146. Quod quis, dum servus est, agit: proficere liberto factio non potest.

NAs estipulaçoes, se attende ao tempo do contrato, L. *si filius 78. ff. verb. oblig. L. 144. §. 1. b. t. L. 34. L. 138. L. 146. & L. 18. fin. b. t.*

Se o escravo estipular para si, debaixo de condiçao, e antes de purificada for forro, naõ lhe aproveita a estipulaçao, antes pertence ao que era senhor desse liberto, e esta he a sentença desta L. 146. & L. *quæ legata 18. fin. b.t.*

.....

Gaius lib. 29. ad Edictum.

Prov.

L. 147. Semper specialia generalibus insunt.

FIca dito na L. *in toto jure 80. b.t. e convem cap. plus 35. cap. cui licet 53. tom. 7. Barb. ax. 107. & 140.*

.....

Paulus lib. 16. brevis Edicti.

L. 148. Cujus effectus omnibus proficit & partes ad omnes pertinet.

QUando he a mesma razão na parte, que no todo, procede o mesmo Direito, dix. L. *in toto 113. sub L. in eo 110. b. t.*

- 2 Quando he parte integral, e naõ destinta, Barb. ax. 220.
- 3 A delpeza feita para a conservação da propriedade, sujeita aos credores, deve de se abonar pelo commum de todos, L. prætor 9 §. generaliter. 4 ff. reb. auct. judic. possess. ou do commum, Barb. ax. 196. n. 18.

Phæb. dec. 102. n. 70. vide, Rox. in comp. pat. p. 5. cap. 6. à n. 1.

Mas a diverso respeito poderá, por 7 que huma pessoa pôde fazer diversas figuras, a diversos respeitos, Peg. 4. for. d. n. 111. Maced. dec. 63. Guerr. tract. 2. lib. 4. cap. 5. n. 3. tr. 1. lib. 2. cap. 10. num. 9. & 10. & 11. Peg. for. cap. 5. num. 112. & 113. dix. §. 3. 4. & 5. Inst. in offic. testam. Rocca cap. 118. n. 9.

Pôde impugnar o facto do defunto, se for contrario a Ley, L. quem adm. 7. Cod. agricol. & censit. lib. 11. Peg. 3. for. cap. 37. n. 9. pag. 634. Barb. in L. patris & fili. 20. n. 47. ff. de vulgar. pag. 191. & L. 1. p. 5. à n. 19. ff. solut. Odiern. in L. hac edictal. quæst. 18. à n. 13. 15. & 19. Ant. Math. de oblig. in d. L. cum á matre 14. Cod. reivind. n. 10.

E esta L. cum á matre 14. Cod. naõ procede no acto nullo celebrado com o defunto, d. L. quem adm. 7. Cod. agricol. Valasc. conf. 190. n. 7. Barb. d. L. 1. p. 5. n. 19 ff. solut.

Portém, naõ pôde ir contra o testamento de que fez aceitação, L. filium §. omnibus ff. legat. præstand. L. quæsitum ff. acquir. hered. Phæb. dec. 102. num. 70. Cost. in cap. si pater verb. censendum n. 17. de testam.

Legado deixado aos herdeiros de al-11 gum, se deve conforme as porções hereditárias, e naõ por partes iguaes, L. plane §. inde dicitur ff. legat. 1. Bart. in L. legatorum pr. ff. legat. 2. Barb. de subst. in L. si in testamento 5. ex n. 1. ff. vulg. & papil. subst. Pichard. in §. servus communis 3. n. 1. & 3. Inst. fili. pul. serv. Ripa in L. si ex toto §. 1. n. 7. ff. legat. 1. Gom. 1. var. cap. 12. n. 42. Mantic. conject. lib. 8. tit. 2. n. 5.

Ulpian. lib. 67. ad Edictum.

L. 149. Exqua persona quis lucrum capit, ejus factum præstare debet.

- 1 **O** Que recebe o commodo, deve sentir o incommodo, L. 10. & L. 73. pr. b. t. cap. qui sentit 55. tom. 7. L. 28. ff. testam. tutel L. cum á matres 4. Cod. reivind. & ibi Ant. Mathew L. si ab eo 7. Cod. negot. gest. Ord. lib. 4. tit. 102. §. 6. Barb. ax. 44.
- 2 Mas he à proporção do seu interesse, v. g. se for herdeiro de uma metade, deve cumprir conforme sua porção hereditaria, d. L. cum á matre 14. Cod. reivind. L. 1. Cod. si cert. petat. L. pen. Cod hered. aet. infra n. fin.
- 3 Em tudo igualdade, L. maior 4. Cod. comm. divid. Peg ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 4. n. 68. Guerr. tract. 2. lib. 8. cap. 21. à n. 1. lib. 6. cap. 1. n. 36. & cap. 45. n. 1. & 38. à desigualdade, he inimiza das Leys, Peg. d. n. 68. Guerr. d. cap. 21. n. 7. L. cum oportet 6. Cod. bon. quilibet.
- 5 O mesmo dizemos no fideicomisso, §. potest autem 1. Inst. de singul. reb. per fideicomiss. relict. tom. 2. e naõ seja obrigado a prestar mais do recebido.
- 6 O que recebe o lucro, deve respeitar a pessoa, e facto do defunto, e de quem o recebe, e naõ impunar, d. L. 149. b. t. d. L. cum á matre 14. Cod. reivind. Peg. 4. for. cap. 43. n. 111.

Ulpianus lib. 68. ad Edictum.

L. 150. Parem esse conditionem ejus, qui quid possideat, vel habeat: atque ejus, cuius dolo malo factum sit, quo minus possideret, vel haberet.

O Que com dolo, e fraude deixou de postuir, se reputa postuidor, e tica de igual condiçāo, & dix. L. qui dolo 131. b. t.

Paulus lib. 64. ad Edictum.

L. 151. Nemo damnum facit, nisi qui id facit, quod facere jus non habet.

NAõ faz danno, ou injuria, o que teve Direito para fazer o que fez, L. *injuriarum* §. 1. ff. de *injur.* Barb. ax. 135. n. 8. como o que cortou as casas vezinhas, para atalhar o fogo das suas, porque tinha direito para o fazer, L. si quis fumo 49. §. quod dicitur ff. ad leg. Aquil. como tambem o naõ faz, o que usa de Direito publico, e he executor delle, L. *injuriarum* 13. ff. de *injur.*

4 Naõ nasce injuria, donde nasce o Direito, L. *meminerint* Cod. und. vi cap. qualiter equanda de *acusat.* Barb. ax. 135. n. 3. Valasc. loc. comm. lit. J. n. 83.

5 O factio justo, legitimo, e approvado por Direito, naõ merece pena dix. §. 2. Inst. de *injur.* tom. 3. Barb. ax. 93. n. 29. & dix. sub L. nullus 55. h. t.

6 A respeito do que abrio o poço na sua terra, e deu causa a faltar agua no do vizinho, que naõ tem acção contra si, nem està em dolo; porque usa do seu proprio Direito, L. 1. ff. aqua

Ulpian. lib. 69. ad Edictum.

L. 152. Hoc jure utimur: ut quidquid omnino pervim fiat, aut in vis publicæ, aut (in vis) privatæ crimen incidat.

DA força publica, e particular, §. 1 item lex Julia 8. Inst. public. ju- díc. tom. 4. & §. recuperandæ 6. Inst. interdicç. tom. 4.

O que faz alguma coufa por força, 2 publica, ou particular, naõ 16 está incuso no delicto unde vi, ou no quod vi aut clam, mas pôde ser punido pelo criminal da Ley Julia de vi publica. L. si præses 32. ff. de pæn. L. si de possessio- ne 4 Cod. unde vi, vide Ord. lib. 4 tit. 68. 58. lib. 5. tit. 61.

Quando o juiz procede inordenada- mente, tirando da posse sem ouvir, 3 faz força, e se restitue ao espoliado por via de aggravo, Peg. for. cap. 11. n. 209. & 210. & maior. poss. n. 478. & 480. & coment. tom. 7. pag. 628. & 632. L. 6. Cod. und. vi e le chama facti, 4 de processo naõ formado; e por isto depois de aggravar, se pôde fazer a prova da posse; e pedir tempo para a fazer, L. áprocedente Cod. de appellat. cum Bart. & aliis Giurb. conf. 62. n. fin. convem, Portug. lib. 2. cap. 13. n. 122.

§. 1.

Dijecit & qui mandat.

§. 2.

In maleficio ratihabitio mandato comparatur.

§. fin.

In contractibus, quibus dol præ-
tatio,

tatio , vel bona fides in est , bæ-
res in solidum tenetur.

Do §. 1. & 2. dix. L. semper 6. b.
t. Peg. for. cap. 11. à num. 194. té 204.
Barb. ax. 197. Quanto ao §. fin. L. sicuti
38. b. c.

osso; osso osso osso osso osso; osso

Paulus lib. 56. ad Edictum.

L. 153. Feré quibuscumque modis
obligamur , eisdem in contrari-
um actis liberamur : cum qui-
bus modis adquirimus , iisdem
in contrarium actis amittimus:
ut igitur nulla possessio acquiri
nisi animo , & corpore potest,
ita nulla amittitur , nisi in qua
utrumque in contrarium actum
sit.

Regularmente, pelos mesmos mo-
dos de obrigar , pelos mesmos
em contrario nos desobrigamos : ena
acquisicão , e amissão procede o mes-
mo: como a posse que se não adquire
sem animo, e aprehensão , e assim tam-
bem se não perde , L. quem admodum
nulla possessio 8. & ibi Bart. ff. adquir.
vel amit. poss. tom. 8. pag. 57. Jul. Bett.
ma in L. possideri 3. §. in amittenda 5. &
§. si quis 6. & d. L. 8. ff. dict. tit. aonde
explica esta L. feré 53. neste mesmo
exemplo , & dix. in L. nihil tam na-
turale 35. b. t.

osso; osso osso osso osso osso; osso

Ulpian. lib. 70. ad Edictum.

L. 154. cum par delictum est duorum ,
semper oneratur petitor , & me-
lier habetur possessoris causa:
sicuti sit cum de dolo excipitur
petitoris , neque enim datur ta-

lis replicatio petitori. Aut si res
quoque in eare dolo actum sit.

§. 1.

Illi debet permitti pñnam petere ,
qui in ipsam non incedit.

Desta Ley fica dito na L. in eo 33. 1
b. t. ubi aliae. E se exemplifica ,
quando dous ladroens furtaraõ huma-
couça , hum dos quaes a posse , e o ou-
tro não ; porque não põde ser convin-
do para que lhe restitua a couça por
ambos furtada ; vide L. in pari 128. &
L. 126. §. 2. b. It. & cap. in pari 65.
tom. 7.

osso; osso osso osso osso osso; osso

Paulus lib. 65. ad Edictum.

L. 155. Factum cuique suum , non
adversario nocere debet.

§. 1.

Non videtur vim facere , qui jure
suo utitur , & ordinaria actione ex-
pertuti.

§. 2.

In pñnalibus causis benignius in-
terpretandum est.

Quanto ao princ. fica provado , L. 1
49. L. 74. b. t. & cap. 22. tom. 7.
Quanto ao §. 1. dix. in L. 55. & in
L. 151. b. t. não faz espolio , o que se
desforça , Ord. lib. 4. tit. 58. §. 2. & dix.
§. 6. Inst. de interdict. tom. 4. L. 1. §. 2.
n. 119. ff. adq. poss. tom. 8.

E quanto ao §. 2. fica dito com mu-
chos exemplos , na L. semper 9. b. t. & L. 3
20. eod. & cap. 49. tom. 7.

Ulpianus lib 70. ad Edictum.

L. 156. In iuris nemo (rem) cogitur defendere.

§. 1.

Cui damus actiones; eidem & exceptionem competere multo magis quis dixerit.

§. 2.

Cum quis in alium locum successerit: non est æquum ei nocere hoc, quod adversus eum nocuit, in cuius locum successit.

§. 3.

Plerumque emptoris eadem causa esse debet circa petendum ac defendendum, quæ fuit actio-

§. 4.

Quod cuique (pro eo) præsta-
tur, invito non tribuitur.

Esta Ley princ. diz, que contrá vontade ninguem he adstricto a defender a coula: o que se entende, ou seja propria, ou alheya.

2 Quanto à coula propria, cada hum he livre arbitro; L. in re mandata 21. Cod. mand. L. in traditionibus ff. depact. §. 40. & 41. Inst. rer. divis. Peg. for. cap. 4.n.1. Bart. ax. 199.n. 1.

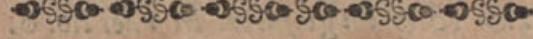
3 E por isto tendo convindo, pôde não defender a posse, e daí perder a propriedade, L. fin. ff. rei vind. L. sed in altero 10. §. 1. vers. quod enim ff. negat. gest. antes com ceder da coula, pôde evitar o juizo, e recular a acção.

4 Quanto à coula alheya, também não pôde ser constrangido; porque he ofício de amilade a defender os negócios de outros; e a isto nenhum pôde ser obrigado, nem às coulas de mera vontade, e benevolencia, se pôde impor preceito, e necessidade, arg. L. viam & ibi notatis ff. via publica nem

contra a vontade se he procurador, L. filius fam 8. §. in virtus ff. de procurat. L. in virtus 17. Cod. end. vid. Cardos verb. procurator n. 68. & 69 nem arbitrio, 6 L. 3. §. 1. ff. de arbitr. mais depois de aceitar, pôde ter obrigado pelo Juiz, Ant. Matheu de arbitr. & judic. disp. 15. n. 17. e mesmo no testamenteiro,

Para se louvar, he necessario poder especial, cap. pertuas de arbitri. L. Cod. transact. L. 60. & 63. ff. de procurat. L. 17. 18. 19. 35. ff. juve jur. L. 7. §. si tu- tor ff. proempt. Ant. Matheu supr. n. 9.

Quanto ao §. 1. dix. L. 21. b. t. 9
Do §. 2. & 3. dix. na L. 59. b. t. ubi
aliae Do §. 4. dix. na L. in vito 69.
b. t.



Ulpianus lib. 16. ad Edictum.

L. 157. Ad ea quæ non habent atrocitatem facinoris, vel sceleris, ignoscitur servis, si vel dominis, vel his, qui vice dominorum sunt (veluti tutoribus, & curatoribus) cibtemperaverint.

Do princ. desta Ley fica dito na L. v. ll. non creditur 4.b.t.

§. 1.

Semper, qui dolo fecit, quo minus haberet pro eo habendus est, ac si haberet.

Fica dito, e inserto na L. qui dolo 131.b.t.

§. 2.

In contractibus successores ex dolo eorum (quibus) successe- runt, non tantum in id quod per venit, verum etiam insolidum tenentur:

tenentur : hoc est , unusquisque pro ea parte , qua haeres est.

E desto §. fin. ficā dito na L. sicuti
38.b.t. & L. 149.b.t.

ଏହି ଏହିକେ ଏହି? ଏହି ଏହିକେ ଏହି? ଏହି ଏହିକେ ଏହି

Gaius lib. 25. ad Edictum.

Prov.

L. 158. Creditor, qui permittit rem
venire, pignus dimittit.

Alienação da causa penhorada, não prejudica ao credor; porque a causa vay com a sua causa, e seu encargo d.L. traditio 20. Cod.acq.rer.dom.L. si debtor 12. Cod. distr.pign. Ord.lib.4.tit. 3. & 10. & ibi glosator. Moraes lib. 6. cap.7. n. 21.

2 Salvo se o credor consentir expressamente; porque entao he visto remittir, dix §.6. Inst. act. e isto parece quiz o Consulto em quanto diz. creditor qui permittie, scelicit, por palavras ex-

3 permittie , scilicet ; por palavras ex-
pressas ; porque se sómente naõ con-
tradicte a venda , naõ se diz dissoluta
logo a obrigaçāo , *L. sicut 8. §. non vi-*
4 detur ff quib.mod. vel hypoth. scilicet ,
remda coufa obrigada:eo *venire* , quer
5 dizer , distratar-se , e fer alienada : eo
6 pignus dimitti scilicet , perdido seu di-
reito. vide, *Ord.lib.4.tit.56. & tit.79.*
§.fin.aliás, Ord.lib.3.tit.86. .16. & lib.
4.tit.10. § 9.

7 Para se remittir o penhor, se require consentimento expresso, e não basta a sciencia, e paciencia, d. L. sicut 8. §. non videtur ff. quib. mod. pign. L. 2. & L. cum tè 44. Cod. remiss. pignor. Jul. Beim. d. L. 2.

8 Porque o devedor pôde alienar contra a vontade do Crêdor, com o encargo do penhor, L alienatio 67. ff. contrah. empt. L. si convenerit 18. §. si fundus ff. pign. act. Moraes d. lib. 6. cap. 7. n.

21. & Ord. lib. 4. tit. 3.

E como o não pôde impedir contradizendo, requere expressão, e não balta a taciturnidade, d. L. sicut 8. §. non videtur ff. quib. mod. pign. Jul. Beima in d. L. 2. si reprobaveris Cod. de remiss. pign. scilicet, para a remissão; porque todas as vezes que o acto se não pôde impedir, contradizendo, a paciencia não he havida por consentimento, L. in adoptionibus 5. & ibi DD. ff. de adopt. & ibi Arouc pag. 467. Beima in d. L. 2. Cod. remiss. pign. Barb. ax. 217. n. 7.

E o que pôde impedir o acto , e o
não contradiz , he visto consentir , L.
2. §. voluntatem & ibi DD. ff. solut.
matr. glos. in L. filius fam. 8. §. in vi-
tum ff. de procur. Barb. in L. quæ dotis
n. 20. & seqq. ff. solut. Pechius in reg.
43. de reg. jur. in 6. Arouc. adn. d. L.
5. n. 5. ff. adopt. d. ax. 217. num. 7.
fin.

E o senhorio Directo perca a sua e*ni*
leiçāo de ficar com o prazo pelo mes-
mo preço da venda ; ut P. Pinb. em
phit. disp. 4. secl. 8. §. 2. ex n. 161. 162.
& 163.

Limita-se a regra , no servio manu-
metido com sciencia, e paciencia a do
credor , L. 1. Cod. remiss. pign. porque
como livre fica fora do comercio , Bei-
ma d. L. 1. Cod. remiss. pign. vide §.2.
Inſt.inutil. stipul. Moraes lib.2.cap.19.
n. 6.

*E na arremataçāo fiscal , L. si hypo-
thecas 8. Cod. remiss. pign. & ibi Jul.
Beima vide Codex Fabr. lib. 8. tit. 17.
de finit. 27.*

E nos termos da L. cum te 4. L. si eo 15;
tempore 6. Cod. d. tit. ubi Beima; e da
mesma L. sicut 8. §. non videtur 15. ff.
quib. mod. pign. vel hypoth. solu. juncta
L. Gaius 39. ff. pign. act. & ibi glos. &
comm. DD.

Paulus lib. 70. ad Edictum.

L. 159. Non utexpluribus causis debet nobis idem potest, ita ex pluribus causis idem possit nostrum esse.

Asíim como o dominio naõ pôde estar em dous, scilicet, insolidum, dix. L. 141. §. 1. n. 9. b.t. & L. 9. n. 7. ff. duob. reis tom. 8. L. ut certo §. si duobus ff. commod. Reinos. obs. 6.n. 27. assíim tambem esse dominio lhe naõ pôde vir por muitas causas, d. L. 159. b.t. L. 3. §. 3. fin. ff. adq. poss. tom. 8. Reinos. d. obs. 6. n. 8. Gam. dec. 244. Barb. in L. dotalem n. 9. ff. solut. Pinb. de cens. disp. 2. sect. 4. §. 1. n. 54. fin. Gam. L. 45. n. 87. & 98. Gail obs. 61. n. 8. lib. 1.

3 Esta regra faz diferença entre o que se nos deve, e o em que temos o dominio; e assíim como se nos naõ pôde dever por muitas causas, como, o mesmo, por causa de legado, doação venda; tambem a mesma causa naõ pôde ser nossa por muitas causas.

4 E ainda que o dominio se pôde adquirir por varias causas, e titulos, L. 2. L. 4. usq. L. 8. ff. public. in rem act.

5 contudo, depois de adquirido por huma causa, naõ pôde ser adquirido por outra; nem o que he já de hum, pôde ser mais seu, §. 10. Inst. legat. tom. 2. §. 14. Inst. act. tom. 4. Barb. ax. 163. n. 2. L. an eadem 14. ff. except. rei judicat. L. 3. §. 3. num. 4. ff. adq. poss. tom. 8.

6 E isto quiseraõ os Emperadores na L. cum res 4. Cod. cortrah. empt. em quanto diz, que o titulo da posse, se naõ pôde duplicar, o que devemos de entender do dominio; porque a posse significa muitas vezes a propriedade, L. interdum 78. tom. 6. pag. 51. n. 2. & 3. a causa pelo effeito, d. L. 78. n. 2.

Tom. V.

fin. tom. 6. Id. L. 3. §. 13. n. fin. ff. adq. poss. tom. 8. gloss. in d. L. 78. ff. de verb. sign. cum L. 15. ff. aur. & arg. legat.

Nem percute o argumento, de que 9 possemos por causas; e posseundo-se usocape, e pela prescripçao se acquire dominio, d. L. 3. possideri §. expluribus causis ff. acq. poss. tom. 8. por ser huma mera confusão da causa proxima com a remota, ut tenet Magister Sand. ind. L. 159. b.t.

Se pôde mudar a causa da posse, e 10 esta, por novo titulo, L. cum nemo 5. Cod. acq. & ret. poss. tom. 8. Peg. maior. poss. n. 422.

E se pôde mudar a aceitação da herança, L. Clodius ff. acq. bæred. Portug. lib. 3. cap. 17. n. 13.

•SS• •SS• •SS• •SS• •SS• •SS•

Ulpianus lib. 76. ad Edictum.

L. 160. Aliud est vendere, aliud vendenti consentire.

§. 1.

Referitur ad universos, quod publicé fit per maiorem partem.

§. 2.

Absurdum est, plus juris habere (eum) cui legatus sit fundus, quam hæredem, aut ipsum testatorem, si viret.

Huma causa he vender, diz o C. t Ulpiano, e ourra he consentir na venda; o que vende, fica obrigado pena eviçao, ainda que a naõ promettesse com expressa convenção. L. non dubitet 6. Cod. de evict. Gusm. de evict. quest. 23. n. 2. & 8.

E o que sómente contente na venda, 3 naõ o fica; salvo se juntamente recebe preço, L. quidam ex parte 12. ff. evict. Gusm. d. quest. 23. n. 6.